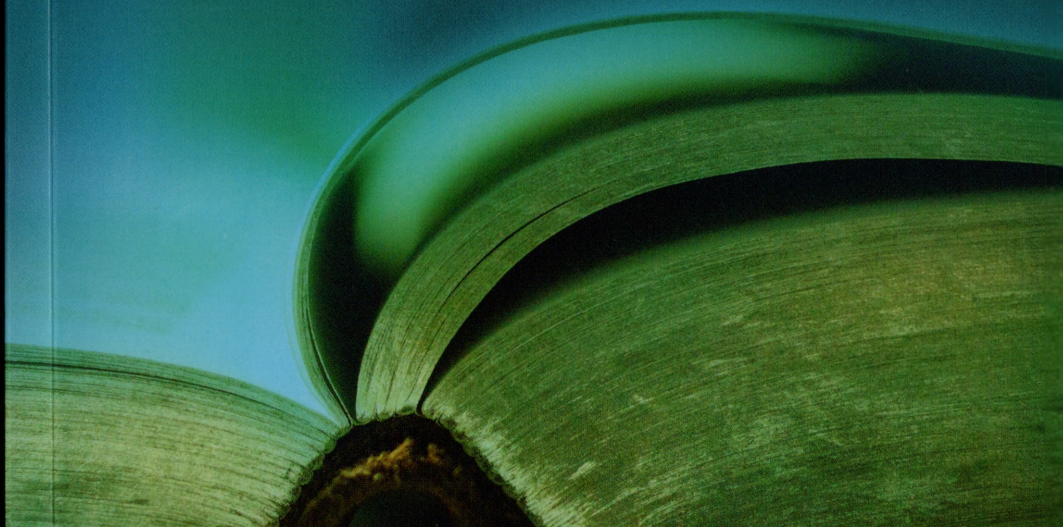


FRANK HASEL E MICHAEL HASEL

COMO ENTENDER A BÍBLIA

A ARTE DE INTERPRETAR A PALAVRA



FRANK HASEL E MICHAEL HASEL

COMO ENTENDER A BÍBLIA

A ARTE DE INTERPRETAR A PALAVRA

Tradução
Delmar Freire

Casa Publicadora Brasileira
Tatui, SP
2019

Título original em inglês:
HOW TO INTERPRET SCRIPTURE

Copyright © da edição em inglês: Pacific Press, Nampa, EUA.
Direitos internacionais reservados.

Direitos de tradução e publicação em língua portuguesa reservados à
CASA PUBLICADORA BRASILEIRA
Rodovia SP 127 – km 106
Caixa Postal 34 – 18270-970 – Tatuí, SP
Tel.: (15) 3205-8800 – Fax: (15) 3205-8900
Atendimento ao cliente: (15) 3205-8888
www.cpb.com.br

1ª edição: 4 mil
2019

Coordenação Editorial: Diogo Cavalcanti
Editoração: Vinícius Mendes
Revisão: Adriana Seratto e Jessica Manfrim
Editor de Arte: Thiago Lobo
Projeto Gráfico e Capa: Levi Gruber
Imagem da capa: Jazmin Quaynor / Unsplash

IMPRESSO NO BRASIL / Printed in Brazil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hasel, Frank

Como entender a Bíblia : a arte de interpretar
a Palavra / Frank Hasel, Michael Hasel ; tradução
Delmar Freire. – Tatuí, SP : Casa Publicadora
Brasileira, 2019.

Título original: How to interpret scripture
Bibliografia.
ISBN 978-85-345-2831-3

1. Bíblia – Hermenêutica 2. Bíblia – Interpretação
1. Hasel, Michael. II. Título.

19-32080

CDD-220.601

Índices para catálogo sistemático:

1. Bíblia : Hermenêutica 220.601

Maria Paula C. Riyuzo – Bibliotecária – CRB-8/7639

Os textos bíblicos citados neste livro foram extraídos da versão Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição, salvo outra indicação.



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, *sem prévia autorização escrita* dos autores e da Editora.

Sumário

Introdução	5
1 • Bíblia, um Livro Singular	8
2 • Origem e Natureza da Bíblia	17
3 • Como Jesus e os Apóstolos Viam a Bíblia	25
4 • A Bíblia Como Fonte de Autoridade de Nossa Teologia	33
5 • Somente as Escrituras	40
6 • Por que Precisamos de Interpretação?	47
7 • Linguagem, Texto e Contexto	54
8 • A Criação e o Sábado	63
9 • A Criação e a Família	71
10 • A Bíblia Como História	80
11 • A Bíblia e a Profecia	89
12 • Lidando com Passagens Difíceis	98
13 • Vivendo Pela Palavra de Deus	106

Introdução

Como cristãos adventistas do sétimo dia, cremos na importância da Bíblia.¹ De fato, desde o início, os adventistas se consideram o povo do Livro e têm contado com ele para orientação em questões de fé e prática. Ao longo dos anos, a Bíblia sempre foi o fundamento de nossa fé. É ela que, em última análise, determina em que os adventistas do sétimo dia acreditam. No entanto, apesar de seu lugar central em nosso sistema de crenças, o conhecimento bíblico parece estar diminuindo. Um número crescente de pessoas não lê nem estuda mais a Bíblia. Além disso, ensinamentos estranhos e até ideias descabidas, promovidos por alguns, são aceitos como derivados das Escrituras.

É necessário mais do que a simples confissão de que a Bíblia é o fundamento de nossa teologia e norma de nossa fé. Como interpretar a Bíblia de maneira adequada e correta? Como evitar o uso indevido e distorcido das Escrituras? Como lidar com pessoas instáveis que deturpam o significado da Palavra de Deus? Pedro notou esse desafio durante seu ministério, e a tendência continua claramente hoje (ver 1Pe 3:16). Visto que as Escrituras nos dizem que as pessoas podem usar mal a Palavra de Deus e distorcê-la para a própria destruição, devemos estar em alerta máximo e aprender a interpretar a Bíblia corretamente.

Há muita coisa em jogo. Se abordarmos a Bíblia com pressupostos errados e metodologias precárias, chegaremos a conclusões deturpadas. Os métodos de interpretação têm relação direta com a crença e a prática. Eles afetam nossa mensagem e missão.

A interpretação bíblica também tem impacto na espiritualidade, afetando a maneira como vivemos e nossa resposta às reivindicações das Escrituras. Em certo sentido, a questão da interpretação bíblica é como um divisor de águas teológico. Um passeio de carro pela famosa autoestrada alemã (*autobahn*) na Europa Central pode ilustrar isso. Viajando do sul de Munique para Lindau, no Lago Constança, você atravessa uma adorável região de colinas no sul da Baviera. Não muito longe da cidade de Wangen (cidade de origem dos Hasels),

você verá uma placa na estrada que diz: “Divisor de águas europeu”. Isso quer dizer que é naquele ponto que se determina o fluxo de todos os riachos e rios da Europa Central. É ali que os afluentes são direcionados para um dos dois principais rios. Ou aquelas águas fluirão para o rio Danúbio e dali para o Mar Negro, ou irão para o Reno, finalmente desembocando no mar do Norte e no Oceano Atlântico. É fascinante observar que naquela região não se vê as imponentes montanhas dos Alpes. Pelo contrário, ela é cheia de colinas suaves e ondulantes. Mas é lá que se determina o fluxo da água para a Europa Central. Não importa quantas montanhas estejam em seu caminho, a água flui persistentemente em duas direções distintas: ou para o Mar Negro, no leste, ou para o Mar do Norte.

Semelhantemente, a questão da interpretação bíblica molda o resultado de nossa teologia, nossa mensagem e nossa missão. Sabemos que a crítica bíblica moderna estuda a Bíblia como outro livro qualquer, sem levar em consideração sua dimensão divina. O uso dessa abordagem leva a conclusões muito diferentes daquelas às quais podemos chegar se dermos lugar à realidade divino-humana afirmada pelas Escrituras. Se valorizarmos seriamente o que as Escrituras afirmam em muitas de suas passagens – que Deus fala aos escritores bíblicos e por meio deles –, devemos permitir que nosso método de investigação da Bíblia seja determinado por seu objetivo.² Isso significa que não devemos usar métodos estranhos à dimensão divina das Escrituras. Em vez disso, os princípios de nosso estudo da Bíblia devem ser consistentes com os princípios que governam todo o nosso relacionamento com Deus. Assim, nosso estudo das Escrituras deve envolver um estudo cuidadoso e uma reflexão devocional que envolvam a mente e o coração na busca do verdadeiro significado. A realidade divina das Escrituras exige uma rendição do intérprete à autoridade da Palavra Escrita de Deus. Em vez de criticar a Palavra de Deus, temos que permanecer de bom grado sob sua autoridade, transformados e julgados por sua mensagem.

Neste livro, queremos delinear as ideias básicas que moldam nosso entendimento da natureza das Escrituras. Estudaremos como Jesus e os apóstolos viam as Escrituras. Refletiremos sobre as implicações do que significa a Bíblia ser a fonte autorizada de nossa teologia. Consideraremos o que significa

dizer que seguimos o princípio *sola Scriptura* (somente as Escrituras). Naturalmente, a leitura das Escrituras envolve interpretação e métodos adequados de estudo, os quais são indispensáveis para o correto entendimento. Ilustraremos o impacto de diferentes abordagens, observando a história bíblica da criação. Também exploraremos as razões pelas quais a história e a profecia são cruciais para a fé bíblica. Finalmente, enfrentaremos o desafio de interpretar passagens difíceis das Escrituras, permanecendo, ao mesmo tempo, fiéis à Palavra de Deus.

Este livro apresenta uma abordagem para a interpretação bíblica que está em harmonia com um importante documento oficialmente ratificado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia: "Métodos de Estudo da Bíblia"³. É um recurso para todos os que desejam estudar a Bíblia com mais diligência e seguir fielmente seus ensinamentos. Ele acompanha e fornece informações adicionais sobre a edição do segundo trimestre de 2020 da *Lição da Escola Sabatina* dos adultos da Igreja Adventista do Sétimo Dia, intitulada *Como Interpretar as Escrituras*.

Naturalmente, este livro pode ser lido e estudado de forma independente. Oramos para que ele seja uma bênção, levando os leitores a um entendimento mais profundo e a um maior amor à Palavra de Deus. "Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao Teu nome dá glória, por amor da Tua misericórdia e da Tua fidelidade" (Sl 115:1).

Referências

¹ A primeira crença fundamental da Igreja Adventista do Sétimo Dia prepara o terreno para tudo o que acreditamos. Ela afirma: "As Escrituras Sagradas, o Antigo e o Novo Testamentos, são a Palavra de Deus escrita, dada por inspiração divina. Os autores inspirados falaram e escreveram ao serem movidos pelo Espírito Santo. Nesta Palavra, Deus transmitiu à humanidade o conhecimento necessário para a salvação. As Escrituras Sagradas são a revelação infalível, suprema e repleta de autoridade de Sua vontade. Constituem o padrão de caráter, a prova da experiência, o revelador definitivo de doutrinas e o registro fidedigno dos atos de Deus na história" *Nisto cremos* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2018), p. 11.

² Repetidas vezes, os escritores bíblicos apontam não para si mesmos, mas para Deus como o autor de sua mensagem. Portanto, essa realidade divina precisa ser levada a sério quando queremos entender a Palavra de Deus. Isso foi adequadamente apontado por Gerhard Maier em seu livro *Biblical Hermeneutics* (Wheaton, IL: Crossway Books, 1994), p. 20-26.

³ A declaração "Métodos de Estudo da Bíblia" foi aprovada e votada pela "Comissão de Métodos de Estudo da Bíblia" da Associação Geral na reunião do Concílio Anual no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1986, e pode ser encontrada em George W. Reid (org.), *Compreendendo as Escrituras* (Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2007), p. 329, 338.



Capítulo

1

Bíblia, um Livro Singular

Em 21 de agosto de 2017, a região continental dos Estados Unidos esperava por um eclipse solar total. Com precisão científica meticulosa, os astrônomos previram a rota do eclipse. Para maximizar a experiência, era preciso tomar algumas providências importantes: (1) Planejar cuidadosamente a hora e o lugar certos onde se deveria estar para ver o eclipse. Embora a rota do eclipse estivesse prevista, era necessário um esforço especial para chegar ao local certo e se posicionar num lugar onde ocorreria a sombra total. (2) Eram necessários óculos especiais para evitar danos às retinas dos olhos. Olhar para o Sol causa danos permanentes nos olhos. Por essa razão, as pessoas foram advertidas a olhar o eclipse com esses óculos especiais.

Centenas de milhares de pessoas saíram de carro pelo país afora para experimentar a umbra, que é a parte da terra que fica totalmente coberta pela sombra da Lua quando há um eclipse total do Sol. Os que tiveram essa experiência ficaram impressionados com a previsibilidade da natureza e estupefatos pela singularidade do evento.

Está ocorrendo hoje um eclipse ainda mais profundo: o da Palavra de Deus. Por meio de publicações impressas, de aplicativos e traduções em 3.350 idiomas, hoje há mais acesso à Bíblia do que nunca. Entretanto, apesar de todas essas possibilidades de acesso, ainda existem enormes desafios.

Ignorância, superstição e perseguição

Ao olhar para a Idade das Trevas, vemos que, nessa época, as pessoas não tinham Bíblias. O conceito de justificação pela fé não era entendido pelo povo,

e o papado fomentou essa ignorância para poder influenciar as massas. Por exemplo, foram introduzidas as indulgências, com a promessa de que os certificados adquiridos garantiriam tempo reduzido no purgatório. Em grande parte do mundo, essa escuridão continua até hoje. Significativamente, um terço da população do mundo viverá e morrerá sem conhecer sequer um cristão nem ouvir alguém pronunciar o nome de Jesus. Bilhões vivem em países onde a superstição e a religião pagã os mantêm com medo e sem esperança. Onde quer que a Bíblia tenha causado algum impacto e o cristianismo tenha tentado entrar, houve perseguições maciças. Esse foi o caso durante a era da Reforma e continua sendo verdade hoje. Em 2018, mais de 215 milhões de pessoas em todo o mundo foram perseguidas por sua fé cristã. Na China, há um número crescente de igrejas que estão sendo fechadas, e seus pastores, presos.

Esses fatos demonstram que há muito trabalho a fazer em lugares ainda não alcançados, antes que Jesus volte. É necessário um esforço para entrar nessas áreas escuras que eclipsaram a Bíblia com erros e mostrar para as pessoas o poder transformador da Palavra de Deus.

Modernismo, pós-modernismo e relevância

Após a Reforma, a América serviu de refúgio para muitos cristãos que eram perseguidos no Velho Mundo. A separação entre Igreja e Estado foi estabelecida para que todos pudessem seguir os ditames da própria consciência, proporcionando, dessa maneira, liberdade religiosa. As grandes universidades da *Ivy League* foram criadas para treinar, com base no fundamento das Escrituras, uma nova geração de pastores, teólogos, juizes e líderes. Os estudantes da Universidade Harvard eram obrigados, pelas Regras e Preceitos de 1646, a “se exercitarem na leitura das Escrituras duas vezes por dia para estar prontos a comprovar essa competência”. Mais de 50 anos depois, em 1701, quando Harvard se afastou de seus fundamentos bíblicos, os protestantes congregacionalistas estabeleceram a Universidade Yale, em Connecticut. No centro do selo da universidade, ainda há uma Bíblia com as palavras “Urim e Tumim”, cercada pela frase latina *Lux et Veritas*, que significa “luz e verdade”. Após o Primeiro Grande Despertamento, quando a Universidade de Princeton foi fundada, em 1748, seu selo oficial também continha uma Bíblia com a expressão

“Antigo e Novo Testamentos” em latim e uma faixa que dizia “Sob o poder de Deus, ela floresce”. Em seu livro *The Dying of the Light*, James Tunstead Burtchaell documenta o desligamento gradual do ensino superior na América do Norte de suas igrejas fundadoras. O mesmo desligamento pode ser documentado nas universidades protestantes de todo o país.

Em grande medida, isso ocorreu por causa da aceitação de filosofias modernas e pós-modernas, as quais trouxeram um elemento de crítica e colocaram a razão humana autônoma acima da Bíblia. No século 20, a agenda pós-moderna fez tudo para eliminar qualquer conceito de verdade absoluta. Nas palavras de William F. Buckley Jr.: “Certamente não há um departamento em Yale que não esteja contaminado com o absoluto de que não há absolutos, nem direitos intrínsecos nem verdades supremas.” A substituição de pressupostos e de suposições bíblicas por métodos seculares resultou no fim da maioria das instituições cristãs. Infelizmente, a igreja e a sociedade seguem os caminhos ditados pela educação.

Distrações, apatia e indiferença

Comprovando o distanciamento da verdade bíblica, o grupo de pesquisa Barna mostrou que 49% dos adultos e apenas 24% dos *millennials* leem suas Bíblias uma vez por semana. Ao mesmo tempo, o grupo de pesquisa de mercado Nielsen relata que, entre os adultos, o tempo médio diário gasto diante de uma tela aumentou para 11 horas por dia em 2018, comparado com as 9 horas e 32 minutos de apenas quatro anos atrás. Com essa reprogramação do cérebro, o limiar de atenção vem caindo a taxas alarmantes, resultando em transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e aumento de casos de depressão. Hoje, o transtorno de ansiedade causado pelas mídias sociais tem sido reconhecido como um problema crescente, pois o bombardeio esmagador da mídia dia e noite diminui o desejo de passar tempo com a família e com os amigos, sem mencionar o estudo da Bíblia.

Teriam a tecnologia e a mídia em nossa sociedade moderna nos aproximado da felicidade e de uma vida de paz e harmonia? A onda de atiradores invadindo escolas aumentou exponencialmente. Em 2018, entre mortos e feridos a tiros em uma escola nos Estados Unidos foram contabilizadas

114 vítimas no mais grave ataque dessa natureza da história. A criminalidade está se multiplicando. Em todos os aspectos, como a política, economia, cultura, educação, segurança no emprego, sustentabilidade natural e global, recursos energéticos e produção de alimentos, estamos enfrentando desafios sem precedentes. Pensadores religiosos e seculares reconhecem que nossa sobrevivência está em jogo. O modernismo fracassou, assim como sua crença no progresso e na obtenção da verdade suprema somente pela razão humana e pela ciência.

Como o eclipse solar de 2017, o atual eclipse da Bíblia foi previsto com precisão inconfundível. Jesus predisse que chegaria um tempo de grandes trevas em que “eles os entregarão para serem perseguidos e condenados à morte, e vocês serão odiados por todas as nações por Minha causa” (Mt 24:9, NVI). Paulo disse: “Pois haverá tempo em que não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, cercar-se-ão de mestres segundo as suas próprias cobiças, como que sentindo coceira nos ouvidos; e se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas” (2Tm 4:3, 4). João, o revelador, previu que, no tempo do fim, um poder tentará destruir a Palavra de Deus. “Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus; e se pôs em pé sobre a areia do mar” (Ap 12:17).

Como podemos nos preparar para esse tempo em que a confusão e a escuridão são cada vez mais intensas? (1) Desviando nossa mente das distrações do mundo, olhando para Jesus e estudando os sinais dos tempos revelados pela Palavra de Deus. (2) Depois, devemos “ir” aos lugares mais “escuras” e fazer discipulos de todas as nações, batizando-os” e “ensinando-os a guardar todas as coisas” que Jesus ordenou (Mt 28:19, 20). (3) Finalmente, devemos manter cuidadosa vigilância em nossa interpretação da Palavra de Deus. Assim como são necessários óculos especiais para contemplar um eclipse solar, também precisamos deles ao olharmos para o Céu, na direção do Filho de Deus. Para cumprirmos a vontade de Deus com segurança e clareza, devemos sempre usar os óculos dos princípios interpretativos adequados. O desafio que enfrentamos nessa empreitada é a intromissão de nossas suposições e pressupostos pessoais, pois eles distorcem facilmente a verdade, tornando imperativo que

adotemos os métodos de interpretação descritos por Cristo e Seus apóstolos e não os métodos do pensamento moderno e pós-moderno.

Quanto o estudo da Bíblia é importante? Quando esteve na Terra, Jesus deixou claro que havia uma estreita conexão entre Ele e Sua Palavra. O *Logos*, ou o “Verbo”, veio ao mundo. “A vida estava Nele e a vida era a luz dos homens. A luz resplandece nas trevas” (Jo 1:4, 5). Para entender corretamente a missão e a mensagem de Jesus, nossa primeira tarefa é entender corretamente as Escrituras. São elas que nos revelam tudo sobre Aquele que é a Luz do mundo.

O poder da Bíblia

Passemos a analisar o livro com maior potencial de transformar a história da humanidade. A Bíblia é composta de 66 livros, escritos por mais de 40 autores em três continentes durante 1.500 anos. Sua consistência e continuidade são inigualáveis. É admirável que esses livros, de Gênesis a Apocalipse, falem sobre centenas de assuntos e questões, sem nunca comprometer a mensagem geral.

Entre os temas singulares encontrados somente na Bíblia, estão a transcendência de Deus desde a criação, o estabelecimento do sábado do sétimo dia, a santidade de Deus, a unicidade de Deus em três (a Trindade), a justiça de Deus, Seu plano de redenção na cruz e no santuário, Sua lei eterna como base de Seu governo, Sua justiça e Sua obra por meio do remanescente da profecia. Esses temas, entre outros, são ensinados dentro da visão linear da Bíblia, desde a criação até a segunda vinda.

A Bíblia é diferente de qualquer outro livro da história no que se refere a manuscritos de apoio. Existem milhares de manuscritos do Novo Testamento preservados desde os primeiros quatro séculos depois de Cristo. De Platão, existem sete; de Heródoto, apenas oito; e a *Iliada* de Homero tem apenas 263 cópias sobreviventes. Nenhuma outra literatura antiga chega perto em termos de número de cópias e de exiguidade de tempo entre os originais e as cópias.

Por milênios, os Manuscritos do Mar Morto, descobertos por acidente em 1947, têm dado testemunho da precisão do Antigo Testamento. Os copistas trabalharam cuidadosamente no deserto para reproduzir meticulosamente os manuscritos, os quais precedem em mais de mil anos os manuscritos

medievais sobre os quais nossas traduções se baseiam. Podemos ler todo o livro de Isaías e ver a maneira notável com que Deus preservou sua precisão ao longo dos séculos de trabalho dos escribas, para que hoje pudéssemos confiar nas Bíblias que temos em nossas mãos.

Impressa por Gutenberg entre 1454 e 1455 em uma prensa de tipos móveis, a Bíblia foi o primeiro livro produzido em massa. Ela tem sido amplamente distribuída em vários idiomas, mantendo seu status de *best-seller* perene. Hoje, a Bíblia pode ser lida pela maioria da população da Terra.

Além disso, a Bíblia sobreviveu a várias tentativas de eliminar ou anular seu conteúdo, seja durante a perseguição cristã imposta pelo imperador romano Diocleciano, seja a Revolução Francesa, ou o secularismo pós-moderno de hoje. Ela não somente sobreviveu, como também floresceu, inspirando as maiores obras de música, arte e literatura já criadas.

A Bíblia também é única em seu conteúdo e mensagem. Seu enfoque está no plano de salvação e nos atos redentores de Deus na história. Ao contrário de outros livros religiosos, ela está enraizada na história e, portanto, pode ser confirmada por pesquisas arqueológicas e históricas. Essa história está entrelaçada com a predição profética dos planos futuros de Deus e Seu reino eterno. A Bíblia fala igualmente de homens e mulheres de diferentes níveis sociais, econômicos e educacionais. Ela inspira, enobrece e provoca enormes transformações. É a Palavra de Deus viva. O mesmo Espírito de Deus, por meio do qual as Escrituras foram inspiradas (2Tm 3:16, 17), é prometido ao cristão hoje para guiá-lo em toda a verdade ao estudar a Palavra (Jo 14:17; 15:26; 16:13).

Uma dádiva preciosa

Por ser um presente e um legado de valor inestimável, a Bíblia não pode ser desprezada, pois foi comprada por alto preço. Recentemente tive o privilégio de segurar uma Bíblia rara. Apenas duas cópias completas sobreviveram. Uma fica na Biblioteca de Nice, na França, e a outra estava em minhas mãos calçadas de luvas brancas. Era um Novo Testamento traduzido para o francês por Jacques Lefèvre d'Étaples e impresso por volta de 1500, antes da Reforma. Esse foi o primeiro livro impresso em francês e o primeiro Testamento na forma impressa a chegar aos vales valdenses. Os valdenses eram conhecidos como *insabbatati*

ou *sabbatati* porque guardavam o sábado do sétimo dia. “A missão deles era reformar a Igreja e chamar os cristãos de volta à fidelidade à Bíblia, apesar das perseguições e massacres sangrentos que quase os exterminaram. Eles viajavam por toda a Europa plantando as sementes que viriam a contribuir com a Reforma Protestante. O trabalho deles influenciou Wycliffe e seus seguidores, como também Hus, Jerônimo e os seguidores deles. A influência dos valdenses se concretizou solidamente no tempo dos anabatistas, de Lutero, Zuinglio e Calvino. Eles deram aos protestantes um exemplo inspirador de fidelidade à Palavra de Deus em tempos de grande apostasia e perseguição implacável”. O que torna esse livro tão precioso não é sua escassez, mas a razão que há por trás dele.

Os valdenses foram declarados hereges e caçados até sua quase extinção. Suas Bíblias foram recolhidas e queimadas. Antes de Lutero traduzir a Bíblia para o alemão, esse Novo Testamento estava disponível para os fiéis de língua francesa que habitavam os vales do norte da Itália e da Suíça e dali se espalhou para o resto da Europa. Os jovens estudantes valdenses levavam consigo trechos da Bíblia para as universidades das terras baixas para testemunhar o poder da Palavra. Hoje, esse exemplar continua sendo um testemunho de fidelidade e determinação em meio às mais severas provações.

Destino e esperança nas Escrituras

“É a jornada que importa, não o destino.” Essa frase se tornou o mantra da cultura pós-moderna de hoje. A triste realidade é que nossa ênfase mudou para a jornada, porque muitos não sabem mais para onde estão indo. Eles perderam todo senso de direção e de procura por algum destino. Será que, no desejo da humanidade de se libertar de todos os absolutos, ela se tornou vazia, perdida e sem esperança?

É aqui que devemos reintroduzir a Bíblia. O Deus que a inspirou é quem coloca os anseios mais profundos no coração humano, dando-lhe propósito e direção. A felicidade não gira em torno de uma jornada existencial com o foco em si mesma; antes, a felicidade gira em torno da graça salvadora de Jesus Cristo. Deus, com Seu trabalho ativo na história e a divina palavra profética, dá propósito, esperança e futuro a cada pessoa. É por isso que Moisés, ao se aproximar o momento de sua morte, no alto do monte Nebo,

pôde proferir estas palavras: “Aplicai o coração a todas as palavras que, hoje, testifico entre vós, para que ordeneis a vossos filhos que cuidem de cumprir todas as palavras desta lei. Porque esta palavra não é para vós outros coisa vã; antes, *é a vossa vida; e, por esta mesma palavra*, prolongareis os dias na terra à qual, passando o Jordão, ides para a possuir” (Dt 32:46, 47, *itálico acrescentado*).

É o entendimento da Palavra de Deus que traz vida. Nela estão as instruções para chegarmos à Terra Prometida, dadas pelo próprio Jesus. Ele prometeu preparar um lugar para nós (Jo 14:1-4) e afirmou: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por Mim” (Jo 14:5, 6). De acordo com Jesus, a jornada importa, porque ela tem tudo a ver com o destino.

Nossa tarefa neste livro é examinar o papel das Escrituras e aprender como estudar corretamente suas páginas sagradas. Essa missão nos recompensará com uma compreensão da aliança e do plano de redenção. Quando entendermos a mensagem de Deus, entenderemos a alegria, a esperança e a paz que tornam Sua revelação mais relevante hoje do que em qualquer outro momento da história da Terra.

Referências

- ¹ Estatísticas de 2018 incluem Bíblias completas em 683 línguas, o Novo Testamento em 1.534 idiomas e partes da Bíblia em 1.113, totalizando 3.350. Ver “Scriptures & Language Statistics”, Wycliffe Global Alliance, disponível em <<http://www.wycliffe.net/statistics>>, acesso em 30 de abril de 2019.
- ² De acordo com a World Watch List, 2018, disponível em <<http://www.opendoorusa.org/-content/uploads/2018/01/WWL2018-BookletNew.pdf>>, acesso em 9 de junho de 2019.
- ³ Samuel Eliot Morison, *The Founding of Harvard College* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963), p. 333.
- ⁴ James Tunstead Burtchae, *The Dying of the Light: The Disengagement of Colleges and Universities from their Christian Churches* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1998); cf. George M. Marsden, *The Soul of the American University: From Protestant Establishment to Established Unbelief* (Nova York: Oxford University Press, 1994).
- ⁵ Ver a crítica perspicaz dessa tendência do ensino superior por Allan Bloom, *The Closing of the American Mind* (Nova York: Simon e Schuster, 1987).
- ⁶ William F. Buckley, Jr., “God and Man at Yale: Twenty-Five Years Later”, *A Hymnal: The Controversial Arts* (Nova York: Putnam Sons, 1975), p. 9, 10.
- ⁷ “The Bible in America: Six-Year Trends”, Barna, última modificação em 15 de junho de 2016, disponível em <<https://www.barna.com/research/the-bible-in-america-6-year-trends/>>.

- ⁸ Quentin Fottrell, "People Spend Most of their Waking Hours Staring at Screens", última modificação em 4 de agosto de 2018, disponível em <<https://www.marketwatch.com/story/people-are-spending-most-of-their-waking-hours-staring-at-screens-2018-08-01>>.
- ⁹ Sobre a mídia em geral, ver Richard M. Restak, *The New Brain: How the Modern Age is Rewiring Your Mind* (Nova York: Rodale, 2003); mais recentemente, sobre mídia social, ver Melissa G. Hunt et al., "No More FOMO: Limiting Social Media Decreases Loneliness and Depression", *Journal of Social and Clinical Psychology* 37, nº 10 (novembro de 2018), p. 751-768; Liu Yi Lin et al., "Association Between Social Media Use and Depression Among U.S. Young Adults", *Depression and Anxiety* 33, nº 4 (janeiro de 2016), p. 323-331.
- ¹⁰ Sobre apoio ao manuscrito do Novo Testamento, ver Bruce M. Metzger, *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration*, 3ª ed. (Nova York: Oxford University Press, 1992), p. 33-35.
- ¹¹ Lee Strobel, *The Case for Christ* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1998), p. 75-82.
- ¹² Gleason L. Archer, *A Survey of Old Testament Introduction*, ed. rev. (Chicago: Moody, 1994), p. 29.
- ¹³ P. Gerard Damsteegt, "Decoding Ancient Waldensian Names: New Discoveries", *Andrews University Seminary Studies* 54, nº 2 (outono de 2016), p. 237-258.
- ¹⁴ P. Gerald Damsteegt, "The Ancient Waldenses: Did the Reformation Predate Luther?" *Ministry* 89 (outubro de 2017), p. 22-25.
- ¹⁵ Gabriel Audisio, *The Waldensian Dissent: Persecution and Survival c. 1170 - c. 1570* (Nova York: Cambridge University Press, 1999), p. 15-17; Earle E. Cairns, *Christianity Through the Centuries: A History of the Christian Church*, 3ª ed. (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1996), p. 221; Peter Biller, *The Waldenses, 1170-1530: Between a Religious Order and a Church* (Burlington, VT: Ashgate, 2002), 191; King Alfonso II of Aragon, "Edictum contra Haereticos", citado em Giovanni Gonnet, *Enchiridion fontium Valdensium: Recueil critique de sources concernant les Vaudois au moyen age du Ille concile de Latran au Synode de Chanforan, 1179-1532* (Torre Pellice, Italy: Claudiana 1958), p. 92.
- ¹⁶ Ellen G. White, *O Grande Conflito* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015), p. 69, 70.

Origem e Natureza da Bíblia

Capítulo

2

Durante séculos, a Bíblia tem desempenhado um papel de autoridade na teologia cristã. Já foi dito apropriadamente que “a comunidade cristã que abandona a autoridade do testemunho bíblico se torna pouco mais que o porta-voz de qualquer norma cultural atual que se possa fantasiar”.¹ O papel de autoridade das Escrituras é significativamente determinado por nossa compreensão da origem da Palavra de Deus escrita. Nosso conhecimento da origem das Escrituras é, por sua vez, moldado pela compreensão que temos da natureza daquilo que chamamos de processo de revelação e inspiração.

Ao longo da história, surgiram várias maneiras de entender a natureza e a função da inspiração. Esses conceitos diferentes de inspiração impactaram significativamente nossa compreensão da natureza da Bíblia, sua confiabilidade, sua credibilidade, sua autoridade suprema e os princípios interpretativos usados para entendê-la. Infelizmente, a falta de uma terminologia clara e unificada tem complicado toda a discussão, tornando-se um desafio sustentar uma conversa significativa sobre o assunto. No entanto, existem alguns conceitos básicos em torno da inspiração e da autoridade das Escrituras que precisam ser entendidos, mesmo na teologia adventista.

Sem inspiração sobrenatural

Os conceitos atuais de inspiração incluem uma abordagem desenvolvida após o Iluminismo. Nessa escola de pensamento, a teologia liberal clássica negava qualquer inspiração sobrenatural. As Escrituras não têm sua origem no alto, mas embaixo, isto é, no fluxo fechado da história humana. Considerando

que uma compreensão puramente naturalista do mundo não deixa espaço para o envolvimento sobrenatural, não há lugar para a inspiração divina. Consequentemente, a “inspiração”, segundo esse ponto de vista, é um fenômeno puramente natural e humano, talvez comparável aos gênios inspirados de Shakespeare, Lutero ou Mozart.

Nessa perspectiva, as Escrituras devem ser estudadas e interpretadas como qualquer outro livro; ela é abordada como se Deus não existisse. Sem a inspiração divina, a Bíblia apenas reflete as circunstâncias históricas e culturais que a produziram. A ausência de inspiração divina reduz o estudo da palavra de Deus a uma análise das influências culturais e socioeconômicas que moldaram o texto bíblico.

Essa abordagem, que vem a ser uma crença de que a Bíblia é nada mais que um produto de seu tempo, naturalmente despoja as Escrituras da autoridade divina. Para entender corretamente as Escrituras, é preciso apelar somente para os fatores intrínsecos e para o princípio da analogia, usando o conhecimento atual para interpretar eventos de um passado distante.

Além disso, segundo essa perspectiva, a Bíblia deve ser estudada a partir de uma ótica histórico-crítica, o que significa que as Escrituras não podem ser confiáveis, a menos que evidências externas apoiem suas afirmações. Essa erudição crítica nunca leva a convicções, mas torna incerto cada evento,² produzindo probabilidades que levantam questões sobre a certeza trazida pela fé.³ O cristianismo e a Bíblia perdem sua singularidade, pois só podem ser entendidos em função da história como um todo.⁴ Como um livro puramente humano, a Bíblia fica caracterizada por sua diversidade teológica, suas contradições e erros. Tampouco há unidade teológica nas Escrituras; apenas uma pluralidade de vozes conflitantes e até mutuamente excludentes que refletem a diversidade de seu cenário original e dos escritores bíblicos. Nesse contexto, as Escrituras são como qualquer outro livro; estão cheias de erros e até de pontos de vista éticos deficientes. A razão humana, e não as Escrituras, é a norma suprema para o que deve e não deve ser aceito.

Inspiração verbal

No outro extremo do espectro interpretativo, há uma abordagem chamada inspiração verbal na qual Deus é visto como alguém capaz de usar a

linguagem humana para comunicar Sua vontade aos seres humanos. As Escrituras se originam de Deus, lá no alto, e não dos homens aqui embaixo. Esse entendimento sobre inspiração deriva de declarações como a encontrada em 2 Timóteo 3:16, em que o apóstolo Paulo afirma que as Escrituras são sopradas, ou inspiradas, por Deus. Nessa visão, o locus da inspiração está predominantemente no produto inspirado, nas palavras escritas, e não na mente dos escritores bíblicos. Como a ênfase está nas palavras – o *verbum* das Escrituras – o nome dado a essa abordagem é inspiração verbal.

Esse entendimento de inspiração, aliado a uma leitura literal de algumas declarações das Escrituras, é frequentemente influenciado por uma forte visão calvinista da predestinação divina, levando seus proponentes a acreditar que Deus, em Sua soberania, predeterminou as palavras que deveriam ser utilizadas na produção da Bíblia. Assim, as palavras da Bíblia compartilham Sua perfeição divina, tornando-se infalível e inerrante em todos os detalhes. Essa compreensão da inspiração é frequentemente associada a uma visão estrita e mecânica da inspiração, que beira o conceito do ditado divino, ou seja, a ideia de que Deus transmitiu de maneira direta (ditou) as palavras usadas pelos escritores da Bíblia.

Durante o tempo da ortodoxia protestante, alguns representantes da inspiração verbal chegaram a afirmar que Deus teria ditado até as letras e os pontos de vogais do texto hebraico do Antigo Testamento, eliminando efetivamente qualquer envolvimento genuinamente humano na origem das Escrituras. Embora poucos representantes modernos da inspiração verbal apoiem tamanha rigidez, as palavras das Escrituras permanecem associadas aos conceitos de inerrância e perfeição. A imagem resultante dessa abordagem é a da Escritura sendo redigida pelas mãos de Deus, com os escritores bíblicos funcionando como Sua pena. Esse pensamento pode levar a uma negligência do contexto histórico e a subsequente má interpretação de muitas passagens da Bíblia.

Os representantes desse entendimento consideram que as Escrituras não somente possuem autoridade divina, como também compartilham a perfeição divina. Uma vez que as Escrituras são divinamente inspiradas, eles reafirmam sua unidade teológica e, portanto, ensinam a verdade bíblica com alto

nível de convicção. Em vez de reconhecerem certas contradições e erros internos da Bíblia, os defensores da inspiração verbal estão sempre dispostos a harmonizar as declarações da Escritura. Eles acreditam que a unidade interna das Escrituras é resultado da obra do Espírito Santo no processo de inspiração. E porque o Espírito Santo está em ação, a Bíblia não pode e não deve ser estudada como outro livro qualquer, pois o componente divino precisa ser levado a sério. A história também é estudada, mas ela desempenha um papel interpretativo de menor importância. A inspiração, então, é Deus operando sobre o autor bíblico de tal maneira que as palavras empregadas sejam perfeitamente capazes de repassar a verdade divina e transmitir a mensagem de Deus sem erros e equívocos.

Inspiração do pensamento

Em outra abordagem, alguns estudiosos da Bíblia deixaram de se concentrar nas palavras. Segundo esse ponto de vista, a inspiração não está nas palavras empregadas pelos escritores bíblicos, mas em seus pensamentos. Em certo sentido, essa posição é uma reação à visão da inspiração verbal mecânica, a qual procura valorizar o fator divino. A abordagem da inspiração do pensamento sustenta a ideia de que a inspiração sobrenatural vem do alto, mas deixa inteiramente ao profeta o processo de registrar os resultados dessa inspiração. Isso significa que os escritores bíblicos escolhem livremente suas palavras.

Embora seja verdade que os escritores bíblicos tenham usufruído de genuína liberdade, os representantes da inspiração do pensamento muitas vezes enfrentam uma ideia problemática. Essa ideia envolve a crença de que tudo o que é produzido pelo ser humano é automaticamente falível e propenso a erros. Portanto, a linguagem usada para transmitir pensamentos inspirados é, na melhor das hipóteses, imperfeita, estando sujeita a discrepâncias e erros. Esse pressuposto coloca a responsabilidade de julgar o que é confiável e o que é falível diretamente nas mãos do intérprete, fazendo com que ele seja o árbitro final da verdade, e não as Escrituras Sagradas. Embora seja verdade que Deus concedeu aos escritores da Bíblia grande liberdade para se expressarem em seu estilo individual, a humanidade deles não torna automaticamente a Bíblia falível. Mesmo sendo pecaminosos, os seres humanos são plenamente capazes

de comunicar a verdade. Não é Deus capaz de Se comunicar efetivamente com as criaturas que criou? Afinal, Ele é o autor da linguagem, e a veracidade é um dos traços de Seu caráter (ver Êx 20:16). Além disso, os pensamentos só podem ser conhecidos por meio das palavras humanas! Não fosse pela habilidade de expressar nossos pensamentos em palavras adequadas, não conheceríamos nenhum dos pensamentos inspirados por Deus.

Assim, embora a inspiração funcione na esfera do pensamento, também deve haver algum efeito no elemento que expressa esses pensamentos. Ao desconsiderar a autoridade da página escrita, a abordagem da inspiração do pensamento quanto à interpretação bíblica deixa de “[manejar] corretamente a palavra da verdade” (2Tm 2:15). Essa falha levou os estudiosos da Bíblia a propor outro conceito de inspiração para solucionar o problema.

Inspiração plenária ou completa

Em vez de se concentrarem em palavras predeterminadas, eliminando, assim, a liberdade humana ou restringindo o processo de inspiração das Escrituras à inspiração do pensamento, outros atentos estudiosos das Escrituras propuseram o que é chamado de inspiração plenária. De acordo com o dicionário Merriam-Webster, a palavra “plenário” quer dizer “completo em todos os aspectos” ou “totalmente assistido ou constituído por todos com direito a estar presentes”.⁵ Assim, em vez de eliminar a liberdade do componente humano ou negar a supervisão divina no processo de inspiração, a abordagem plenária da inspiração mantém em equilíbrio os dois fatores atestados pela Bíblia. Um estudioso bíblico recente chamou isso de “inspiração completa”.⁶ Essas palavras e conceitos são derivados diretamente da Bíblia e estão enraizados em 2 Timóteo 3:16, onde lemos que “*toda* a Escritura é inspirada por Deus” (itálico acrescentado). Por “toda a Escritura”, Paulo quer dizer toda a Escritura de seus dias ou “cada passagem da Escritura”, incluindo várias partes da Bíblia.⁷

A inspiração plenária ou completa evita os desequilíbrios da inspiração verbal e da inspiração do pensamento. Escrevendo sobre esse assunto, autores adventistas declararam: “Se devemos atribuir a inspiração aos escritores bíblicos ou aos textos por eles escritos é em grande parte um dilema desnecessário.”⁸ De fato, a Bíblia afirma que o Espírito Santo Se moveu sobre os

escritores bíblicos (ver 2Pe 1:19, 21; 1Ts 2:13). Fica muito claro que o primeiro locus de inspiração está nos pensamentos dos escritores bíblicos. No entanto, concluímos que o que eles produziram foi inspirado, se tornando a palavra inspirada de Deus. Os adventistas reconhecem que “resta pouca dúvida de que tanto os pensamentos quanto as palavras se acham envolvidos nesse processo”.⁹ As pessoas inspiradas receberam de Deus visões, sonhos e impressões em forma visual ou verbal, e os transmitiram com fidelidade e sinceridade, da mesma forma como os receberam.

Embora as palavras escritas por eles sejam distintamente humanas, os escritores bíblicos enfatizam que, apesar disso, suas palavras são a Palavra de Deus. Um entendimento plenário das Escrituras preserva o caráter divino da Bíblia, além de dar ao contexto histórico sua devida consideração.

Na inspiração verbal, na do pensamento e na plenária (inteira), o processo de inspiração funciona em nível individual ou verbal. Mais recentemente, outro conceito de inspiração também foi proposto.

Inspiração da comunidade

Paul Achtemeier sugere que o processo de inspiração não funciona muito em nível individual, mas sim em nível de comunidade. A proclamação da comunidade de fé e o testemunho que dão do Senhor vivo são elevados ao ponto em que ela se torna “a Palavra de Deus em toda a sua oportuna relevância para a conjuntura histórica em que vivemos”.¹⁰ Em vez de operar em indivíduos escolhidos para comunicar Sua vontade, Deus concede inspiração a toda uma comunidade de fé.

Com isso, Achtemeier quer dizer que a Bíblia não pode mais ser considerada como a Palavra de Deus.¹¹ De fato, para Achtemeier, a única associação com a Palavra de Deus encontrada no Novo Testamento é a pessoa de Jesus de Nazaré. Assim, a Bíblia contém a Palavra de Deus (Jesus) expressada nas muitas palavras humanas de seus escritores, o que vem a ser um eco da famosa distinção de Karl Barth, para quem a Bíblia é apenas uma testemunha da Palavra de Deus testificada: Jesus.¹² A Bíblia não é mais a Palavra normativa de Deus escrita; ela somente contém o testemunho da Palavra de Deus e pode se tornar a Palavra de Deus na pregação.

No entanto, não encontramos na Bíblia qualquer indicação de que toda a comunidade seja inspirada, como Achtemeier parece acreditar. Elevar a proclamação da comunidade de fé a um nível em que ela se torna a Palavra de Deus não explica adequadamente as distorções em sua proclamação e no testemunho da igreja. Sem as Escrituras divinamente inspiradas como norma norteadora, a proclamação da igreja e seus ensinamentos se tornam um “nariz de cera”, cuja forma real pode ser distorcida, a depender da criatividade teológica. Nessa perspectiva, as Escrituras têm, na melhor das hipóteses, uma autoridade funcional¹³ na vida da igreja, mas carecem de unidade e autoridade divinamente inspiradas.

A natureza divina e humana das Escrituras

Levar a sério o caráter humano-divino das Escrituras é uma maneira de evitar a armadilha de ver a Bíblia como um produto puramente humano, a respeito do qual as pessoas se portam como juízes. Isso nos motiva a tratar as palavras bíblicas com respeito e amor, o que nos leva a uma relação humilde e honesta com a Bíblia, permitindo que ela modele nossa vida e cosmovisão.

Nosso amor pela Palavra de Deus despertará em nós o desejo de segui-la fielmente. O reconhecimento da Bíblia como a Palavra de Deus inspirada promove uma profunda fé Nele como também gera confiança em Sua Palavra e de que a Bíblia é um guia fiel para a vida cristã prática. Respeitamos as palavras das Escrituras porque elas comunicam a verdade sobre Deus revelada à mente dos escritores bíblicos. Esse entendimento leva a uma interpretação das Escrituras que valoriza tudo o que está escrito sobre um determinado assunto e permite que a Escritura interprete a si mesma.

Referências

¹ Paul J. Achtemeier, *Inspiration and Authority: Nature and Function of Christian Scripture* (Peabody, MA: Hendrickson, 1999), p. 148.

² Edgar Krenz, *The Historical-Critical Method* (Philadelphia: Fortress Press, 1989), p. 55.

³ Krenz, *The Historical-Critical Method*, p. 57.

⁴ Krenz, *The Historical-Critical Method*, p. 56.

⁵ Merriam-Webster, s.v. “plenary (n.)”, disponível em <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/plenary>>, acesso em 30 de abril de 2019.

⁶ Gerhard Maier, *Biblical Hermeneutics* (Wheaton, IL: Crossway Books, 1994), p. 120-124.

⁷ Ver Gerhard F. Hasel, *Understanding the Living Word of God* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1980), p. 69.

⁸ Peter M. van Bemmelen, "Revelação e Inspiração" em Raoul Dederen (org.), *Tratado de Teologia Adventista do Sétimo Dia* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2014), p. 45. Sobre a visão igualmente equilibrada de Ellen G. White sobre o processo de revelação e inspiração, ver Frank M. Hasel, "Revelação e Inspiração" em Denis Fortin e Jerry Moon (org.), *Enciclopédia Ellen G. White*, (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2018), p. 1235-1241.

⁹ Van Bemmelen, "Revelação e Inspiração", p. 46.

¹⁰ Achtemeier, *Inspiration and Authority*, p. 159.

¹¹ Achtemeier, *Inspiration and Authority*, p. 158.

¹² Ver Karl Barth, *Church Dogmatics, The Doctrine of the Word of God*, v. 2, 2ª parte (Londres: T & T Clark, 2004), p. 457 em diante. Ver também Frank M. Hasel, "The Christological Analogy of Scripture in Karl Barth", *Theologische Zeitschrift* 50, nº 1 (1994), p. 41-49.

¹³ Achtemeier, *Inspiration and Authority*, p. 146.

Como Jesus e os Apóstolos Viam a Bíblia

Capítulo

3

O clamor da Reforma era *ad fontes*, isto é, “de volta às fontes”. No contexto do Iluminismo, isso significava que os reformadores decidiram voltar à fonte das Escrituras para entender verdadeiramente a natureza do cristianismo, em vez de confiar nas tradições da igreja medieval. Esse retorno crucial às fontes originais renovou o estudo das Escrituras, transformando a maneira como as pessoas enxergavam o mundo.

A questão da autoridade

Apesar disso, as tradições e os métodos da filosofia acadêmica medieval utilizada antes da Reforma continuam sendo usados atualmente. Em muitos segmentos do cristianismo, as Escrituras são interpretadas à luz da filosofia ou da natureza. A filosofia do Iluminismo questionou a inspiração bíblica e sua autoridade, rebaixando a revelação de Deus a palavras de homens, as quais foram escritas em um determinado momento e conjuntura. Como escreve o teólogo Krister Stendahl, ex-reitor da Escola de Divindade da Universidade Harvard, essas novas suposições significam que o intérprete moderno deve distinguir entre “o que significava e o que significa”. Em outras palavras, há uma “tensão entre a mente de um semita do passado e o pensamento do homem moderno”¹.

Por exemplo, o significado que uma passagem pode ter para um rabino erudito antigo como Paulo e, por extensão, para sua audiência, pode não ser o que a Bíblia quer dizer hoje. O significado não pode ser o mesmo porque, de acordo com essa maneira de ver, o conhecimento e a compreensão científica do mundo moderno eram completamente desconhecidos para os antigos.

Os escritores bíblicos refletiam uma situação cultural local, requerendo que os leitores modernos interpretem a Bíblia pelos padrões de hoje. A fé bíblica parece amplamente irrelevante nesta época altamente tecnológica.

O teólogo luterano neo-ortodoxo Rudolf Bultmann tentou resgatar o cristianismo dos efeitos do pensamento histórico-crítico moderno, dedicando-se a um exercício de “demitologização” do Novo Testamento. Ele fez isso espiritualizando os milagres, o conceito de Céu e da natureza divina de Cristo. Seu objetivo foi tornar tudo isso aceitável para a mente moderna. Para Bultmann, “os conceitos mitológicos de Céu e inferno não são mais aceitáveis para os homens modernos, pois não faz mais sentido que o pensamento científico fale de coisas de ‘cima’ e de coisas de ‘baixo’”.² Segundo o autor, “é um pensamento ilusório supor que a antiga visão de mundo da Bíblia pode ser renovada”.³

No entanto, essa acomodação aos pressupostos do materialismo e do modernismo também levanta perguntas importantes quanto à natureza da Bíblia e dos ensinamentos de Jesus e dos apóstolos. Haveria na mente de Jesus e dos apóstolos uma diferença entre o significado do passado e do tempo deles? Teriam Jesus e os apóstolos aceitado a realidade dos milagres no Antigo Testamento, ensinando que milagres ainda ocorriam em seus dias? Como eles se relacionavam com as pessoas, os lugares e os eventos descritos? Quais eram suas suposições e métodos subsequentes de interpretação? Quando Jesus e Seus discípulos se encontraram com os cétricos e cínicos professores da lei, como responderam a suas perguntas? À maneira dos reformadores, também retornaremos às fontes para entender como os escritores bíblicos e Jesus interpretavam a Bíblia.

A visão de Jesus sobre as Escrituras

Jesus atestava a autoridade das Escrituras de várias maneiras. Primeiro, Ele aceitava os milagres descritos no Antigo Testamento como autênticos. Em Mateus 12:40, Ele diz: “Porque assim como esteve Jonas três dias e três noites no ventre do grande peixe, assim o Filho do Homem estará três dias e três noites no coração da terra.” Jesus não somente confirma a experiência de Jonas no ventre do peixe, mas também prediz a própria experiência após a crucificação, prenunciando os três dias que passaria na sepultura. Ele continua dizendo: “Ninivitas se levantarão, no Juízo, com esta geração e a condenarão;

porque se arrependeram com a pregação de Jonas. E eis aqui está quem é maior do que Jonas” (v. 41). Ele considera históricos e confiáveis os eventos que envolvem a pregação de Jonas aos ninivitas.

Em outro exemplo, Jesus diz: “Jeitosamente rejeitais o preceito de Deus para guardardes a vossa própria tradição. Pois Moisés disse: Honra a teu pai e a tua mãe; e: Quem maldisser a seu pai ou a sua mãe seja punido de morte” (Mc 7:9, 10). Ao fazer referência ao quinto mandamento, Jesus não somente confirma os mandamentos de Deus, mas também salienta que eles foram dados ao povo por Moisés. Da mesma forma, Jesus reafirma os ensinamentos de Moisés, dizendo ao leproso curado: “Mostra-te ao sacerdote e oferece, pela tua purificação, o sacrifício que Moisés determinou, para servir de testemunho ao povo” (Lc 5:14). O registro bíblico mostra que Jesus aceitou a realidade histórica de muitos personagens da Bíblia, entre eles Abel (Mt 23:35), Davi (Mt 12:3) e Zacarias (Mt 23:35).

Jesus também guardou os mandamentos e instou outros a fazerem o mesmo. “Se Me amais, guardareis os Meus mandamentos” (Jo 14:15). Ele aconselhou o jovem rico: “Se você quer entrar na vida, obedeça aos mandamentos.” O jovem respondeu perguntando a quais mandamentos ele deveria obedecer, ao que Jesus respondeu: “‘Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não darás falso testemunho, honra teu pai e tua mãe’ e ‘amarás o teu próximo como a ti mesmo’” (Mt 19:18, 19, NVI). Além de corroborar os mandamentos encontrados em Êxodo, Jesus também guardou o sábado (Lc 4:16), enfatizando seu objetivo original. “O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado” (Mc 2:27, NVI), e “O Filho do Homem é senhor do sábado” (Lc 6:5). No Sermão do Monte, Jesus destaca a natureza duradoura da lei: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. [...] Nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra” (Mt 5:17, 18).

Como Jesus usava as Escrituras

A vida de Cristo mostrou que as Escrituras ocupavam um lugar de autoridade em Sua experiência e ministério. Cristo foi batizado por João Batista, e a manifestação visível do Espírito Santo na forma de uma pomba ratificou

Seu ministério. Ao mesmo tempo, o Pai pronunciou Sua bênção: “Este é o Meu Filho amado, em quem Me comprazo” (Mt 3:17). O Espírito imediatamente levou Jesus ao deserto da Judeia, onde, debilitado, foi tentado por Satanás. Esse encontro épico foi um momento decisivo no ministério de Cristo. Ele resistiria ao teste?

A ênfase da primeira tentação foi o apetite, apelando à propensão humana de autopreservação. Jesus respondeu citando Deuteronômio: “Está escrito: Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4). Sua defesa foi refugiar-Se na Palavra viva e em sua fonte divina, reafirmando assim a autoridade das Escrituras. Em seguida, Satanás tentou Jesus com o amor à exibição e presunção. Jesus respondeu: “Também está escrito: Não tentarás o Senhor, teu Deus” (Mt 4:7; ver Lc 4:12). Por fim, Jesus foi tentado a sucumbir ao orgulho diante da oferta de dominar os reinos do mundo. Sua resposta foi rápida e segura: “Está escrito: Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a Ele darás culto” (Lc 4:8). Para Jesus, o ponto central da verdadeira adoração era Deus. Para Ele, a verdadeira adoração era submeter-Se à Palavra do Pai.

Nas três tentações, Jesus respondeu com as palavras “Está escrito”. Observe que Ele não disse: “Foi escrito” ou “Será escrito”. Em vez disso, Ele usa o tempo presente, “Está escrito”. E o faz porque a Palavra de Deus não foi relegada a uma cultura passada nem destinada apenas às gerações futuras. Não! A Palavra de Deus viva se aplica a todas as pessoas e a todas as nações em todos os tempos. A Palavra era a verdade presente para Moisés e Cristo, e ainda é para nós hoje.

O encontro no deserto é a prova de que o método de defesa de Jesus contra os ataques do adversário foi singular: Ele usou a Palavra de Deus. Embora fosse Deus, Ele Se submeteu completamente à Palavra de Deus. Não Se apoiou em opiniões ou argumentos complicados. Tampouco demonstrou hostilidade. Com ousadia, citou as Escrituras. Para Cristo, as Escrituras tinham a maior autoridade e o maior poder. Dessa maneira, Seu ministério começou tendo como base um alicerce seguro: a confiabilidade da Bíblia.

No Calvário, as palavras finais de Jesus também deram testemunho da autoridade das Escrituras. Em duas frases pronunciadas da cruz, Ele citou palavras proféticas do Antigo Testamento. No primeiro caso, “Jesus bradou em alta voz: ‘Eloi, Eloi, lamâ sabactâni?’ que significa: ‘Meu Deus! Meu Deus! Por que

Me abandonaste?" (Mt 27:46, NVI). Nessa passagem, Ele cita o Salmo 22:1. Alguns versos depois, o mesmo capítulo diz:

Derramei-me como água,
e todos os Meus ossos se desconjuntaram;
Meu coração fez-se como cera,
derreteu-se dentro de Mim.
Secou-se o Meu vigor, como um caco de barro,
e a língua se me apegou ao céu da boca;
assim, me deitas no pó da morte.
Cães me cercam;
uma súcia de malfeitores me rodeia;
traspassaram-Me as mãos e os pés.
Posso contar todos os Meus ossos;
eles me estão olhando e encarando em Mim.
Repartem entre si as Minhas vestes
e sobre a Minha túnica deitam sortes
(Sl 22:14-18).

No segundo caso, Jesus cita novamente o mesmo salmo: "Está consumado!" (Jo 19:30). Walter Kaiser Jr. escreve: "Isso não é coincidência. [...] Indica que, na cruz, a mente de nosso Senhor foi iluminada, consolada e encorajada pelo conforto desse salmo."⁴ Mas não é só isso. Jesus está apontando para as testemunhas de todas as épocas para confirmar as profecias do Antigo Testamento relativas à natureza de Sua morte, corroborando, dessa maneira, a autoridade e precisão das Escrituras ao prever Seu sofrimento. Charles Briggs escreve: "Esses sofrimentos transcendem os de qualquer sofredor da história, com a única exceção de Jesus Cristo. Eles encontram sua réplica exata nos sofrimentos da cruz."⁵

Ao pé da cruz, os discípulos não entenderam muito essas afirmações. Estavam confusos e desanimados. Como isso pôde ter acontecido? A morte humilhante de Jesus não correspondia à libertação que eles esperavam que o Messias protagonizasse. Mas, nos dias seguintes, seus espíritos foram animados pelas

conversas que tiveram com Jesus. Nesses encontros pós-crucifixão, Jesus novamente confirmou o método com que eles deveriam ter estudado as Escrituras.

Em Lucas 24, são registradas duas aparições de Jesus. Na primeira delas, o Senhor Se une a dois crentes no caminho de Emaús e lhes explica como as profecias messiânicas do Antigo Testamento se cumpriam Nele: “E começando por Moisés e todos os profetas, explicou-lhes o que constava a respeito Dele em todas as Escrituras” (Lc 24:27, NVI).

Após a impressionante experiência na estrada de Emaús, os dois discípulos correram para compartilhar as boas-novas com os outros discípulos. Enquanto contavam a história, Jesus apareceu a todo o grupo e lembrou-lhes que Sua vida era o cumprimento das Escrituras. “Foi isso que Eu lhes falei [...]: Era necessário que se cumprisse tudo o que a Meu respeito estava escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos” (Lc 24:44, 45, NVI).

No primeiro caso, no caminho para Emaús, observe a referência específica: “*todas as Escrituras*” (Lc 24:27, NVI, *itálico acrescentado*). O apelo às Escrituras é enfatizado na segunda passagem citada aos discípulos, a qual faz referência à Lei de Moisés, aos profetas e aos salmos (Lc 24:44). A referência à Lei de Moisés, aos profetas e aos salmos tem que ver com as três divisões da Bíblia, tal como entendidas pelos judeus dos dias de Jesus. Composto pelos cinco primeiros livros da Bíblia, a Torá é a lei, ou instrução; os Nevi'im são os profetas; e os Ketuvim, que incluíam o livro de Salmos, são os escritos.

Nesses encontros, Jesus Se apresenta como o Verbo encarnado (Jo 1:1-3). Ele confiava na autoridade das Escrituras para explicar como Sua vida e Seu ministério foram preditos centenas de anos antes. Ao fazer referência à totalidade das Escrituras, Jesus estava ensinando aos discípulos pelo próprio exemplo. Ao divulgarem a mensagem do evangelho, eles também deveriam expor todas as Escrituras, levando poder e entendimento aos novos convertidos. Deveriam permitir que as Escrituras se autointerpretassem, uma metodologia que protestantes, mais tarde, chamaram de *sola Scriptura*.

Em Mateus 28:18 a 20, Jesus deu a comissão do evangelho a Seus discípulos: “Toda a autoridade Me foi dada no céu e na terra.” Essa autoridade estava enraizada no Pai e em toda a Divindade. “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (v. 19).

Após essa instigante incumbência, Ele deixa uma instrução final: Ensinem “a obedecer a tudo o que tenho ordenado a vocês” (v. 20, NTLH). E o que Jesus ensinou e ordenou? Ele ensinou *todas* as Escrituras. Foi sob a autoridade profética da Palavra que Ele veio e, no cumprimento das profecias das Escrituras, Ele Se submeteu ao Pai. Ellen White escreve: “[Cristo] Apontava às Escrituras como de autoridade inquestionável, e devemos fazer o mesmo. A Bíblia deve ser apresentada como a Palavra do Deus infinito, como o termo de toda polêmica e o fundamento de toda fé.”⁶

A visão dos apóstolos sobre as Escrituras

Não surpreende que os apóstolos também aceitaram a historicidade e a precisão do Antigo Testamento. Sobre a experiência do êxodo, Lucas escreveu: “Este os tirou, fazendo prodígios e sinais na terra do Egito, assim como no mar Vermelho e no deserto, durante quarenta anos.” (At 7:36). Paulo escreve em Hebreus: “Pela fé o povo atravessou o Mar Vermelho como em terra seca; mas, quando os egípcios tentaram fazê-lo, morreram afogados” (Hb 11:29, NVI). Falando sobre o livro de Êxodo, Otto Piper, erudito da Universidade de Princeton, calculou que, das 2.688 referências do Antigo Testamento encontradas no Novo Testamento, “[o livro de] Êxodo ocupa o terceiro lugar com cerca de 220 citações.”⁷ Essas referências frequentes significam que os eventos, os temas e a teologia do livro de Êxodo serviram de base para o pensamento e a perspectiva de Jesus e dos escritores do Novo Testamento. O êxodo e a jornada para a Terra Prometida servem como um sinal da libertação milagrosa da escravidão do pecado operada por Deus, e da nossa jornada para o lar que Jesus está preparando para nós no Céu. Mas isso não se limita ao livro de Êxodo; todo o Novo Testamento faz referência, de maneira consistente, ao Antigo Testamento como fonte autorizada.

Em Romanos 1:2, Paulo se refere ao Antigo Testamento como “as Sagradas Escrituras” e, em Romanos 3:2, se refere a ele como os “oráculos de Deus” ou as “palavras de Deus” (NVI). Pedro enfatizou que “nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1:20, 21). Do mesmo modo,

as Escrituras elevam o Novo Testamento a esse nível. Jesus disse a Seus discípulos: “Quem ouve vocês está Me ouvindo” (Lc 10:16, NTLH).

Muitos dos livros do Novo Testamento afirmam ser inspirados. Pedro se refere aos escritos de Paulo como “as demais Escrituras” (2Pe 3:16). Paulo reivindica o Espírito Santo como fonte de suas epístolas (1Co 7:40; 14:37; 2Co 3:5, 6; 4:13). João apresenta o livro de Apocalipse como “Revelação de Jesus Cristo, que Deus Lhe deu para mostrar aos Seus servos as coisas que em breve devem acontecer” (Ap 1:1). No final do livro, somos informados de que “Estas palavras são fiéis e verdadeiras. [...] Bem-aventurado aquele que guarda as palavras da profecia deste livro” (Ap 22:6, 7).

Em resumo, uma interpretação da Bíblia feita com base nas afirmações de Jesus e dos apóstolos não pode ser realizada da mesma forma que a interpretação de outros livros humanos. “A única hermenêutica verdadeira da Bíblia como a Palavra de Deus em forma humana deve ser uma hermenêutica *das* Escrituras e *pelas* Escrituras; em suma, uma hermenêutica bíblica”.⁸ Ellen White também entendeu a natureza única da Palavra de Deus, lembrando aos leitores que “a Bíblia é seu próprio expositor”.⁹

Referências

¹ Krister Stendahl, “Biblical Theology, Contemporary” em George A. Buttrick (ed.), *The Interpreter's Dictionary of the Bible* (Nova York: Abingdon, 1962), v. 1, p. 418-432.

² Rudolf Bultmann, *Jesus Christ and Mythology* (Nova York: Scribner's, 1958), p. 15, 20.

³ Bultmann, *Jesus Christ and Mythology*, p. 38.

⁴ Walter C. Kaiser, Jr., *The Messiah in the Old Testament* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1995), p. 117.

⁵ Charles A. Briggs, *Messianic Prophecy* (Nova York: Scribner's, 1889), p. 326.

⁶ Ellen G. White, *Parábolas de Jesus* (Tatui: Casa Publicadora Brasileira, 1998), p. 39.

⁷ Otto Piper, “Unchanging Promises: Exodus in the New Testament”, *Interpretation* (1º de janeiro de 1957), p. 3.

⁸ Ver Gerhard F. Hasel, “The Crisis of the Authority of the Bible as the Word of God”, *Journal of the Adventist Theological Society* 1, nº 1 (1990), p. 31-33.

⁹ Ellen G. White, *Fundamentos da Educação Cristã* (Tatui: Casa Publicadora Brasileira, 2015), p. 187.

A Bíblia Como Fonte de Autoridade de Nossa Teologia

Capítulo

4

O debate sobre autoridade talvez seja a questão mais fundamental que a igreja enfrenta hoje. Em certo sentido, isso está na base de todas as discussões teológicas atuais. Para muitas pessoas atualmente, a noção de autoridade não é atraente, em especial quando se trata de convicções religiosas. Na sociedade contemporânea, pensar está em oposição aos conceitos de autoridade e obediência religiosa. Para muitos, a impressão predominante é que a piedade somente é genuína e legítima quando repousa sobre uma convicção interior e pessoal, uma convicção que não deve estar sujeita a autoridades externas. Essa profunda desconfiança sobre a autoridade prevalece hoje e tem sido um problema humano fundamental desde a queda de Adão e Eva.

É indiscutível que grupos sociológicos (e, em benefício de nossa discussão, uma igreja) fundamentam sua autoridade em um determinado elemento, pois, por meio dele, podem manter sua identidade e integridade. Caso contrário, é difícil, se não impossível, resolver conflitos internos. Além disso, sem a aceitação da autoridade, a unidade teológica fica inviabilizada no enfrentamento de questões sobre verdade e heresia. O dilema da autoridade está no centro da crise moderna da teologia, superando todos os outros problemas pelos quais o cristianismo passa.

A resposta à questão da autoridade afeta todas as áreas da existência espiritual, e sua importância não pode ser superestimada. Ela influencia nossa adoração, pregação, missão, teologia e ética. Em suma, toca o fundamento de como vivemos como discípulos de Cristo. Perguntas relacionadas com

questões abrangentes como aborto, criação/evolução, homossexualidade, o papel da razão, a relação entre fé e ciência e a questão da submissão são afetadas pelo nosso entendimento sobre autoridade.

Significado de autoridade

A palavra em português “autoridade” é derivada do latim *auctoritas* e se refere à reputação das pessoas e sua capacidade de exercer influência.¹ A autoridade deriva do reconhecimento da excelência superior de alguém em uma determinada esfera. Assim, quando falamos sobre a autoridade das Escrituras, expressamos a ideia de que a Bíblia tem o direito superior de ser a regra de fé e prática do cristão e, assim, demandar obediência, determinar e julgar a validade e a correção de nossos ensinamentos e conduta.²

A questão da autoridade é complexa.³ Ela envolve muitos fatores que precisam ser considerados. Entre os vários elementos envolvidos estão o lugar e o papel de Deus, a Bíblia, a tradição, a razão humana, a experiência, a cultura e as cosmovisões. Toda posição teológica determina, consciente ou inconscientemente, um papel para cada um desses critérios de autoridade. As diferenças surgem como resultado da prioridade atribuída a cada aspecto. Na sociedade moderna, e especialmente no mundo ocidental, vivemos em meio à secularização e o humanismo. O homem é o centro das atenções, e isso levanta a pergunta: Existe uma autoridade superior ao próprio homem?

Autoridade bíblica

No ensinamento bíblico, a fonte de toda autoridade não é o homem, mas o próprio Deus (ver Rm 13:1; Dn 4:34; Jo 19:11). A autoridade da Bíblia está ligada à autoridade de Deus, e é de Deus e de Sua revelação que deriva a autoridade dela. Ao longo dos séculos, os estudiosos da Bíblia aceitaram as Escrituras Sagradas como a Palavra da verdade escrita por Deus. Os críticos da fé cristã consideraram a Bíblia um livro totalmente humano e, há muito, desafiam a veracidade das Escrituras, sabendo que, para que tenham autoridade, elas devem ser dignas de confiança. Outros têm limitado a autoridade das Escrituras a questões teológicas. Para esses, a Bíblia é considerada uma autoridade para nos ensinar o caminho da salvação, mas, quando se trata de questões históricas e éticas,

ela não é confiável. Contudo, alguns questionamentos permanecem: A Bíblia deveria ser a autoridade final em todos os assuntos da vida e da prática? A ela deve se reservar o direito de autointerpretação? Deve-se permitir que as forças científicas e socioculturais influenciem o significado da Bíblia?

Uma revisão cuidadosa das Escrituras mostra que os escritores bíblicos a consideravam autoritativa. Eles a viam como a Palavra de Deus na forma escrita. Para o apóstolo Paulo, as Escrituras eram “os oráculos de Deus” (Rm 3:2). Por essa razão, ele as chamava de “Sagradas Escrituras” (Rm 1:2). Para Jesus, as Escrituras eram a Palavra de Deus que não podia ser anulada (Jo 10:35, NVI). Ele repudiou as tentações do diabo com um decisivo “Está escrito” (Mt 4:4, 7, 10). Com base em todas as Escrituras, Ele explicou o que constava a respeito de Si mesmo (Lc 24:27). Para Cristo, o Antigo Testamento era verdadeiro, tendo atribuído autoridade suprema e inquestionável às Escrituras Hebraicas.⁴

Por chegarem até nós como oráculos de Deus, as Escrituras carregam uma autoridade divina intrínseca. Ao contrário da autoridade humana, que muitas vezes se vale da força e da coerção, a autoridade divina está enraizada no amor e evidenciada no serviço e na abnegação. As Escrituras nos falam com a mesma autoridade de Cristo. Elas revelam o amor e a verdade de Deus. Existe um profundo paralelo, expresso na linguagem humana, entre Cristo, a Palavra encarnada, e as Escrituras, a Palavra escrita de Deus. As palavras dos profetas e apóstolos não são meramente humanas, mas a Palavra de Deus em forma humana.

Segundo os escritores bíblicos, é o Espírito de Cristo quem fala nas palavras dos profetas e dos apóstolos (1Pe 1:10-12). Jesus Cristo é plenamente divino e humano. Ele fez questão de que essa ambivalência em Sua natureza ficasse clara para todos. Da mesma forma, embora as palavras escritas nas Escrituras apresentem as limitações da linguagem humana, ainda assim elas falam com a suprema autoridade divina. O que elas proclamam “permanece para sempre” (Is 40:8, NVI), “é a verdade” (Jo 17:17), “é viva e eficaz” (Hb 4:12, NVI) e “não pode ser anulada” (Jo 10:35, NVI). Portanto, somos advertidos a não acrescentar nada à Sua Palavra (Pv 30:6; Ap 22:18, 19). As Escrituras são dadas como a Palavra de Deus, tendo a autoridade divina do único Deus verdadeiro.

O escopo e a suficiência da autoridade das Escrituras

Os reformadores protestantes defenderam o princípio *sola Scriptura*, quebrando o domínio eclesiástico da Igreja Católica Romana sobre a interpretação e a autoridade da Bíblia. A tradição da igreja, a filosofia e a autoridade papal não eram mais a última palavra. Não se atribuiu aos livros apócrifos a mesma origem e autoridade divina das Escrituras canônicas.

Hoje, novas ameaças à autoridade bíblica têm surgido. Após a ênfase dada pelo Iluminismo à razão humana onipotente, a teologia liberal demonstrou todas as autoridades externas. A revelação divina é julgada pela razão humana, permitindo somente a reconfirmação do que pode ser conhecido sobre a natureza por meio da reflexão racional. A razão humana se tornou a nova norma e autoridade para a verdade bíblica. Para muitos teólogos liberais, a “revelação” se transformou em uma reafirmação meramente racional de verdades morais já disponíveis para o intelecto esclarecido.⁵

Assim, nos círculos protestantes liberais, o ofício do ensino católico foi substituído pela razão humana autônoma, o que tem levado a um “papado de eruditos” e a especialistas envolvidos no que ficou conhecido como “erudição científica”, ou seja, a interpretação da Bíblia sob a égide da razão histórica e do naturalismo metodológico.⁶ Com base na razão humana como norma final e autoridade máxima, “estudiosos liberais se engajaram em pesquisas literárias e históricas que questionavam a autoria tradicional, desafiavam a confiabilidade factual, rejeitavam ou remodelavam a inspiração divina e promoviam um relativismo destrutivo para absolutos doutrinários e éticos”.⁷

A crítica bíblica moderna tem influenciado os cristãos sinceros a limitar a autoridade das Escrituras, reduzindo seu papel aos princípios essenciais da fé e da moralidade cristã. Sempre que a Bíblia fala sobre assuntos de história ou ciência, suas declarações são sujeitas aos critérios da crítica histórica naturalista e a uma filosofia naturalista da ciência. Essa abordagem exclui qualquer causalidade sobrenatural no reino da natureza e no fluxo da história. Essa exclusão do sobrenatural leva a interpretações que ignoram, distorcem ou negam as reivindicações dos escritores bíblicos sobre a origem divina, autoridade e veracidade de seus escritos.

Outro elemento importante no debate moderno sobre autoridade bíblica é a questão do escopo e propósito das Escrituras. Segundo Paulo, o principal objetivo da Bíblia é nos tornar “sábios para a salvação pela fé em Cristo Jesus” (2Tm 3:15). O apóstolo João nos diz que a mensagem e os fatos bíblicos “foram escritos para que vocês creiam que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus e, crendo, tenham vida em Seu nome” (Jo 20:31, NVI). O próprio Jesus criticou os líderes judeus de Seus dias por seu trágico fracasso em compreender esse importante propósito das Escrituras: “Examinai as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas mesmas que testificam de Mim. Contudo, não quereis vir a Mim para terdes vida” (Jo 5:39, 40).

O debate sobre o escopo de autoridade da Bíblia, no entanto, não é sobre o propósito espiritual das Escrituras. A questão é se a autoridade das Escrituras se estende a todo o conteúdo da Bíblia, ou seja, a tudo o que as Escrituras afirmam (*tota Scriptura*). Alguns críticos modernos da Bíblia reduziram a autoridade das Escrituras a questões de salvação, anulando-a completamente. Ellen White abordou essa questão: “Muitos professos ministros do Evangelho não aceitam *toda a Bíblia* como a Palavra inspirada. Um sábio rejeita esta parte, outro duvida daquela. Elevam sua opinião acima da Palavra; e as Escrituras que eles ensinam repousam sobre a autoridade deles próprios. Sua autenticidade divina é destruída”.⁸ O princípio que Ellen White defendia é que toda a Escritura deve ser recebida como a Palavra de Deus, uma vez que ela fala com autoridade divina (ver At 24:14; 2Tm 3:16). Embora o ponto central da Bíblia esteja no domínio espiritual, sua autoridade não pode ser limitada pela exclusão arbitrária de outras áreas do conhecimento humano, tais como a história e a natureza. A própria Bíblia não limita explicitamente o alcance de sua autoridade às coisas espirituais.⁹

Alguns afirmam que a Bíblia não é um livro de ciências ou de história e por isso não deve ser considerada como autoridade nessas áreas do conhecimento. Embora seja verdade no sentido técnico, afirmações dessa natureza representam um ataque frontal à autoridade das Escrituras. Se a veracidade da criação e das narrativas históricas forem rejeitadas ou reinterpretadas ao sabor das teorias científicas naturalistas ou da pesquisa histórica, sua autoridade será neutralizada. Jesus, os profetas e os apóstolos não questionaram

a verdade histórica das Escrituras nem o registro de Gênesis. Pelo contrário, afirmaram a veracidade e autoridade divina das Escrituras. Deus e Sua Palavra estão arraigados em Seus atos históricos e declarações proféticas. Desacreditar da integridade dos detalhes históricos das Escrituras é o passo inicial para diminuir a autoridade da Bíblia.

A teologia adventista recorre à autoridade divina de todas as Escrituras Sagradas, pois as vê como a Palavra escrita de Deus. A Bíblia não contém meramente a palavra de Deus; ela é a Palavra de Deus na forma escrita. A Bíblia é investida de autoridade divina por causa de sua inspiração sobrenatural. Por esse motivo, Jesus Se refere às Escrituras como a norma para Sua teologia: “Quem crer em Mim, como diz a Escritura, do seu interior fluirão rios de água viva” (Jo 7:38, itálico acrescentado).

As Escrituras não receberam sua autoridade da igreja nem são legitimadas pela comunidade científica atual ou por meio de nossa experiência humana. Sua credibilidade deriva da inspiração divina. Assim, a Bíblia é caracterizada por um senso de verdade e autoridade espiritual. Ela comunica a verdade divina de uma maneira que a natureza e a criação não podem fazê-lo, porque o pecado degenerou a qualidade de inspiração do mundo natural.

A veracidade inerente da Bíblia torna as Escrituras confiáveis e fidedignas ao dar testemunho da verdade de Deus. Ela é o padrão normativo (norma normans) que governa tudo. Nas palavras de Ellen White: “Em Sua Palavra, Deus conferiu aos homens o conhecimento necessário à salvação. As Santas Escrituras devem ser aceitas como autorizada e infalível revelação de Sua vontade. Elas são a norma do caráter, o revelador das doutrinas, a pedra de toque da experiência religiosa.”¹⁰

➔ Somente a Bíblia pode fornecer uma base autêntica para entendermos nosso propósito e nosso destino. Ela revela a vontade de Deus, Seus mandamentos, Seu caráter e o plano de salvação. As Escrituras têm o poder de unificar povos e culturas, levando-os à presença de seu Deus criador e redentor.

Referências

¹ Rolf Schieder, “Authority. II. History and Theology” em Hans Dieter Betz, Don S. Browning, Bernd Janowski, e Eberhard Jüngel, *Religion Past & Present: Encyclopedia of Theology and Religion* (ed.) (Leiden: Brill, 2007), v. 1, p. 519. Ver também Waldemar Molinski, “Authority” em

Karl Rahner (ed.), *Encyclopedia of Theology: The Concise Sacramentum Mundi* (Nova York: The Seabury Press, 1975), p. 61.

² Ver H. D. McDonald, "Authority" em Walter A. Elwell (ed.), *Evangelical Dictionary of Theology*, 2ª ed. (Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2001), p. 153.

³ Sobre a questão da autoridade, ver Peter M. van Bemmelen, "A Autoridade das Escrituras" em George W. Reid (ed.), *Entendendo as Escrituras uma abordagem adventista* (Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2007), p. 75-90.

⁴ Ver John Wenham, *Christ and the Bible*, 3ª ed. (Grand Rapids, MI: Baker Books, 1994), p. 16-44.

⁵ Alister E. McGrath, "Enlightenment" em Alister E. McGrath (ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Modern Christian Thought* (Oxford: Blackwell, 1993), p. 152.

⁶ Ver Gerhard Maier, *Biblical Hermeneutics* (Wheaton, IL: Crossway Books, 1994), p. 167, 168; Alvin Plantinga, "Two (or More) Kinds of Scriptural Scholarship" em Craig Bartholomew, C. Stephen Evans, Mary Healy e Murray Rae (ed.) *"Behind" the Text: History and Biblical Interpretation* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2003), p. 19-57.

⁷ Geoffrey W. Bromiley, "Scripture, Authority of", em Geoffrey W. Bromiley (ed.) *International Standard Bible Encyclopedia* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1988), v. 4, p. 363.

⁸ Ellen G. White, *Parábolas de Jesus* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1998), p. 39, *itálico acrescentado*.

⁹ Ver a excelente discussão sobre o assunto em Noel Weeks, *The Sufficiency of Scripture* (Carlisle, PA: Banner of Truth, 1988), p. 85-90.

¹⁰ Ellen G. White, *O Grande Conflito* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2018), p. 7.

Capítulo

5

Somente as Escrituras

Os adventistas do sétimo dia têm confirmado a importância da Bíblia afirmando enfaticamente o princípio *sola Scriptura* da Reforma, ou seja, que os assuntos de fé e prática devem ser decididos apenas pelas Escrituras. Já em 1847, Tiago White declarou sem qualquer ambiguidade: “A Bíblia é uma revelação perfeita e completa. É a nossa única regra de fé e prática.”¹

Julgar toda a fé e prática somente pelas Escrituras tem sido chamado de “o grito de guerra” da Reforma Protestante.² Em junho de 1520, uma bula papal condenou 41 dos ensinamentos de Martinho Lutero, acusando-o de rejeitar todos os santos mestres da igreja. Defendendo sua posição, Lutero escreveu que “somente a Escritura é o verdadeiro senhor e mestre de todos os escritos e doutrinas da Terra. Se não admitem isso, para que serve a Escritura? Quanto mais a rejeitamos, mais nos satisfazemos com livros e professores humanos”.³ Mais tarde, ao comparecer diante do imperador Carlos V, na Dieta de Worms, ele declarou: “Minha consciência é prisioneira da Palavra de Deus.”⁴

A ousada posição do reformador, a Bíblia e o nascimento do protestantismo compartilham uma história comum, estando intimamente ligados. A Reforma se opôs à tradição patristica, à filosofia escolástica e à autoridade papal a quem era permitido que prevalescessem sobre a autoridade bíblica. Hoje, a luta continua, e o papel das Escrituras como único padrão e norma final em questões de teologia ainda é um princípio central das igrejas protestantes.

A autoridade divina do Antigo Testamento

Ultimamente, porém, o princípio *sola Scriptura* tem recebido críticas de

teólogos protestantes liberais e de católicos romanos. Alguns questionam a validade do *sola Scriptura*, argumentando que “não há nenhuma declaração nas Escrituras que defina o *sola Scriptura*”.⁵ Supostamente, a Bíblia não conteria evidências para apoiar o princípio *sola Scriptura*.

Embora seja verdade que a frase *sola Scriptura* não aparece na Palavra de Deus, existe um tempo na história da humanidade que é anterior à Bíblia. Alguns têm salientado que considerar a Escritura concluída como o ponto de partida da nossa teologia equivale a nos colocar automaticamente fora do contexto dos escritores bíblicos, visto que a Escritura concluída é algo que não existiu até muito tempo depois dos eventos apresentados na Bíblia.⁶ Essa preocupação os leva a concluir que o *sola Scriptura* não pode ser bíblico. No entanto, essa linha de pensamento é deficiente por várias razões. O fato de uma palavra ou frase não aparecer na Bíblia não significa que a ideia ou o conceito esteja ausente. Por exemplo, termos como “Trindade” não são encontrados nas Escrituras. No entanto, essa expressão formula claramente o ensino das Escrituras sobre a Divindade.

Para os cristãos, é bastante lógico lembrar o lugar das Escrituras na vida de Cristo e dos apóstolos. Já no Antigo Testamento, há evidências de uma autoridade canônica autoconsciente no reconhecimento de que a palavra escrita foi dada por Deus para governar e direcionar Seu povo.⁷ Uma documentação escrita acompanha o relacionamento fundamentado na aliança entre Deus e Seu povo. Essas palavras escritas se destinavam a governar e dirigir a vida deles.⁸ O Antigo Testamento cresceu a partir dessa raiz.⁹

O Novo Testamento reconhece o cânon que hoje conhecemos como Antigo Testamento. Tanto Jesus como os apóstolos usaram as Escrituras do Antigo Testamento em um sentido canônico normativo. Eles empregaram palavras como “Escritura” (*graphe*) e expressões como “a Lei e os Profetas” (Lc 16:16), “Está escrito” (Lc 19:46), “disse Deus” (2Co 6:16, NVI) e “a Escritura diz” (Rm 9:17) para se referir ao Antigo Testamento. Jesus acreditava que o Antigo Testamento e os ensinamentos de Moisés eram a Palavra de Deus (Mc 7:10-13). Ele citou Davi como um escritor inspirado (Mc 12:36). Para o Senhor, os escritos inspirados do Antigo Testamento eram sagrados e tinham autoridade (Jo 10:35; Lc 16:17).

Da mesma forma, os apóstolos afirmavam que o Deus do Antigo Testamento falou pela boca de Seus profetas (At 3:21), que as Escrituras Sagradas são inspiradas por Deus (At 1:16; 2Tm 3:16) e que as Escrituras são a Palavra de Deus (Rm 9:17; Gl 3:8). Portanto, as Escrituras são aceitas como verdade (Sl 12:6; 19:7-9; 119:160).

O Novo Testamento declara que Paulo serviu ao Deus de seus pais, “acreditando em todas as coisas que estejam de acordo com a lei e nos escritos dos profetas” (At 24:14). Para ele, ficou claro que “*tudo* o que foi escrito no passado, foi escrito para nos ensinar, de forma que, por meio da perseverança e do bom ânimo procedentes das Escrituras, mantenhamos a nossa esperança” (Rm 15:4, NVI, *itálico acrescentado*).¹⁰ Pedro reafirmou esse princípio, dizendo que “nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1:21).

A autoridade divina do Novo Testamento

Para os escritores do Novo Testamento, a autoridade divina também marcava as mensagens dos apóstolos. Paulo acreditava que as coisas que ele falava eram “palavras ensinadas pelo Espírito de Deus e não palavras ensinadas pela sabedoria humana” (1Co 2:13, NTLH). Sua mensagem foi recebida pela igreja apostólica “não como palavra de homens, e sim como, em verdade é, a palavra de Deus” (1Ts 2:13). Sem conter falhas, o testemunho do Novo Testamento é claro: os escritos dos apóstolos eram “considerados dignos de confiança, representando com precisão a mensagem divina”. Eles continham a autoridade divina, tendo o poder de resolver questões controversas.¹¹

Além disso, há uma crença de que a autoridade dos escritos do Novo Testamento é semelhante à do Antigo Testamento.¹² Em 1 Timóteo 5:18, demonstra-se essa convicção. Paulo diz que “a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o trigo. E ainda: O trabalhador é digno do seu salário.” A primeira parte desse verso é uma citação de Deuteronômio 25:4, e a segunda é de Lucas 10:7. Da mesma forma, Pedro se refere aos escritos de Paulo como Escritura (2Pe 3:16), e os apóstolos, por sua vez, esperavam coletivamente que sua mensagem fosse ratificada ou rejeitada com base nas Escrituras existentes.¹³

VER: KURUVILLA, "O TEXTO PRIMEIRO", P. 143; DIC. PAULO E SUAS CARTAS, PP. 83, 87; GOLDSWORTHY, "TRILOGIA", P. 303.

Os cristãos de Bereia foram elogiados por “[examinarem] as Escrituras todos os dias para ver se as coisas eram, de fato, assim” (At 17:11). Eles avaliavam com grande interesse o testemunho dos apóstolos, empregando o teste do Antigo Testamento: “À lei e ao testemunho! Se eles não falarem segundo esta palavra, jamais verão a luz do alvorecer” (Is 8:20, NAA). Aludindo a esse princípio, o apóstolo Paulo exortou os cristãos em Corinto “a não ir além do que está escrito” (1Co 4:6, ARC; ver 14:37). *ISSO MOSTRA Q OS APÓSTOLOS N TIN- HAM LICENÇA P/ USAR LIVREMENTE O AT.*

Em todas as situações, Cristo e os apóstolos apelaram à autoridade das Escrituras existentes com o “está escrito” (Mt 4:4-10; At 23:5; Rm 3:4, 10, etc.). Eles estabeleceram firmemente que tudo na vida deve ser julgado pelas Escrituras. Esperar que eles declarassem o *sola Scriptura* de forma mais explícita é ignorar o contexto histórico deles. É desconhecer o fato de que Jesus e os escritores do Novo Testamento usavam as Escrituras do Antigo Testamento então existentes, reconhecendo sua autoridade e comparando-as aos escritos do Novo Testamento.¹⁴ *OU SEJA, N EXISTE LICENÇA PROFÉTICA!*

Ainda autoridade

Para os protestantes comprometidos com os valores da Reforma, o princípio *sola Scriptura* parece intuitivo e inatacável. No entanto, essa ideia foi contestada por alguns que se converteram do protestantismo ao catolicismo romano.¹⁵ Alega-se que as Escrituras por si só não podem ser a norma final de autoridade para a teologia, visto que a Bíblia tem gerado interpretações conflitantes. O *sola Scriptura* é o “pecado da Reforma” afirma Stanley Hauerwas. O mesmo autor diz que nesse princípio falta um “meio objetivo de interpretar as Escrituras, o que leva ao individualismo extremo”.¹⁶ Alguns acreditam que esse pluralismo interpretativo constitui um problema debilitante para os cristãos que apoiam o “somente as Escrituras”.¹⁷ À luz desse desafio interpretativo, um número crescente de teólogos protestantes e católicos tem defendido um papel de maior autoridade para a igreja, a tradição e os credos como fontes de autoridade para um entendimento adequado das Escrituras.¹⁸

Entretanto, isso levanta questões cruciais e importantes. Mesmo uma leitura superficial dos escritos dos pais da igreja mostra que nunca houve uma tradição cristã uniforme e monolítica. Historicamente, os cristãos nunca aceitaram

universalmente um credo. Sem essa característica, “quais das tradições dos primeiros séculos do cristianismo” deveriam ser normativas?¹⁹ Qual igreja e qual tradição devem receber destaque na interpretação das Escrituras? A própria tradição não precisa de interpretação? Como as Escrituras podem ser uma autoridade final se sua interpretação correta depende da igreja e da tradição?

Além disso, entre as denominações que legitimam o “somente as Escrituras” como a norma final de sua teologia, há uma surpreendente harmonia nos ensinamentos bíblicos mais significativos, demonstrando que o *sola Scriptura* dificilmente será responsável pela falta de unidade entre os cristãos. Pelo contrário, o pluralismo interpretativo não vem a ser o problema das Escrituras, mas um problema de mentes humanas disparatadas e de pressupostos falhos, assunto que será discutido no próximo capítulo.

O apelo ao *sola Scriptura* não faz sentido se a Escritura não possuir autoridade, se ela não for necessária para o conhecimento da verdade de Deus, se não for clara em seu significado ou se for insuficiente em termos de intenção divina.²⁰

O que está claro neste estudo é que a adesão à Palavra de Deus continua sendo um desafio contínuo para o povo de Deus. Esse povo deve manter a “Bíblia, e apenas a Bíblia, como norma de todas as doutrinas e base de todas as reformas. Nem a opinião de sábios, nem as deduções da ciência, nem os credos ou decisões dos concílios eclesiais, tão numerosos e discordantes como são as igrejas que representam, a voz da maioria, nada disso deve ser considerado como evidência a favor ou contra qualquer ponto de fé religiosa. Antes de aceitar qualquer doutrina ou preceito, devemos conferir se há um categórico ‘Assim diz o Senhor’.²¹

Referências

¹ Tiago White, José Bates e Ellen G. White, *A Word to the Little Flock* (Fort Oglethorpe, GA: TEACH Services, 2014), p. 13.

² Gerhard Ebeling, “‘Sola Scriptura’ and Tradition” em Gerhard Ebeling (ed.), *The Word of God and Tradition: Historical Studies Interpreting the Divisions of Christianity* (Philadelphia: Fortress Press, 1968), p. 102. Graham Cole chama isso de “o grande bordão da reforma protestante”. Graham Cole, “*Sola Scriptura*: Some Historical and Contemporary Perspectives”, *Churchman* 104, nº 1, 1990, p. 21.

³ Martinho Lutero, *Luther's Works, Volume 32: Career of the Reformer II*, ed. Jaroslav Jan Pelikan, Hilton C. Oswald, e Helmut T. Lehmann (Philadelphia: Fortress Press, 1999), p. 11, 12.

⁴ Como citado em Roland H. Bainton, *Here I Stand: A Life of Martin Luther* (Nashville, TN: Abingdon Press, 1950), p. 185.

⁵ Robert A. Sungenis, "Point/Counterpoint: Protestant Objections and Catholic Answers" em *Not by Scripture Alone: A Catholic Critique of the Protestant Doctrine of Sola Scriptura* (Santa Barbara, CA: Queenship, 1997), p. 212. Igualmente, John Whiteford, *Sola Scriptura: An Orthodox Analysis of the Cornerstone of Reformation Theology* (Chesterton, IN: Ancient Faith Publishing, 1996). Mais recentemente, foi afirmado que a ocorrência do termo *sola Scriptura* é uma invenção bastante tardia da teologia luterana do século 19, e que não é característica da teologia reformada. Henk van den Belt, "The Problematic Character of Sola Scriptura" em Hans Burger, Arnold Huijgen e Eric Peels (ed.) *Sola Scriptura: Biblical and Theological Perspectives of Scripture, Authority, and Hermeneutics*, (Leiden: Brill, 2018), p. 38-55.

⁶ James Barr, *Holy Scripture: Canon, Authority, Criticism* (Philadelphia: Westminster Press, 1983), p. 3. Assim, para Barr "na Bíblia, a fé não era controlada pelas Escrituras; as Escrituras é que derivavam da fé", p. 4. Em outros lugares, Barr negou a possibilidade de formular uma visão das Escrituras a partir das próprias Escrituras. Ele afirma: "Não existe uma 'visão própria da Bíblia' a partir da qual é possível obter uma resposta totalmente autorizada a essas perguntas" (James Barr, *Fundamentalism* [London: SCM, 1977], p. 78). Para uma resposta às fortes críticas de Barr e um relato equilibrado das evidências que as Escrituras fornecem sobre esse assunto, ver Sinclair B. Ferguson, "How Does the Bible Look at Itself?" em Harvie M. Conn (ed.), *Inerrancy and Hermeneutic: A Tradition, a Challenge, a Debate* (Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1988), p. 47-66, reimpresso em Peter A. Lillback e Richard B. Gaffing Jr. (ed.), *Thy Word Is Still Truth: Essential Writings of the Doctrine of Scripture from the Reformation to Today* (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2013), p. 1207-1222; John M. Frame, "Scripture Speaks for Itself", publicado originalmente em John Warwick Montgomery (ed.), *God's Inerrant Word* (Grand Rapids, MI: Bethany Fellowship, 1974), p. 178-200, reimpresso como Apêndice F em John M. Frame, *The Doctrine of the Word of God: A Theology of Lordship* (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2010), p. 440-462; e em Lillback e Gaffing, *Thy Word is Still Truth*, p. 1224-1241; e Wayne A. Grudem, "Scripture's Self-Attestation and the Problem of Formulating a Doctrine of Scripture" em D. A. Carson e John D. Woodbridge (ed.), *Scripture and Truth*, (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1983), p. 19-59.

⁷ Aqui seguimos o argumento que é habilmente apresentado em Ferguson, "How Does the Bible", p. 19-59.

⁸ Ver Êx 17:14; Dt 5:22, 32; 6:4-8; 29:9; 30:9, 10, 15-16; 31:24-29; Js 1:7, 8; 8:34; 1Rs 2:3; Ne 8:8-18; 9:3; Jr 30:2; Dt. 4:2). Ver também John C. Peckham, *Canonical Theology: The Biblical Canon, Sola Scriptura, and Theological Method* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2016), p. 31.

⁹ Ver também discussão em Peckham, *Canonical Theology: The Biblical Canon, Sola Scriptura, and Theological Method* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2016), p. 31.

¹⁰ Cf. o paralelismo entre Romanos 15:4 e 5, em que a perseverança e o encorajamento das Escrituras são paralelos à perseverança e ao encorajamento de Deus!

¹¹ Richard M. Davidson, "Quem é o Autor da Bíblia?" em Gerhard Pfandl (ed.), *Interpretando as Escrituras: Descubra o Sentido dos Textos Mais Difíceis da Bíblia* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015), p. 25. O próprio Jesus se referiu às Escrituras para refutar as tentações do diabo.

¹² Por exemplo, João introduz citações do Antigo Testamento com as palavras "está escrito" (Jo 6:31; 8:17; 12:14; etc.). É uma frase que põe término a toda contradição e expressa a autoridade do que está sendo citado. Ver Ferguson, "How Does the Bible", p. 51. No entanto, uma expressão semelhante, "estes foram escritos", marca o término do próprio evangelho de João (Jo 20:31, NVI). Aqui, o verbo *grapho* (escrever) parece reter seu sentido quase autoritário (cf. palavras de Pilatos: "O que escrevi," [Jo 19:22]). As cartas dos apóstolos eram lidas não apenas pela igreja, mas ao lado dos escritos sagrados do Antigo Testamento (ver Cl 4:16). No livro do Apocalipse, junto às bênçãos prometidas aos leitores estão advertências para não acrescentarem ou tirarem nada (Ap 22:18, 19). Isso parece ecoar a advertência de Antigo Testamento (Dt 4:2). O livro do Apocalipse parece reivindicar a mesma autoridade que é assumida pelo Antigo Testamento.

- ¹³ Ver John C. Peckham, *Canonical Theology*, p. 148.
- ¹⁴ Isso foi comentado por Peckham em um excelente capítulo "Sola Scriptura: reduction ad absurdum?" em seu livro *Canonical Theology*, p. 147.
- ¹⁵ Christian Smith, *The Bible Made Impossible: Why Biblicism Is Not a Truly Evangelical Reading of Scripture* (Grand Rapids, MI: Brazos Press, 2012) e Klaus Berger, "Bis der Notarzt kommt: Zurück zur Bibel? Der Ökumenismus treibt neue, welke Blüten" em FAZ 214, 14 de setembro de 2004, p. 33.
- ¹⁶ Stanley Hauerwas, *Unleashing the Scripture: Frecing the Bible from Captivity to America* (Nashville, TN: Abingdon, 1993), p. 155, citado em Peckham, *Canonical Theology*, p. 159.
- ¹⁷ Smith, *The Bible Made Impossible*, p. xi.
- ¹⁸ Richard Bauckham afirmou que "houve um estreitamento da brecha entre as visões católica e protestante da relação entre as Escrituras e a tradição, de modo que alguns estudiosos têm falado sobre uma 'convergência ecumênica'" ("Tradition in Relation to Scripture and Reason" em Richard Bauckham e Benjamin Drewery [ed.], *Scripture, Tradition, and Reason: A Study in the Criteria of Christian Doctrine* (Nova York: T & T Clark, 2004), p. 125, citado em Peckham, *Canonical Theology*, p. 151, 152.
- ¹⁹ Peckham, *Canonical Theology*, p. 152.
- ²⁰ Ver Graham Cole, "Sola Scriptura: Some Historical and Contemporary Perspectives," *The Churchman* 104, nº 1 (1990), p. 24.
- ²¹ Ellen G. White, *O Grande Conflito* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2018), p. 595.

Por que Precisamos de Interpretação?

Capítulo

6

Você já se perguntou por que teólogos e igrejas cristãs baseiam seu trabalho e ministério na Bíblia? Eles fazem isso porque a Bíblia é a referência aceita no cristianismo. É impossível falar sobre Deus e a fé cristã sem aludir à Bíblia. Surpreendentemente, embora comentaristas e organizações compartilhem um fundamento bíblico, eles frequentemente chegam a conclusões diferentes ao explicar a existência de inúmeras denominações, todas sob o guarda-chuva do cristianismo. Em parte, isso se deve ao fato de que nem todos os teólogos nem todas as igrejas estão dispostos a cumprir as regras do princípio *sola Scriptura*. Outras fontes passam a ter autoridade. Quando isso ocorre, a razão, a experiência e a tradição se instalam e passam a influenciar a interpretação da Bíblia e as conclusões teológicas. Contudo, mesmo os crentes que atestam o *sola Scriptura*, considerando a Bíblia exatamente como está escrita, chegam a opiniões diferentes sobre alguns assuntos. Por que isso? A resposta a essa pergunta envolve a mente e a experiência de vida do leitor.

Ninguém aborda a Bíblia com a mente vazia

Sem exceção, todos mantêm crenças já internalizadas ou aceitas ao assumir a tarefa de interpretar a Bíblia.¹ Ninguém aborda a Bíblia com a mente vazia. Nossas variadas experiências, educação, preparação, treinamentos e opiniões têm influência na tarefa de ler as Escrituras. A neutralidade total ou a objetividade absoluta é uma premissa inatingível. A reflexão teológica sempre ocorre no contexto de pressupostos fundamentais sobre a natureza do mundo e a natureza de Deus. Para o intérprete individual, a cultura molda

dramaticamente seu contexto, afetando sua abordagem das Escrituras. Essas dinâmicas devem ser consideradas, pois elas sempre influenciam a interpretação do texto.

Nossas pressuposições

Uma influência significativa que pode distorcer nossa interpretação das Escrituras e até nos afastar do significado do texto bíblico é algo chamado de pressuposição.² Com isso queremos dizer que noções e entendimentos preconcebidos são trazidos ao texto antes de um estudo detalhado. Consciente ou subconscientemente, essas pressuposições estão sempre em ação e incluem “experiências específicas e encontros anteriores com o texto que tendem a nos fazer supor que já o entendemos”.³ A pressuposição inclui tudo o que você ouviu “na igreja, nos estudos bíblicos e na leitura individual da Bíblia. No entanto, pressuposições de textos bíblicos também são formadas por hinos e outras músicas cristãs, canções *pop*, anedotas, arte e literatura não bíblica, tanto cristã quanto secular. Semelhantemente, a cultura está constantemente se infiltrando em tudo”.⁴

O problema com as pressuposições é que algumas podem ser precisas e outras, imprecisas. Assim, embora um entendimento prévio de qualquer passagem possa estar correto, ele não terá fundamento se o texto bíblico não tiver sido estudado de maneira cuidadosa e meticulosa. É arriscado supor que uma pressuposição esteja sempre certa. A busca pela verdade exige grande humildade, porque a natureza humana naturalmente se inclina para a autoconfiança. Essa autoconfiança, ou orgulho, exerce uma influência corruptora sobre o intérprete, pois “nos leva a pensar que obtivemos o significado correto antes de fazermos o esforço apropriado para recuperá-lo. O orgulho normalmente não espera para ouvir; ele sabe tudo”.⁵ O orgulho eleva a opinião do leitor acima da Palavra de Deus e, numa reviravolta desconcertante, “é possível que alguém se orgulhe do próprio ceticismo, como também da própria certeza”.⁶ Em seu estágio mais hediondo, o orgulho não leva à humildade; ao contrário, ele induz a pessoa a humilhar e ridicularizar o texto bíblico.⁷

O irmão gêmeo do orgulho interpretativo é a preguiça interpretativa. Ela ignora a liberdade e a responsabilidade do leitor e depende de outras pessoas

para interpretação, seja um pregador de televisão, seja um professor e, até mesmo, um comentário bíblico para dizer o que o texto significa. Isso leva o leitor a renunciar ao esforço de estudar cuidadosamente o texto.⁸

Em contraste com o orgulho que não quer ouvir, ou a preguiça que ouve sem ouvidos críticos, simplesmente absorvendo os pensamentos dos outros, nosso conhecimento deve ser temperado pela humildade.⁹ Uma atitude de humildade corresponde à disposição de submeter nossa crença a uma autoridade superior. Esse tipo de atitude abraça a crença de que Deus e Sua Palavra são maiores que a razão humana e o nosso entendimento atual. Devemos estar dispostos a permitir que o texto bíblico modele e reformule nossas pressuposições de modo que nosso pensamento – e ação – estejam cada vez mais alinhados com a perspectiva bíblica.

Colocar-se acima da Palavra em vez de entendê-la

Abordar o texto com uma agenda teológica predeterminada é outro perigo da pressuposição. Essa prática impõe conclusões ao estudo da Palavra de Deus, em vez de permitir que a pesquisa modele as descobertas. Em reação, essa tendência humana exige abertura, honestidade e oração para que evitemos nos colocar acima da Palavra de Deus. Também exige que estejamos determinados a nos colocar deliberadamente sob a Palavra de Deus; devemos estar dispostos a deixar a Bíblia moldar nossos pensamentos e entendimento. É nessa linha que Ellen White nos oferece o seguinte conselho:

No estudo da Palavra, deixe de lado as opiniões preconcebidas e as ideias herdadas e cultivadas. Você nunca alcançará a verdade se estudar as Escrituras para defender as próprias ideias. Deixe-as de lado e, com o coração contrito, ouça o que o Senhor tem a lhe dizer. [...]

Não leia a Palavra à luz de opiniões antigas; mas, com a mente livre de preconceitos, busque-a com cuidado e oração. Se, à medida que lê, sente-se convicto a respeito de algo, e nota que suas opiniões não estão em harmonia com a Palavra, não tente adaptá-la a essas opiniões. Ajuste suas opiniões à Palavra. Não permita que as crenças ou práticas anteriores dominem o entendimento.¹⁰

Sem essa abertura e honestidade, os intérpretes são deixados à mercê da pressuposição, por se desgarrarem da Sagrada Escritura. Deixar de lado os pressupostos falhos amplia a compreensão bíblica. À medida que o entendimento é cada vez mais remodelado e expandido pela leitura das Escrituras, mais o estudante começa a se concentrar na verdade bíblica. A exposição repetida à Palavra de Deus aprimora a visão e o entendimento do leitor num alinhamento cada vez mais próximo da verdade bíblica, permitindo que o leitor pense com o texto, em vez de apenas sobre o texto. Durante esse processo, Deus trabalha por meio da Bíblia e do Espírito Santo, criando no intérprete as pressuposições necessárias e a perspectiva tão essencial para um entendimento adequado das Escrituras.¹¹

De maneira consistente, a Bíblia demonstra que as pessoas não são tão prisioneiras do próprio entendimento a ponto de não poderem ser transformadas. Em Tessalônica, por exemplo, Paulo “discutiu com eles com base nas Escrituras, explicando e provando que o Cristo deveria sofrer e ressuscitar dentre os mortos” (At 17:2, 3, NVI). Como resultado, “alguns dos judeus foram persuadidos e se uniram a Paulo e Silas, bem como muitos gregos tementes a Deus, e não poucas mulheres de alta posição” (At 17:4, NVI).

Falsa familiaridade com a Palavra

Outro perigo é o da falsa familiaridade com a Palavra. É excelente e louvável estar intimamente familiarizado com o conteúdo da Bíblia, mas há um perigo relacionado com isso. Se achamos que conhecemos a história, não a lemos mais com olhos atentos; consequentemente, somos tentados a renunciar a um estudo cuidadoso. Algumas passagens bíblicas familiares muito citadas acabaram perdendo seu real significado. Por exemplo, ao falarmos sobre as bênçãos prometidas a duas ou três pessoas reunidas para orar, frequentemente citamos as palavras de Jesus: “Porque, onde estiverem dois ou três reunidos em Meu nome, ali estou no meio deles” (Mt 18:20). Embora seja verdade que ter Jesus entre nós é uma bênção, esse texto não se refere a uma reunião de oração dos nossos dias. Uma leitura cuidadosa e atenta do contexto original mostra que Jesus está falando sobre a reintegração de um irmão à comunhão. Seguir os passos que Ele descreve nos versos anteriores (Mt 18:15-18) resultará em Sua presença e Sua bênção.

Sempre que esse modelo de reconciliação for seguido, independentemente do número de pessoas envolvidas, Ele prometeu estar presente!

O desafio da influência cultural sobre nossa interpretação das Escrituras

Um dos elementos mais poderosos que moldam a pressuposição é a cultura. Cultura é uma combinação de influências formativas oriundas da família de cada um e da herança nacional. “São coisas que você aprendeu com sua mãe durante o desjejum, com as crianças no parquinho da escola e no YouTube. É uma mistura de linguagem, costumes, histórias, filmes, anedotas, literatura e hábitos nacionais.”¹² Sua formação familiar também molda seu universo cultural. Bem ou mal, é de nossa família que herdamos muitos de nossos valores, ideias e imagens. Se você cresceu com um pai abusivo, será um desafio para você entender a imagem bíblica de Deus como um pai amoroso. Nesse caso, a bagagem do histórico familiar dificulta o entendimento da verdade bíblica sobre Deus. Essa bagagem, porém, não significa que seja impossível para aqueles que sofreram abuso entender o verdadeiro significado da verdade bíblica, “mas significa que eles precisarão se esforçar mais para superar algumas das imagens negativas de sua infância”.¹³

Da mesma forma, as imagens e respostas automáticas com as quais estamos acostumados nos impõem desafios para a compreensão adequada das passagens bíblicas. Por exemplo, Paulo nos adverte em Romanos 13:1 a 7 sobre o dever de nos sujeitarmos às autoridades governamentais. Qual é o significado desse conselho no contexto de uma democracia pacífica? E se você estiver vivendo sob o domínio autocrático de um governante despótico? Os autores (americanos) de um livro recente sobre hermenêutica usaram a passagem de Romanos para levantar as seguintes perguntas (direcionadas principalmente aos leitores norte-americanos): “Tendo em vista essa passagem, seria errado você participar da *Boston Tea Party* (Festa do Chá de Boston) de 1773? Em protesto contra um novo imposto sobre o chá, ‘patriotas’ americanos jogaram ao mar, no porto de Boston, toneladas de chá que pertenciam a outras pessoas. Seria isso uma atitude cristã?”¹⁴ A outra pergunta é ainda mais significativa: “A Guerra Revolucionária Americana teria ocorrido em flagrante

desobediência a Romanos 13:1 a 7? Tenha em mente que as causas dessa revolução estavam muito mais relacionadas com a economia do que com a liberdade religiosa. Também é importante considerar que, quando Paulo escreveu sua carta aos Romanos, o governo de Roma era muito mais opressivo e tirânico do que o governo de George III, rei da Inglaterra por ocasião do conflito. O que você acha?"¹⁵

Embora esse exemplo tenha sido apresentado por autores norte-americanos e seja direcionado a sentimentos também norte-americanos, ele ilustra um ponto interessante. Raramente questionamos a moralidade de nossa cultura. Ela é rotineiramente apresentada como maravilhosa e cheia de glórias; mas nenhuma cultura, por mais amada que seja, é neutra e sem culpa. Se começarmos nossa interpretação do texto bíblico (neste caso, Rm 13:1-7) com a conclusão preconcebida "de que o texto *não pode* criticar a Revolução, então estaremos colocando nossa cultura acima da Bíblia".¹⁶ É preciso que a Bíblia critique até nossa cultura, e não o contrário. Afinal, somos primeiramente cidadãos do reino de Deus e prometemos segui-Lo, como também a Seus ensinamentos.

Dois erros na interpretação

Por fim, nunca é suficiente dizer: o desafio do viés cultural é inevitável. Isso tem influência na interpretação devido à dificuldade que há de desvestir-se de si mesmo para poder entender um livro escrito em um idioma diferente e desenvolvido em tempo e local diferentes. Devemos trabalhar arduamente para evitar as armadilhas dos pressupostos e dos preconceitos culturais. Esse trabalho árduo será recompensado se evitarmos dois erros fundamentais.

O primeiro erro é abordar a Bíblia com o método equivocado, interpretando-a como se Deus não existisse. Qualquer cosmovisão estranha deve ser deixada de lado, permitindo que as Escrituras forneçam os parâmetros para a interpretação dela. O segundo erro a ser evitado é utilizar o método correto, mas de maneira errada, isto é, usar o *sola Scriptura*, porém de maneira inconsistente. É necessário permitir que a Bíblia reconfigure todas as nossas pressuposições. A submissão a esse método de estudo da Bíblia trará luz e entendimento a quem busca a verdade com humildade.

Para os crentes, evitar o primeiro erro provavelmente seja mais fácil do que lidar com a segunda armadilha. Chegar a um acordo consigo mesmo exige determinação e disposição de submeter-se às Escrituras, permitindo que a Bíblia funcione como um vínculo unificador. Por meio de Sua Palavra, Deus realizará a obra de unir nossa teologia, nosso coração e nossa mente.

Referências

- ¹ Sobre o importante papel das pressuposições na tarefa da interpretação, ver Frank M. Hasel, "Pressuposições na Interpretação das Escrituras" em George Reid (org.), *Compreendendo as Escrituras: Uma Abordagem Adventista* (Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2007), p. 27-46.
- ² Aqui, seguimos a excelente discussão sobre pressuposições em J. Scott Duvall e J. Daniel Hays, *Grasping God's Word: A Hands-On Approach to Reading, Interpreting, and Applying the Bible*, 3ª ed. (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2012), p. 137-46, 139-144.
- ³ Duvall e Hays, *Grasping God's Word*, p. 139.
- ⁴ Duvall e Hays, *Grasping God's Word*, p. 139.
- ⁵ Kevin J. Vanhoozer, *Is There a Meaning in This Text?: The Bible, the Reader, and the Morality of Literary Knowledge* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1998), p. 462.
- ⁶ Vanhoozer, *Is There a Meaning in this Text?*, p. 463.
- ⁷ Vanhoozer, *Is There a Meaning in This Text?*, p. 463.
- ⁸ Vanhoozer, *Is There a Meaning in This Text?*, p. 463.
- ⁹ Sobre a importância da humildade, ver Hasel, "Pressuposições na Interpretação das Escrituras", p. 34, 35.
- ¹⁰ Ellen G. White, *Mensagens aos Jovens* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1996), p. 260 (texto adaptado).
- ¹¹ Ver Gerhard F. Hasel, *Understanding the Living Word of God* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1980), p. 77, 78.
- ¹² Duvall e Hays, *Grasping God's Word*, p. 141.
- ¹³ Duvall e Hays, *Grasping God's Word*, p. 142.
- ¹⁴ Duvall e Hays, *Grasping God's Word*, p. 143.
- ¹⁵ Duvall e Hays, *Grasping God's Word*, p. 143.
- ¹⁶ Duvall e Hays, *Grasping God's Word*, p. 144.



Capítulo

7

Linguagem, Texto e Contexto

As palavras têm poder. Elas podem levar as pessoas da desobediência à fiel lealdade. Em um ponto crucial da história de Israel, Josué exortou o povo de Deus a agir: “Escolhei, hoje, a quem sirvais: se aos deuses a quem serviram vossos pais que estavam dalém do Eufrates ou aos deuses dos amorreus em cuja terra habitais. Eu e a minha casa serviremos ao SENHOR” (Js 24:15). Essas palavras poderosas moldaram o curso de uma nação e mantiveram Israel no centro do plano de Deus. No entanto, as palavras também podem causar estragos quando usadas para enganar e destruir. Séculos antes, no jardim do Éden, Satanás atraiu Eva com a frase enganadora: “Foi isto mesmo que Deus disse: ‘Não comam de nenhum fruto das árvores do jardim?’” (Gn 3:1, NVI).

Depois que Adão e Eva cederam à tentação de Satanás, Deus continuou a se comunicar com a humanidade. Profetas e escritores registraram a história e a teologia da criação, da queda, do plano da redenção e também da promessa de restauração. Os idiomas que eles usaram, hebraico, aramaico e grego, são desconhecidos para a maioria dos leitores modernos. Por essa razão, é fundamental entender como a tradução do texto bíblico afeta nosso entendimento hoje. As palavras bíblicas são cheias de significado e, em geral, possuem uma gama de sentidos que podem ser resgatados com a análise do contexto. Uma frase, um capítulo, um livro da Bíblia ou, possivelmente, a Escritura inteira podem influenciar o significado específico de uma só passagem. A compreensão dessas nuances nos idiomas originais esclarece e enriquece a mensagem da Bíblia. A título de exemplo, o estudo a seguir, sobre o conceito de remanescente nas Escrituras, demonstrará como o significado pode ser derivado do contexto mais amplo das Escrituras.

Estudo de palavras e contexto semântico

A análise das palavras é essencial para entender os conceitos existentes nas Escrituras. Este breve estudo sobre o assunto do remanescente ilustrará o seu valor. Várias palavras-chave precisam ser examinadas para que se possa entender o significado de remanescente ao longo de toda a Bíblia.¹

Uma das palavras utilizadas para remanescente é *shē'ār*, ou seja, “aquilo que resta ou permanece”. Em seus vários derivados, essa palavra ocorre 226 vezes no Antigo Testamento. A forma substantiva de *shē'ār* pode designar o “remanescente” de Israel (Is 10:20) ou “Seu [de Deus] povo” (Is 11:11, 16; 28:5). Nesse caso, o texto indica que esse é um remanescente escolhido por Deus. O profeta Isaías descreve ainda um remanescente santo que experimentou o julgamento divino (4:2-6; 6:13).

Outras palavras hebraicas que descrevem o remanescente incluem termos como *pālat* ou *mālat*, “fuga”²; *yāthar*, “permanecer, ser deixado”; *sarid*, “sobrevivente”; e *aḥarit*, “escape de uma ameaça mortal”.³ O radical *pālat* é usado 80 vezes no Antigo Testamento. Em alguns casos, nenhum escape foi possível (Jz 3:29; Jr 32:3, 4), mas em muitos isso ocorreu (Gn 19:17-22; Jr 51:6). No livro de Joel, novamente aqueles que invocaram o nome do Senhor escaparam (2:32).

Outro termo, *yāthar*, é usado 110 vezes. Significa “o resto do povo” (Ne 10:28; 11:1; Ag 1:12) e se refere ao remanescente que permaneceu em Jerusalém. Em alguns casos, esse termo é usado para um remanescente futuro (Sf 2:9; Zc 14:2).⁴

Finalmente, as palavras *sārid* e *aḥarit* podem ser encontradas em contextos em que o remanescente não sobrevive. Em Números 24:20, Balaão prediz um tempo em que Amaleque seria “o último até que pereça” (NKJV), e Amós 9:1 prediz um tempo em Israel em que “o que fugir dentre eles não escapará, nem o que escapar dentre eles se salvará” (ARC). Ezequiel afirma que “o que restar cairá à espada; [...] e quem ainda te restar será consumido pelo fogo” (23:25). Há uma sensação de destruição completa, sem que fique nenhum remanescente.

No Novo Testamento, o termo grego *loipós*, “o resto”, pode ser usado para indicar aqueles que se recusam a se arrepender e endurecem o coração. Em Romanos 11:5, o termo *katáloipoi* é usado para o “remanescente” no argumento

do apóstolo Paulo: “Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça” (Rm 11:5).

O contexto em que esses termos são usados indica que o conceito de remanescente pode ser descrito de várias maneiras. Embora exista alguma sobreposição, os termos usados para remanescentes geralmente se enquadram em três categorias.

O remanescente histórico

Primeiro, o remanescente histórico compreende aqueles que escaparam de uma grande catástrofe ou julgamento, dentro de um contexto histórico. Tarsee Li escreve que esse “aspecto do assunto remanescente é aplicável a despeito da fé do grupo ou de seu compromisso com Deus”.⁵ Por exemplo, em Gênesis 4:1 a 15, a morte de Abel “deixou apenas Caim como o progenitor da humanidade”.⁶ A sobrevivência de Caim não se deveu à sua fidelidade, mas ao fato de ele ter assassinado seu irmão.

Durante os primeiros anos de Israel em Canaã, a falta de crença nas promessas de Deus deixou um remanescente de cananeus na Terra Prometida. Esse remanescente continuou atormentando Israel ao longo dos séculos que se seguiram.

Em outro cenário, as invasões assírias também resultaram em problemas para Israel. Em Isaías 1:4 a 9, um remanescente composto de sobreviventes é descrito. Eles foram deixados para trás devido às circunstâncias da guerra; não por causa de sua obediência e fidelidade. Esses exemplos do remanescente histórico ilustram um remanescente que perdurou por causa de condições fora de seu controle.

O remanescente fiel

Além do remanescente histórico, a Bíblia também fala do remanescente fiel. São aqueles que permanecem leais a Deus nos tempos favoráveis e nas circunstâncias difíceis. Em toda a Bíblia, Deus tem um remanescente fiel à Sua vontade, que segue dando testemunho Dele. Essas pessoas vivem como todos nós, mas suas características não são moldadas pelas circunstâncias; vivem em resposta ao chamado de Deus. Aqui estão três exemplos bíblicos desse conceito:

1. *Noé*. No livro de Gênesis, a Bíblia registra a fidelidade de Noé e sua família à mensagem e à missão de Deus. “Ficou somente Noé e os que com ele estavam na arca” (Gn 7:23).

2. *José*. No Egito, José garantiu a salvação de Israel como remanescente por meio de seu diligente serviço na casa de Potifar, sua dedicação na prisão, e ao comunicar com precisão a interpretação dada por Deus aos sonhos dos dois prisioneiros. José reconheceu seu papel no plano divino. “Deus me enviou à frente de vocês para lhes preservar um remanescente nesta terra e para salvar-lhes as vidas com grande livramento” (Gn 45:7, NVI). Argumenta-se que esse “remanescente de José” não se refere à entidade coletiva que deveria perecer, mas a “um remanescente, aqueles que retornaram a Yahweh, os quais talvez ‘fossem poupados’”.

3. *Daniel*. Em Babilônia, a fidelidade de Daniel e de seus companheiros foi um instrumento para a conversão de Nabucodonosor e o retorno dos judeus a Jerusalém (Dn 2; 3; 4).

Nesse ponto, vale a pena notar que, entre o remanescente fiel pode haver infieis. Noé e sua família foram preservados na arca. Mais tarde, porém, Cam “viu a nudez do pai” (Gn 9:20-27, NVI). Da mesma forma, a família de Ló foi poupada da destruição de Sodoma e Gomorra, mas a esposa dele olhou para trás e se tornou uma estátua de sal (Gn 19:26). Essa realidade “exige que se vá além do contexto imediato de uma passagem específica na qual a terminologia ‘remanescente’ é usada. É preciso analisá-la em um contexto mais amplo do livro ou mesmo de todo o cânone, para determinar se uma comunidade sobrevivente da Bíblia é um remanescente fiel ou simplesmente um remanescente histórico”.⁸ Em geral, isso se torna mais claro à medida que termos e passagens são colocados em um contexto mais amplo das Escrituras. Continua sendo verdade que “o Antigo Testamento tem uma abrangente correlação entre a salvação de um remanescente e o núcleo do verdadeiro povo de Deus”.⁹

No Novo Testamento, a mensagem do evangelho de Cristo dá continuidade à correlação entre o remanescente e o verdadeiro povo de Deus. A mensagem de salvação de Jesus, embora universal (Mc 1:15), manteve o conceito do remanescente. Ele veio para “buscar e salvar o perdido” (Lc 19:10), mas também

disse que “estreita é a porta, e apertado, o caminho que conduz para a vida, e são poucos os que acertam com ela” (Mt 7:14). Em Mateus 22:14, os escolhidos contrastam com aqueles que não aceitaram os ensinamentos de Jesus.

Em Romanos 9 a 11, o apóstolo Paulo inclui judeus e gentios na composição do remanescente (Rm 9:24). “Essa comunidade expandida é possível devido à existência de um remanescente fiel de Israel”.¹⁰ A Bíblia e a igreja primitiva, portanto, preservaram o conceito de remanescente fiel.

O remanescente escatológico

O remanescente escatológico está intimamente relacionado ao remanescente fiel. Eles são os fiéis que experimentam as tribulações do fim dos tempos e saem vitoriosos no grande dia do Senhor, recebendo finalmente o reino de Deus. Esse remanescente é mencionado na previsão do profeta Joel: “O sol se converterá em trevas, e a lua, em sangue, antes que venha o grande e terrível Dia do SENHOR. E acontecerá que todo aquele que invocar o nome do SENHOR será salvo; porque, no monte Sião e em Jerusalém, estarão os que forem salvos, como o SENHOR prometeu; e, entre os sobreviventes, aqueles que o SENHOR chamar” (Jl 2:31, 32).

Em Apocalipse 12, Satanás, o dragão, está irado com a mulher, a igreja, e faz guerra “com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (Ap 12:17). Em Apocalipse 14:12, há uma frase semelhante: “Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus.”

Curiosamente, o termo *entolê*, “mandamento”, ocorre em ambas as passagens. Essa expressão se refere aos Dez Mandamentos ou a uma designação mais geral? Johannes Kovar aponta argumentos contextuais a favor dos Dez Mandamentos. O contexto de Apocalipse 12 a 14 apresenta a mensagem por meio de imagens ligadas ao santuário. Em Apocalipse 11:15 a 9, arca da aliança, situada no lugar santíssimo, é mencionada. A segunda visão se refere ao “santuário do tabernáculo [tenda] do Testemunho” (Ap 15:5). Em geral, a expressão “tenda do testemunho” se refere ao local em que os mandamentos eram mantidos. Segundo o autor, “é possível argumentar que Apocalipse 11:19 e 15:5 formam uma espécie de *inclusio* em torno

dos capítulos 12 a 14, com o objetivo de chamar a atenção do leitor para o que estava dentro do compartimento interno do templo, mais especificamente, a arca da aliança.¹¹

Assim, a questão dos Dez Mandamentos se torna ainda mais declarada e explícita em Apocalipse 12:17 e 14:12. O contexto imediato aponta para a interpretação de que esses mandamentos se referem aos Dez Mandamentos. Fazendo uma comparação com Daniel 7, Kovar também observa que há uma mudança do poder do chifre que altera as leis em Daniel para a ênfase feita em Apocalipse a um povo que cumpre a lei de Deus.¹² O contexto deixa isso claro, e, por duas vezes, Apocalipse 12 a 14 descreve um povo que “[guarda] os mandamentos de Deus”.

É importante observar a conexão e a continuidade que há entre o remanescente fiel e o remanescente escatológico; ambos são obedientes aos mandamentos de Deus. Essa obediência não se baseia em méritos próprios, mas no poder de Jesus, pelo qual eles podem alcançar a justificação pela fé. A importância de um povo que guarda os mandamentos no fim da história da Terra – no clímax da grande controvérsia entre Cristo e Satanás – se manifesta na mensagem do primeiro anjo. Essa mensagem indica para as pessoas a hora do julgamento divino e chama a atenção para os Dez Mandamentos, particularmente o quarto mandamento. “Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar aos que se assentam sobre a terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas” (Ap 14:6, 7). João destaca claramente o poder criativo de Deus ao identificar o marco de Sua obra criativa, o sábado.

As características do remanescente escatológico

Ao definir o povo do remanescente escatológico, precisamos entender a dupla descrição desse remanescente feita em Daniel e Apocalipse: quem são essas pessoas e quando aparecem na história. Este capítulo focaliza quem são eles e suas características. No capítulo 11 deste volume nos concentraremos no momento histórico em que eles aparecerem e em seu tempo profético.

Um exame das profecias de Daniel e Apocalipse nos dá algumas indicações sobre as características do remanescente.

1. Designado como os 144 mil em Apocalipse 14:4, o remanescente acompanha o Cordeiro aonde quer que vá. Eles seguem o exemplo de Cristo, rejeitando as últimas tendências intelectuais, a moda e as ambições mundanas.

2. “Não se achou mentira na sua boca” (Ap 14:5); em vez de mentira, eles têm a verdade e a proclamam nas mensagens dos três anjos de Apocalipse 14. Seus pensamentos são puros e centralizados em Cristo.

3. O remanescente é perseguido por sua fé. Em Apocalipse 12, eles são identificados como “o remanescente de sua semente” (v. 17), isto é, o remanescente da mulher que luta contra o dragão. O chifre pequeno faz guerra contra os santos e prevalece contra eles (Dn 7:21), procurando destruir “os poderosos e o povo santo” (Dn 8:24). Mas, quando Miguel Se levantar, o remanescente prevalecerá.

4. O povo remanescente guarda os mandamentos de Deus. Os mandamentos têm preeminência no livro de Apocalipse, e o sábado é enfatizado na mensagem do primeiro anjo (Ap 14:7) e na mensagem a Laodiceia (Ap 3:14). Em Daniel, o poder representado pelo chifre pequeno pensa “mudar os tempos e a lei” (Dn 7:25) e profanar o santuário (Dn 8:13). Por tudo isso, o povo remanescente emerge com o selo de Deus.

5. “São estes os que não se macularam com mulheres, porque são castos” (Ap 14:4). Esses crentes são sóbrios e se concentram na missão, além de puros em seus atos e pensamentos.

6. Os remanescentes são aqueles cujas “obras os acompanham” (Ap 14:13). Provados mediante o intenso conflito do fim dos tempos, seus atos ou “obras” são contados como justiça para eles (Hb 11:8-10). Assim como Abraão creu, e, pela fé, partiu para ir aonde Deus o levaria, os remanescentes são perfeitos diante de Deus e seguem a Cristo rumo à verdadeira Terra da Promessa.

Buscar viver dessa maneira, antes da vinda de Jesus, tem sido considerado por alguns como algo impossível e de índole legalista. Como resultado, nos últimos anos, a Igreja Adventista tem recebido críticas crescentes internas e externas sobre a doutrina do remanescente.¹³ Alguns têm defendido que esse ensino é exclusivista e até elitista.¹⁴ Outros têm sustentado

a identidade profética e apocalíptica do remanescente, tal como a descrevemos neste capítulo.¹⁵

Naturalmente, a vida do remanescente é uma realização divina e sobrenatural; é um presente de Deus. É um desejo humilde de seguir a Jesus, de buscar e salvar os perdidos, adverti-los sobre as trevas que há no mundo e levá-los à luz. É implorar aos perdidos, como fez Noé, a aceitar a salvação e evitar a destruição iminente da Terra. É um desejo sincero de conhecer Jesus e compreender Sua vontade, valorizando essa experiência acima de qualquer outra coisa que o mundo possa oferecer. O desejo do remanescente bíblico é permanecer fiel em todas as coisas até que Ele venha.

A ideia do remanescente está profundamente entrelaçada nas palavras das Escrituras. Juntas, essas palavras contribuem para a compreensão de como são os fiéis do fim dos tempos no contexto bíblico. Mediante um estudo cuidadoso, o conceito aflora, e o estudante da Bíblia começa a entender o tema geral do “remanescente”.¹⁶ “O conceito bíblico de um remanescente visível no tempo do fim provê aos adventistas do sétimo dia uma compreensão mais distinta da natureza da igreja do que qualquer outra denominação protestante. Os adventistas creem que a igreja não é essencialmente invisível, mas uma realidade apresentada em todo o mundo e que é inclusiva, abrangendo todas as nações, povos e línguas.”¹⁷ Nos últimos dias, é privilégio de todo crente do fim dos tempos se unir à igreja remanescente em sua missão de proclamar a mensagem de salvação de Deus para um mundo agonizante.

Referências

- ¹ Sobre essas palavras, ver os estudos de Gerhard F. Hasel, *The Remnant: The History and Theology of the Remnant Idea from Genesis to Isaiah* (Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1980); G. W. Bromiley (ed.), Gerhard F. Hasel, “Remnant”, *International Standard Bible Encyclopedia* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1982), p. 130-134.
- ² Gerhard F. Hasel, “*pālat*” em G. J. Botterweck, H. Ringgren e Heinz-Joseph Fabry (ed.), *Theological Dictionary of the Old Testament* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2000), v. 11, p. 551-567.
- ³ Gerhard F. Hasel, “‘Remnant’ as the Meaning of ‘Aharit’” em Lawrence T. Geraty, Siegfried Horn e Larry G. Herr (ed.), *The Archaeology of Jordan and Other Studies* (Berrien Springs: Andrews University Press, 1986), p. 511-524.
- ⁴ Gerhard F. Hasel, “Remnant” em K. Crim et al. (ed.), *Interpreter's Dictionary of the Bible, Supplement* (Nashville: Abingdon, 1976), p. 735.

- ⁵ Tarsee Li, "O Remanescente no Antigo Testamento" em Ángel M. Rodríguez (ed.), *Teologia do Remanescente: Uma Perspectiva Eclesiológica Adventista* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012), p. 23.
- ⁶ Gerhard F. Hasel, "Remnant" em G. W. Bromiley (ed.), *International Standard Bible Encyclopedia*, (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1982), p. 132.
- ⁷ Gerhard F. Hasel, "Remnant", p. 203.
- ⁸ Li, "O Remanescente no Antigo Testamento", p. 29.
- ⁹ Gerhard F. Hasel, "Remnant", em K. Crim et al (ed.), *Interpreter's Dictionary of the Bible, Supplement*, p. 736.
- ¹⁰ Leslie N. Pollard, "The Remnant in Pauline Thought" em Ángel M. Rodríguez (ed.), *Teologia do Remanescente: Uma Perspectiva Eclesiológica Adventista* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012), p. 79.
- ¹¹ Johannes Kovar, "O Remanescente e os Mandamentos de Deus" em Ángel M. Rodríguez (ed.), *Teologia do Remanescente: Uma Perspectiva Eclesiológica Adventista* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012), p. 118.
- ¹² Kovar, "O Remanescente e os Mandamentos de Deus", p. 124.
- ¹³ Para uma visão sobre essas questões, ver Frank M. Hasel, "O Remanescente na Teologia Adventista Contemporânea" em Ángel M. Rodríguez (org.), *Teologia do Remanescente: Uma Perspectiva Eclesiológica Adventista* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012), p. 160-180.
- ¹⁴ Alguns têm defendido que "a reunião final do remanescente pode ser mais ampla e abrangente do que qualquer igreja formal" e que "somos um movimento profético e não a igreja verdadeira de Deus". Ver Jack W. Provonsha, *A Remnant in Crisis* (Hagerstown, MD: Review and Herald, 1993), p. 163, 167. Isso requer uma abordagem racionalista da verdade e não uma abordagem fiel à revelação. Outros têm sugerido que Deus tem um remanescente em todas as principais religiões do mundo: um remanescente invisível dentro do budismo, do hinduísmo e do islamismo, e esse remanescente permanecerá até Jesus voltar; ver referências em Frank M. Hasel, "O Remanescente na Teologia Adventista Contemporânea", p. 174-180.
- ¹⁵ Gerhard F. Hasel, "The Remnant in Scripture and the End Time", *Adventists Affirm*, outono de 1988, p. 5-12, 64-66; Clifford Goldstein, *The Remnant: Biblical Reality or Wishful Thinking?* (Boise, ID: Pacific Press, 1994); Gerhard F. Pfandl, "The Remnant Church", *Journal of the Adventist Theological Society* 8, nº 1, 2 (1997), p. 19-27; Gerhard Pfandl, "Marcas do Remanescente do Tempo do Fim no Apocalipse" em Ángel M. Rodríguez (ed.), *Teologia do Remanescente: Uma Perspectiva Eclesiológica Adventista* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012), p. 140-159.
- ¹⁶ Ver Gerhard F. Hasel, *Understanding the Living Word of God* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1980), p. 113-116.
- ¹⁷ Frank M. Hasel, "O Remanescente na Teologia Adventista Contemporânea", p. 173.

A Criação e o Sábado

Capítulo

8

Hoje em dia, o sábado está sob forte ataque na sociedade secular e nas comunidades religiosas. Por exemplo, empresas multinacionais têm tentado mudar o calendário em muitos países europeus, designando a segunda-feira como o primeiro dia da semana e o domingo como sétimo dia. Além disso, a recente encíclica papal sobre mudança climática, na qual o sábado é chamado de “sábado judaico”, exorta o mundo a observar um dia de descanso para reduzir o aquecimento global.¹ Em alguns países asiáticos, a semana de trabalho é de seis dias – de segunda a sábado – enquanto em alguns países muçulmanos, em deferência à sexta-feira como dia de santa adoração, a semana de trabalho – também de seis dias – vai de sábado a quinta-feira. Além disso, leis dominicais têm sido criadas para proteger a santidade do primeiro dia da semana. Todas essas tendências vêm abalando o sábado bíblico.

Nos próximos dois capítulos nos concentraremos em duas instituições cujo fundamento remonta à criação: o sábado e a santidade do casamento. Utilizando-os como casos de teste, nosso estudo aplicará os princípios de hermenêutica que aprendemos.

O sábado em Gênesis

O livro de Gênesis oferece uma descrição simples e eloquente do dia de encerramento da criação. “No sétimo dia Deus já havia concluído a obra que realizara” (Gn 2:2, NVI). Muitos criacionistas enfatizam a obra de Deus durante os seis dias da criação, mas têm dificuldade em reconhecer que a obra de Deus não terminou no sexto dia. Foi o sábado que concluiu a obra de criação divina.

Por essa razão, Ele declarou: “O sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado” (Mc 2:27). Jesus fez essa declaração por haver criado o sábado como sinal e selo eterno da aliança de Deus com Seu povo. O sábado não foi feito apenas para o povo hebreu, mas para toda a humanidade. Ele foi disposto em função do relacionamento entre os corpos celestes que governam os anos, meses, dias e estações do ano. O fato de que o ciclo semanal não tem sua base na natureza o distingue de todas as demais medições de tempo. O sábado está alicerçado na semana da criação de Gênesis, o que estabelece seu lugar e significado na Palavra de Deus.

O texto prossegue indicando três coisas que Jesus fez depois que criou o sábado. Primeiro, Ele “descansou”, estabelecendo um exemplo divino de Seu desejo de descansar conosco. Segundo, “abençoou” o sétimo dia. Não foi o princípio do “descanso” que Deus abençoou, mas sim um dia específico. Na narrativa da criação, os animais são abençoados (Gn 1:22), e Adão e Eva são abençoados (Gn 1:28), mas, entre os sete dias da semana, apenas o sétimo é abençoado. Terceiro, Deus “o santificou” (Gn 2:3). Isso implica que Ele o separou como dia santo designado para a comunhão com Sua criação. Como Criador, essa era uma prerrogativa Dele, não nossa. Nenhum outro dia da Bíblia recebe essas designações; somente o sábado.

O sábado no deserto

A dádiva do maná no deserto serviu para valorizar a dádiva ainda maior do sábado (Êx 16:25). O relato desse milagre, ocorrido antes da entrega do Decálogo no Sinai, usa pela primeira vez o substantivo *sabbât*. O Senhor ordenou: “Amanhã é repouso, o santo sábado do SENHOR. [...] o SENHOR vos deu o sábado; por isso, Ele, no sexto dia, vos dá pão para dois dias; cada um fique onde está, ninguém saia do seu lugar no sétimo dia. Assim, descansou o povo no sétimo dia” (Êx 16:23, 29, 30). A necessidade de recolher o maná em dobro na sexta-feira, em obediência ao mandamento de Deus, era um lembrete semanal da palavra do Senhor a respeito do sábado. Se não o recolhessem de modo duplo na sexta-feira, no sábado não haveria nada para eles.² Por designio celestial, a provisão divina do maná era um reforço da santidade do sábado (v. 23), levando o povo a abster-se do trabalho e a desfrutar 24 horas de descanso (v. 23, 29, 30).

A experiência no deserto também serviu como teste para o relacionamento da humanidade com Deus. O ser humano confiaria no Senhor do sábado ou dependeria dos próprios desejos? Quando os israelitas saíram no sábado para recolher o maná (v. 25-27), Deus os repreendeu: “Até quando recusareis guardar os meus mandamentos e as minhas leis?” (Êx 16:28). Desonrar o dia de sábado equivalia a recusar-se a obedecer às leis e aos mandamentos de Deus, os quais foram estabelecidos na criação. Em particular, o quarto mandamento mostra que o conhecimento do sábado era anterior à experiência no deserto de Israel e à entrega dos Dez Mandamentos no Sinai.

O sábado nos Mandamentos

O ato criador de Deus e o interesse que Ele tem em Se relacionar conosco estão no centro do Decálogo, incorporados no mandamento do sábado. Seu desejo, que tenhamos a experiência do sábado, está expresso no quarto e mais longo mandamento, no qual estão todas as instruções sobre como observar o sábado (Êx 20:8-11).

Primeiro, Deus nos instrui sobre *o que* fazer. O chamado à observância do sábado tem duplo significado. Por um lado, nossa atenção é direcionada à semana da criação para que fique estabelecida a razão de ser do sábado. Por outro lado, reconhecendo a tendência do homem de esquecer, somos advertidos a lembrar do sábado. Santificado, separado e abençoado, o sábado, sétimo dia da criação, funciona como um dia especial de adoração, um tempo de íntima comunhão com o doador de toda espécie de vida.

Segundo, o mandamento especifica *quando* devemos lembrar: “o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus” (Êx 20:10). Ordenada pelo Criador ao estabelecer o ciclo semanal de sete dias, essa medida de tempo comemora a criação no sétimo dia de cada semana.

Terceiro, o mandamento descreve *como* devemos guardar o sábado. Não devemos trabalhar (v. 10). É a ordem para que cessem as atividades diárias de trabalho que ocupam nosso tempo. O sétimo dia é reservado para Deus enquanto os outros seis dias são para o trabalho. A ordem de se abster do trabalho é extensiva à família. Toda a família, assim como os servos, o gado e os convidados, deve desfrutar a paz que o sábado traz. Todos devem descansar e, como parte da família de Deus, usufruir a bênção coletiva em Jesus.

Finalmente, o mandamento nos diz *por que* devemos guardar o sábado. Em seis dias, Deus fez “os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou” (v. 11). No primeiro sábado, Ele cumpriu Seu desejo para aquele dia, passando-o com Adão e Eva, os seres humanos criados à Sua imagem. Para esse fim, “abençoou Deus o dia sétimo e o santificou” (Gn 2:3). Desde o começo, era Seu desejo manter um relacionamento com a humanidade. O sábado anuncia essa prioridade, mostrando um Deus que se afasta do governo do Universo para passar tempo com Sua criação.

O sábado no Novo Testamento

Desde o início de Seu ministério, Cristo deixou claro Seu relacionamento com o sábado. “Indo para Nazaré, onde fora criado, entrou, num sábado, na sinagoga, segundo o Seu costume, e levantou-Se para ler” (Lc 4:16). Mais tarde, Jesus declarou: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (Mt 5:17). Essa validação da lei acalmou os judeus dos dias de Jesus, que eram bastante sensíveis à lei. Mas isso não O impediu de desafiar os pesados regulamentos sabáticos criados pelos judeus. Em geral, Seus desafios ocorriam na forma de milagres, ao expulsar demônios (Mc 1:21-28; Lc 4:33) e curar no sábado (Mt 8:14, 15; Lc 6:6; 13:10-17; 14:1-4; Jo 5:1-9; 9:1-41). A cura do paralítico no tanque de Betesda e a ordem dada por Cristo para que ele andasse “demonstraram a realidade e a plenitude da cura [do paralítico] ao ele caminhar, levando para casa o leito em que estava deitado”.³ Justificando essa cura milagrosa, Jesus confrontou os fariseus: “É lícito nos sábados fazer o bem ou fazer o mal? Salvar a vida ou tirá-la?” (Mc 3:4).

Em Mateus 24:20, Jesus antecipa a destruição de Jerusalém em 70 d.C., pedindo aos ouvintes que “orem para que a fuga de vocês não aconteça [...] no sábado” (Mt 24:20, NVI). Conclui-se que Jesus está confirmando o sábado e sua santidade até 70 d.C.⁴ O sábado deveria ser um tempo de descanso, adoração e tranquila reflexão sobre as poderosas obras de Deus.

Mesmo na morte, Jesus descansou durante o sábado passado na sepultura, tendo sido ressuscitado no primeiro dia da semana. As mulheres que ungiram Jesus para o sepultamento “descansaram [no sábado], segundo o mandamento” (Lc 23:56). No original grego, o acusativo, *to sabaton*, indica que

elas descansaram “durante todo o sábado”. Lucas tem o cuidado de incluir o sábado em seu relato da paixão ao fazer referência a três dias distintos: o dia da preparação, o sábado e o primeiro dia da semana.⁵

Nos evangelhos, o exemplo de Jesus serve de instrução aos crentes de hoje. No espírito coerente para um dia de sábado, Ele curou e expulsou demônios, enfatizando assim o sábado como um dia de alegria, celebração e libertação da culpa e do fardo da enfermidade. Jesus nunca falou sobre abolir o sábado. Em vez disso, Ele disse aos discípulos: “Se Me amais, guardareis os Meus mandamentos” (Jo 14:15).

Na igreja apostólica, o costume de guardar o sábado teve continuidade. A frase encontrada em Lucas 4:16, “como era seu costume”, indica que, ao retornar a Nazaré, sua cidade natal, Jesus foi à sinagoga. A mesma expressão também é usada para Paulo. “Tendo passado por Anfípolis e Apolônia, chegaram a Tessalônica, onde havia uma sinagoga de judeus. Paulo, segundo o seu costume, foi procurá-los e, por três sábados, arrazoou com eles acerca das Escrituras, expondo e demonstrando ter sido necessário que o Cristo padecesse e ressurgisse dentre os mortos; e este, dizia ele, é o Cristo, Jesus, que eu vos anuncio” (At 17:1-3). Em Corinto, Paulo “todos os sábados discorria na sinagoga, persuadindo tanto judeus como gregos” (At 18:4). Em sua terceira viagem, ele chegou a Éfeso e “durante três meses [...] frequentou a sinagoga, onde falava ousadamente, dissertando e persuadindo com respeito ao reino de Deus” (At 19:8). Mais tarde, ele deixou a cidade e ingressou na escola de Tirano, após o que, “todos os habitantes da Ásia [ouviram] a palavra do Senhor, tanto judeus como gregos” (v. 9, 10).

Retratar Jesus e os apóstolos como guardadores do sábado é um padrão consistente no Novo Testamento. Mesmo depois que os cristãos deixaram de ir às sinagogas, não há indicação de que eles adorassem em um dia diferente. O fato de não haver controvérsias sobre a natureza unificadora do sábado é evidenciado pela ausência de uma diretriz sobre o sábado no Concílio de Jerusalém. Aparentemente, isso era irrelevante na luta do novo movimento para integrar judeus e gentios. “O silêncio do concílio sobre esse assunto é um testemunho eloquente da observância contínua do sábado pelos cristãos judeus e gentios.”⁶

O sábado hoje

Estudos contemporâneos sobre o sábado utilizam três abordagens principais para argumentar que o sábado não é mais obrigatório: (1) a abordagem histórico-crítica; (2) o argumento da antiga-nova aliança, destacando o contraste entre o antigo Israel e a igreja estabelecida por Cristo; e (3) confirmações do sábado, comprovando como bíblico, tanto no Antigo como no Novo Testamentos, mas considerando-o como um sábado escatológico para toda a humanidade.

A abordagem histórico-crítica nega a reivindicação de autoria do Pentateuco e atribui a data das passagens do sábado existentes nos dois primeiros livros da Bíblia à tradição israelita posterior e a várias escolas (J, E, D, P), editores ou redatores. Para Willy Rordorf, portanto, o sábado judaico de Gênesis 1 e 2, Êxodo 20 e Deuteronômio 5 “se originou após a ocupação de Canaã, e [...] a evidência disso pode ser encontrada em documentos que datam do período monárquico inicial”. No entanto, “o crédito por essa invenção não foi dado aos israelitas”.⁷ Nesse aspecto, os eruditos têm buscado a origem do sábado fora de Israel, assumindo que ele teria sido tomado de empréstimo de alguma outra civilização antiga, como a babilônica, quenita, árabe ou ugarítica. “Apesar dos imensos esforços de mais de um século de estudo sobre as origens do sábado fora do âmbito israelita, ele ainda está envolto em mistério. Nenhuma hipótese impõe o respeito de um consenso acadêmico.”⁸ Seria inútil procurar as origens do sábado fora das Escrituras, porque o sábado se originou na criação e foi ordenado por Deus, que determinou o ciclo de sete dias.

Alguns teólogos também têm argumentado que o sábado fazia parte da aliança israelita ou judaica, a qual foi “anulada” por Jesus com Suas curas no sábado e, portanto, foi substituído pelo “Dia do Senhor”, no Novo Testamento.⁹ Eles afirmam que isso pode ser rastreado no próprio Novo Testamento. Entretanto, como foi observado acima, não há evidências de que Jesus ou os apóstolos tenham mudado o sábado. O fato de que eles o observaram, bem como a insistência deles em guardar os mandamentos, evidencia que eles honraram o sábado.

Outros têm afirmado que o sábado faz parte da lei cerimonial, mas não da lei moral.¹⁰ D. A. Carson, entre outros, respalda o sábado não em Gênesis,

mas em Êxodo 20. Na opinião dele, a condição de Messias que Jesus possuía fornece a autoridade para uma nova aliança que liberta os cristãos do sábado judaico para celebrar um novo dia de redenção.¹¹ Como vimos, porém, tanto a criação quanto a dádiva do maná indicam que o sábado foi criado antes do Sinai. Alguns ainda negam que o domingo tenha sido introduzido pela Igreja de Roma. Contudo, essa afirmação ignora a posição assumida por Tomás de Aquino, bem como por vários eruditos modernos: "A igreja de Roma tem sido a principal responsável pela instituição da observância do domingo".¹² Cristãos protestantes que afirmam se alicerçar tão somente no fundamento das Escrituras (*sola Scriptura*), em oposição à tradição e aos conselhos eclesiásticos, não têm resposta para esse dilema.

Mais recentemente, N. T. Wright argumentou que "o tempo linear (que fez parte da criação de Deus) continua, mas agora é interceptado por um novo fenômeno, um novo tipo de tempo [...], de maneira que, agora, o tempo parece capaz de ser telescopicamente agrupado e, depois, novamente separado. Pode-se chamar isso de 'tempo do Espírito' [...]. Tudo isso tem seu ponto central em Jesus Cristo".¹³ Para Wright, "agora que o Céu e a Terra se uniram em Jesus Cristo, e que o novo dia amanheceu, vivemos (desse ponto de vista) em um sábado perpétuo".¹⁴ O sábado, como sétimo dia, primeiro dia ou qualquer dia específico, deixa de existir e se torna parte da "história" cristã. Transposto para um princípio de descanso, o sábado está separado do dia (histórico) específico que Deus designou.

Contudo, desvincular o descanso sabático do sétimo dia tem implicações para a natureza escatológica do sábado e sua relação com os eventos proféticos dos últimos dias. Ele perde seu caráter distintivo como prova divina e sinal do remanescente que guarda os mandamentos (ver Ap 12:17; 14:12; Ez 20:12).

O desafio de hoje é defender o sétimo dia da semana como o dia bíblico de descanso instituído por Deus na criação e confirmado por toda a Escritura. A guarda do sábado que honra o Deus Criador, autor dos Dez Mandamentos, é a marca registrada de um povo do fim dos tempos que "guarda os mandamentos de Deus e a fé de Jesus" (Ap 14:12). De fato, o sábado demonstra nosso amor e fidelidade, tornando-se um sinal visível de que pertencemos ao único Deus verdadeiro.¹⁵

Referências

- ¹ Papa Francisco, *Laudato Si'* (Cidade do Vaticano: Vatican Press, 2015), § 172.
- ² Gerhard F. Hasel, "The Sabbath in the Pentateuch" em Kenneth A. Strand (ed.), *The Sabbath in Scripture and History* (Washington, DC: Review and Herald, 1982), p. 26, 27.
- ³ Walter F. Specht, "The Sabbath in the New Testament" em Strand (ed.), *The Sabbath in Scripture and History*, p. 100.
- ⁴ Specht, *The Sabbath in the New Testament*, p. 103.
- ⁵ Specht, *The Sabbath in the New Testament*, p. 105.
- ⁶ Specht, *The Sabbath in the New Testament*, p. 111.
- ⁷ Willy Rordorf, *Sunday: The History of the Day of Rest and Worship in the Earliest Centuries of the Christian Church* (Phildelphia: Westminster, 1968), p. 18, 19.
- ⁸ Gerhard F. Hasel, "Sabbath" em David Noel Freedman (ed.), *Anchor Bible Dictionary* (Nova York: Doubleday, 1992), v. 5, p. 851.
- ⁹ Rordorf, *Sunday*, p. 70, 215, 237; ver Paul K. Jewett, *The Lord's Day: A Theological Guide to the Christian Day of Worship* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1972), p. 16-18.
- ¹⁰ H. M. Riggle, *The Sabbath and the Lord's Day* (Anderson, IN: Gospel Trumpet Company, 1928), p. 148.
- ¹¹ D. A. Carson (ed.), *From Sabbath to the Lord's Day: A Biblical, Historical, and Theological Investigation* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1982).
- ¹² Samuele Bacchiocchi, *From Sabbath to Sunday: A Historical Investigation of the Rise of Sabbath Observance in Early Christianity* (Rome: Pontifical Gregorian University Press, 1977), p. 310, 311; ver Vincent J. Kelly, *Forbidden Sunday and Feast-Day Occupations* (Washington, DC: Catholic University Press of America, 1943), p. 2; John Gilmary Shea, "The Observance of Sunday and Civil Laws for Its Enforcemen", *The American Catholic Quarterly Review* 8, janeiro 1833, p. 39: "O domingo é um dia da semana separado para o culto público e obrigatório do Deus Todo-Poderoso [...] ele é puramente uma criação da igreja católica."
- ¹³ N. T. Wright, *Scripture and the Authority of God: How to Read the Bible Today* (Nova York: Harper Collins, 2011), p. 162, 163.
- ¹⁴ Wright, *Scripture and the Authority of God*, p. 167.
- ¹⁵ Frank M. Hasel, "What Does it Mean to be a Seventh-day Adventist? A Short Theological Reflection", *Adventist Review* 196, maio de 2019, p. 49.

A Criação e a Família

Capítulo

9

Estabelecido na criação, o sábado é uma instituição fundamental. Ao usar o próprio dedo para escrever o quarto mandamento em tábuas de pedra, Deus confirmou o sinal pelo qual a humanidade reconhece não somente a criação como obra de Suas mãos, mas também a soberania divina sobre a vida de cada ser humano ao longo de toda a história da Terra (Ap 12:17; 14:7). Expresso na primeira tábua do Decálogo, o quarto mandamento define e protege nosso relacionamento com Deus. O mandamento seguinte, o quinto, conecta nosso relacionamento vertical (com Deus) com nosso relacionamento horizontal (com o resto da humanidade): “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá” (Êx 20:12).

Esses dois mandamentos são únicos de duas maneiras. Primeiro, eles são os únicos mandamentos pronunciados como ordem afirmativa. O quarto mandamento começa com “lembra-te”, e o quinto, com “honra”. Segundo, eles definem nosso relacionamento com Deus e com os seres humanos ao evocar as origens de sua existência. Deus criou os seres humanos e lhes concedeu o dom da procriação. O quarto mandamento é um chamado para honrar a Deus como Criador, enquanto o quinto é um apelo para honrar os pais como procriadores.

Por que Deus faz uma conexão entre honrar os pais e a adoração exclusiva a Ele? A resposta está no primeiro capítulo de Gênesis. De certa forma, Deus, como Criador do Universo e fonte de toda a vida, tem compartilhado com os pais terrenos as alegrias da criação. Os progenitores humanos são parceiros de Deus na tarefa de popular o planeta. Assim, os filhos devem honrar seus pais pelo papel desempenhado por eles na criação.

Gênesis como fundamento

No sexto dia, Deus chegou ao clímax da criação: o ser humano. O pronome pessoal no plural para Deus é usado pela primeira vez em Gênesis 1:26: "Façamos [nós] o homem à nossa imagem." Todas as pessoas da divina Trindade, unidas por uma relação de amor, criaram o primeiro homem e a primeira mulher. "À imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (Gn 1:27). Primeiro, Adão é criado. Depois, Deus retira uma costela de Adão e modela Eva, causando esta declaração do primeiro homem: "Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne" (Gn 2:23). E ele a chama de mulher.

O primeiro casamento estabeleceu para sempre que o homem e a mulher foram feitos um para o outro, determinando, dessa maneira, o modelo para todos os casamentos subsequentes. "Por isso, deixa o homem pai e mãe e se uni à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne" (Gn 2:24). Deus poderia ter escolhido várias maneiras de povoar a Terra, mas optou pelo casamento. Por quê?

O espaço não permite uma resposta abrangente para essa pergunta, mas, em termos gerais, a mulher era, originalmente, parte do homem; sua carne e osso. Com o casamento, ela voltou ao homem, tornando-se novamente uma com ele. A complementaridade criada entre homem e mulher é um fato biológico, o qual, de modo natural, proporciona a união entre os dois. As instruções de Deus para o primeiro casal deixam ainda mais claro o propósito dessa união. "E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a" (Gn 1:28).

Desde o princípio, Deus criou o fundamento da sociedade humana na Terra. A garantia do futuro da humanidade tem como base seguir o designio divino: um homem e uma mulher – pai e mãe – perpetuando seres humanos. A dádiva do casamento, ato final de Deus na criação física, foi seguido pelo sábado, ato final de Deus na criação espiritual. O primeiro sábado estabeleceu e celebrou o relacionamento do homem e a mulher com Deus e entre si.

Depois da criação, a família continuou seu papel de perpetuar a vida e os relacionamentos. Essa sagrada confiança outorgada ao núcleo familiar formou a base da cultura e da sociedade. A história mostra que a situação das nações melhora ou piora em função dos sucessos e fracassos das famílias.

Talvez seja por esse motivo que o quinto, o sétimo e o décimo mandamentos tenham que ver com a santidade do casamento: honre os pais (e o casamento deles), honre seu casamento e honre o casamento de seu próximo (Êx 20:17).

O testemunho interno das Escrituras

Deixando que as Escrituras interpretem as Escrituras, vamos examinar o conceito bíblico de casamento. A ordem natural do casamento entre um homem e uma mulher é reafirmada em toda a Bíblia:

1. As gerações de toda a humanidade são alinhadas ao longo da história do casamento (Gn 5; 11; 1Cr 1–3).

2. A promessa do Messias é garantida por meio do casamento (Gn 3:15; Mt 1:1-17; Lc 3:23-38).

3. Abraão e Sara se tornam uma grande nação por intermédio de Isaque. A promessa divina foi cumprida como resultado da união deles (Gn 18:10). Na aliança de Abraão e Sara, há um contraste com o juízo contra Sodoma e Gomorra (Gn 19). Quebrar a ordem natural trouxe graves consequências para essas cidades iníquas.

4. Quando a semente prometida do Messias ficou afetada pela morte do marido de Rute, durante a fome em Moabe, Deus guiou Rute até Boaz, de Belém (“casa do pão”). Como resultado desse casamento, Obede nasceu (Rt 4:3-17). Obede gerou Jessé, que gerou Davi. Essa história de amor apresentando a dádiva de um amor reacendido e o casamento foi uma garantia da promessa futura.

No Novo Testamento, Jesus e os apóstolos reafirmam o casamento. Observe como Jesus responde à pergunta dos fariseus sobre o divórcio. Citando Gênesis 2, Ele diz: “Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem” (Mt 19:6). Jesus atesta as Escrituras – e Gênesis em particular –, afirmando que a união do homem com a mulher vem de Deus e não deve ser separada pelo homem.

Em Romanos 1:20 a 28, Paulo aborda de maneira específica a natureza fundamental da narrativa de Gênesis. Começando com a criação, ele afirma que, por meio da natureza, toda a humanidade viria a entender a realidade da existência de Deus. No entanto, logo a seguir, afirma que “eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador” (Rm 1:25). A escolha de acreditar em uma mentira fez com que o

ser humano se desviasse. “Por causa disso, os entregou Deus a paixões infames” (v. 26). E o que segue é uma descrição do comportamento entre pessoas do mesmo sexo.

Para Paulo, a sexualidade entre um homem e uma mulher, tal como definida pela Bíblia, é “natural” e inerente à natureza dos seres humanos criados à imagem de Deus (Gn 1:27). A recusa do ser humano em aceitar o Criador, trocando a adoração a Ele pela adoração à criatura, faz com que homens e mulheres se entreguem às suas concupiscências. Nesse contexto, a sexualidade é mais do que um comportamento ou uma atividade; seu significado e função completos fazem parte do conceito de casamento e família tal como definido pela Bíblia. É a partir dessa elevada e santa postura que a Escritura fornece uma pauta para o comportamento moral.

Tendências recentes

Muitas nações do mundo têm aprovado casamentos entre pessoas do mesmo sexo, revogando leis anteriores que protegem a estrutura familiar, comprometendo, dessa maneira, o princípio de homem e mulher como centro do casamento. O desenvolvimento dessa ideia sem precedentes levanta novas questões sobre a instituição do casamento e a separação entre Igreja e Estado, sem mencionar a santidade do casamento e da família, conforme definida pelas Escrituras.

Para os cristãos, a questão premente se concentra em saber se o casamento é uma instituição bíblica e uma necessidade biológica para a criação de vida ou uma mera preferência pessoal, relegada à esfera dos direitos humanos individuais. O casamento é definido por Deus ou pela cultura e a sociedade? A resposta do cristianismo a essa pergunta determina o rumo que as igrejas tomarão.

Hoje em dia, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é cada vez mais aceito pelas principais igrejas protestantes. Em 2009, tanto a Igreja Evangélica Luterana da América quanto a Igreja Episcopal dos EUA votaram de forma independente para aprovar clérigos homossexuais.¹ Os luteranos elegeram recentemente um bispo gay praticante na Califórnia (2013),² enquanto a Igreja Presbiteriana dos EUA acolhe homossexuais praticantes como ministros e líderes (2011).³ Na Europa, a Igreja Episcopal Escocesa aprovou uniões

entre pessoas do mesmo sexo em 2017.⁴ Esses casos têm causado divisões significativas nas denominações protestantes bem como um acentuado declínio no número de membros.

E que argumentos os países tradicionalmente cristãos usam para justificar a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo? Livros recentes sobre o assunto indicam que os principais problemas envolvem: (1) uma redefinição da teologia da criação e a aceitação de uma cosmovisão evolucionista; (2) uma reinterpretação de passagens-chave das Escrituras que historicamente são vistas como proibição ao comportamento homossexual; e (3) uma aplicação de passagens sobre o amor e a aceitação, as quais passam a ter precedência sobre passagens mais claras a respeito do tema do casamento e da sexualidade.

Redefinindo a criação

Os que apoiam relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo têm reinterpretado o livro de Gênesis de várias maneiras. Matthew Vines sugere que Deus precisou prover uma mulher a Adão porque eles foram os primeiros pais e, por isso, estavam obrigados a procriar para encher a Terra, insinuando que isso não é uma necessidade hoje em nosso mundo superpopuloso.⁵ Ele afirma ainda que Gênesis 2 não enfatiza a diferença entre Adão e Eva e sim “sua *semelhança* como seres humanos”.⁶ Embora seja verdade que Adão fala de Eva como “osso dos meus ossos e carne da minha carne”, essa comparação se refere às demais espécies observadas por Adão (Gn 2:23). Eva é claramente diferente. Semelhança e companhia não era tudo o que importava, visto que, mais tarde, eles se tornaram “uma só carne” (v. 24). Aqui, a natureza complementar do que havia sido designado por Deus se torna um elemento essencial para tornar “uma só carne” fisicamente possível. Adão e Eva apresentavam uma combinação anatômica perfeita entre si. Desde o início, a procriação tem sido o propósito essencial do casamento (Gn 1:27) e, embora nem todos os casais possam ter filhos, o papel paterno e materno do marido e da esposa é reconhecido no quinto mandamento.

Outros sugerem que o livro de Gênesis é meramente descritivo e não deve ser usado para prescrever ou proibir o comportamento sexual moderno, pois o livro apenas descreve o que Deus fez. Para esses, Deus não fez do casamento

entre homem e mulher algo normativo; tampouco excluiu outros relacionamentos.⁷ Esse argumento, porém, se fundamenta no quinto mandamento prescritivo, nas leis levíticas e na afirmação do Novo Testamento quanto à ordem natural criada.

No sexto dia, guardando o melhor para o final, Deus formou o homem e a mulher como o clímax da criação: “Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom. Houve tarde e manhã, o sexto dia” (Gn 1:31). Seu projeto era perfeito e não havia necessidade de declarações proibitivas. Infelizmente, após a introdução do pecado e o desvio do homem do plano de Deus para o casamento e a família, essas declarações passaram a ser necessárias.

Redefinindo outras passagens com base na cultura

Após a entrada do pecado, o desvio sexual foi abordado pelo mesmo autor que escreveu Gênesis. “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação” (Lv 18:22). Novamente em Levítico 20:13, ele escreve: “Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante” (Lv 10:13, NVI).

Essas ordens são listadas em uma série de proibições sexuais, que incluem adultério, incesto, sacrifício de crianças e zoofilia. Cada uma dessas proibições ainda é válida na sociedade contemporânea. Dessa lista, apenas o ato homossexual é designado como abominação (*tôb'êhâ*), um termo também traduzido como “repugnante”, algo detestável, asqueroso, totalmente indesejável ou nojento.⁸ O castigo por esse ato era a morte (Lv 20:13), e se a ação não fosse levada a cabo, a pessoa devia ser expulsa da comunidade.⁹

Paulo reafirma o padrão levítico na lista de pecados em que ele inclui pessoas imorais (ou fornicadores, *pornoi*), idólatras, adúlteros, efeminados (*malakoi*), homossexuais (*arsenokoitai*), ladrões, avarentos, alcoólatras, pessoas verbalmente abusivas, e vigaristas (ver 1Co 6:9-11; 1Tm 1:8-10). Claramente, esses pecados não têm lugar no cristianismo fiel. No entanto, a recente agenda para apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo tomou a liberdade de redefinir passagens suficientemente claras do Antigo e do Novo Testamentos.

Em relação a Levítico 18 e 20, alguns têm argumentado que as proibições fazem parte da lei cerimonial e, portanto, não são válidas na nova aliança.

Esse argumento também é usado contra o sábado. Outros sugerem que essas proibições se aplicam apenas aos israelitas daquele tempo e cultura.¹⁰ Alguns citam a proibição de vestir tecidos misturados como uma lei levítica que não seguimos hoje.¹¹ “As leis levíticas [...] caracterizam isso como algo cerimonialmente impuro em vez de inerentemente mau”.¹² Entretanto, isso não leva em consideração a natureza obrigatória da ordem da criação em Gênesis e do quinto mandamento.

Além disso, todas as proibições, no contexto de Levítico 18 e 20, contra o incesto, a zoofilia e o sacrifício de crianças, permanecem válidas nas culturas hoje. Por que deveria o homossexualismo, mencionado com linguagem e consequências ainda mais fortes, ser tratado de maneira diferente? E como explicar a contínua condenação de Paulo por esse ato no Novo Testamento?

Outra abordagem sustenta que os textos bíblicos, assim como a narrativa de Sodoma de Gênesis 19:1 a 12, refletem um sistema patriarcal que já não está mais alinhado com a visão do Novo Testamento, muito menos com uma visão moderna. Assim, Vines declara: “Sim, o antigo Israel estava dominado por estruturas e normas patriarcais, as quais vemos refletidas em todo o Antigo Testamento, inclusive em suas proibições de relações sexuais entre homens [...] mas longe de ser uma razão para ver as Escrituras como ultrapassadas ou sexistas, a própria Bíblia é que nos aponta um caminho em que o patriarcado não existe mais.”¹³ Os defensores dessa interpretação consideram Gálatas 3:28 como uma declaração de validação para relações entre pessoas do mesmo sexo. “Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus” (Gl 3:28, NVI).¹⁴ Sobre esse verso, Vines escreve: “Paulo minou a crença de que o patriarcado tem lugar no reino de Deus.”¹⁵

No entanto, examinando mais de perto, cabe perguntar: Em Gálatas 3:28, a imagem da ordem da criação de Deus é redefinida, ou Paulo está afirmando que, em Cristo, todas as pessoas tem igual acesso ao dom da salvação? O contexto apoiaria a remoção de distinções sexuais, permitindo relações e casamento entre pessoas do mesmo sexo? Estaria Paulo apontando para uma hermenêutica alheia às Escrituras? E por que Paulo se contradiria, defendendo uma posição que ele não defende em nenhum outro texto? (Rm 1:21-26; 1Co 6:9-11; 1Tm 1:8-10).

Em Gálatas 3:28, Paulo não está redefinindo a sexualidade humana nem introduzindo uma nova hermenêutica. Muito pelo contrário. Assim como Jesus em Mateus 19, o apóstolo usa inequivocamente as Escrituras, citando repetidas vezes a obra criadora de Deus em Gênesis. Esse apelo às origens é a base da teologia paulina do casamento e do papel de homens e mulheres (Rm 1:24-27; 1Tm 2:13, 14; 1Co 11:2-16).

Além disso, em 1 Coríntios 5:1 e 2, coerente com Levítico 18 e 20, ele ordena que um homem apanhado em um relacionamento incestuoso com sua madrasta seja expulso da comunhão. E faz isso sem perguntar se eles estariam envolvidos em um relacionamento monogâmico e amoroso. Essa pergunta seria irrelevante porque, para Paulo, as proibições de Levítico que incluem atos homossexuais são consideradas normativas.¹⁶

Finalmente, para Jesus, assim como para Paulo e outros escritores do Novo Testamento, a graça de Cristo fornece solução para as tentações e tendências do pecado. Jesus disse: “Estas coisas vos tenho dito para que tenhais paz em Mim. No mundo, passais por aflições; mas tende bom ânimo; Eu venci o mundo” (Jo 16:33). Assim como em Adão todos pecaram e carecem da glória de Deus, também em Cristo e Sua justiça, todos podem vencer (Rm 3:23; 5:14-17; 1Jo 5:4; Ap 21:7), ao se revestirem “do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou” (Cl 3:10).

É uma honra sermos identificados com Cristo e aceitarmos com alegria a sexualidade humana, conforme ordenada no Éden. As Escrituras nunca se desviam do modelo de Gênesis, e a missão do remanescente no tempo do fim é cumprir as três mensagens angélicas, conclamando as pessoas a saírem da “confusão” e voltarem para a Bíblia e a luz. Pela graça de Deus, cada crente que atender ao chamado terá o poder de “[guardar] os mandamentos de Deus e [ter] o testemunho de Jesus” (Ap 12:17).

Referências

¹ Laurie Goodstein, “Lutherans Offer Warm Welcome to Gay Pastors”, *The New York Times*, 25 de julho de 2010, disponível em <<https://www.nytimes.com/2010/07/26/us/26lutheran.html>>, acesso em 29 de outubro de 2019.

² Sarah Pulliam Bailey, “ELCA Lutherans Elect First Openly Gay Bishop”, *Religion News Service*, 3 de junho de 2013, disponível em <<https://religionnews.com/2013/06/03/elca-lutherans-elect-first-openly-gay-bishop/>>, acesso em 29 de outubro de 2019.

- ³ Goodstein, "Lutherans Offer Warm Welcome to Gay Pastors".
- ⁴ Harriet Sherwood, "Scottish Episcopal Church Votes to Allow Same-Sex Weddings", *The Guardian*, 8 de junho de 2017, disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2017/jun/08/scottish-episcopal-church-votes-to-allow-same-sex-weddings>>, acesso em 29 de outubro de 2019.
- ⁵ Matthew Vines, *God and the Gay Christian* (Nova York: Convergent, 2014), p. 45-47.
- ⁶ Vines, *God and the Gay Christian*, p. 46.
- ⁷ John R. Jones, "In Christ There Is Neither: Toward a Unity of the Body of Christ" em David Ferguson, Fritz Guy e David Larson (ed.), *Christianity and Homosexuality* (Roseville, CA: Adventist Forum, 2008), parte 4, p. 3-42.
- ⁸ L. Koehler, W. Baumgartner e J. J. Stamm, *Hebrew and Aramaic Lexicon to the Old Testament* (Leiden: Brill, 2001); Robert A. J. Gagnon, *The Bible and Homosexual Practice* (Nashville, TN: Abingdon, 2001), p. 113; ver também, "The Scriptural Case for a Male-Female Prerequisite for Sexual Relations: A Critique of the Arguments of Two Adventist Scholars" em Roy E. Gane, Nicholas P. Miller e H. Peter Swanson (ed.), *Homosexuality, Marriage, and the Church: Biblical, Counseling, and Religious Liberty Issues* (Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 2012), p. 53-161.
- ⁹ Gagnon, *The Bible and Homosexual Practice*, p. 114-17.
- ¹⁰ Jacob Milgrom, *Leviticus 17–22*, Anchor Bible (Nova York: Doubleday, 2000), p. 1788.
- ¹¹ Justin Lee, *Torn: Rescuing the Gospel from the Gays-vs.-Christians Debate* (Nova York: Jericho, 2012), p. 174-176; John Shore, *Unfair: Christians and the LGBT Question* (CreateSpace Independent Publishing Platform, 2013), p. 8.
- ¹² John Boswell, *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century* (Chicago: University of Chicago Press, 1980), p. 101, 102.
- ¹³ Vines, *God and the Gay Christian*, p. 93.
- ¹⁴ Vines, *God and the Gay Christian*, p. 92-93; Jones, "In Christ There Is Neither", parte 4, p. 28, 29.
- ¹⁵ Vines, *God and the Gay Christian*, p. 93; ver James V. Brownson, *Bible, Gender, Sexuality: Reframing the Church's Debate on Same-Sex Relationships* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2013), p. 81.
- ¹⁶ Roy E. Gane, "Some Attempted Alternatives to Timeless Biblical Condemnation of Homosexual Acts" em *Homosexuality, Marriage, and the Church*, p. 167.

Capítulo 10

A Bíblia Como História

A vida está enraizada na história. A história é o registro da experiência do ser humano, o tecido da vida e a estrutura de referência da identidade humana. Existimos e vivemos no tempo e no espaço. Eventos e escolhas nos moldam e criam as pessoas em que nos tornamos. Essa realidade é a cosmovisão bíblica. É ela que nos explica por que as Escrituras apresentam os atos de Deus em contextos específicos ao longo do tempo. Não surpreende que lugares, cidades, países, massas de água, rios, montanhas, nações recebam destaque na narrativa bíblica.¹

O entendimento bíblico da obra de Deus também é linear, progressivo e não cíclico, como no pensamento mítico tão preeminente entre as outras concepções do mundo antigo.² Deus é revelado como Alguém que é o começo, centro, fim e futuro eterno da história humana. Ele inaugura o tempo “no princípio” (Gn 1, 2; Jo 1), criando o Sol e a Lua “para fazerem separação entre o dia e a noite” (Gn 1:14). Com o ciclo semanal perpétuo, que termina no sábado, Deus sela Sua soberania como criador, tornando santo o sétimo dia (Gn 2:1, 2).

Após a queda, o vínculo divino-humano é rompido, e o plano de redenção, que aponta para o Messias prometido, é promulgado. História e profecia estão intimamente ligadas ao plano de Deus para salvar a humanidade. Com imenso interesse, o Universo expectante acompanha os eventos do grande conflito na Terra, maravilhado com o plano de Deus para salvar a humanidade.

Por meio da promessa da aliança, Deus trabalha diretamente com Seus agentes – Adão, Noé, Abraão, Moisés, Davi e os profetas – para assegurar que o destino profético da história do Messias prometido seja cumprido.

Na “plenitude do tempo”, Deus envia Seu Filho (Gl 4:4), o ato mais extremo da história da humanidade, para pagar o preço da rebelião do ser humano contra a lei do governo de Deus. Toda a criação aguarda, ansiosa, a proclamação de Cristo proferida desde a cruz: “Está consumado” (Jo 19:30). Depois de três dias, como fora profetizado, Ele Se liberta da tumba, Se apresenta a centenas de pessoas e sobe para o santuário celestial. Inicia, então, Seu sumo sacerdócio no lugar santo antes de entrar no santíssimo, em 1844, para realizar o julgamento dos vivos e dos mortos, que ocorre antes do advento. Ao terminar o julgamento, Ele retorna em glória triunfante para reivindicar Seu povo resgatado, cumprindo a promessa de Apocalipse 22:20: “Certamente, venho sem demora. Amém!” O escopo das Escrituras abrange, portanto, o começo e o fim da história humana. Nenhum outro texto sagrado religioso fornece essa perspectiva de totalidade no tempo e no espaço. Nenhum outro livro, secular ou sagrado, contém mensagens proféticas da onisciente antevisão de Deus e de Sua intervenção nos assuntos humanos.

Por essas razões, a história é essencial para a interpretação bíblica. Aliada à geografia, a história confirma a veracidade da Palavra de Deus, enraizando-a na experiência humana. Os críticos do cristianismo entendem isso e fazem tudo para atacar a confiabilidade das Escrituras, minando a integridade de sua história e a confiabilidade de seus detalhes históricos.

O significado do termo “história”

Desde o Iluminismo, o assunto da história se tornou um dos problemas mais difíceis do estudo da Bíblia.³ Isso se deve principalmente aos pressupostos do método histórico-crítico e à sua virtual negação da possibilidade de intervenção divina na história humana. Como Walter Dietrich escreveu: “Na era moderna, a história deve ser entendida e descrita *est deus non deratur* (‘como se Deus não existisse’)”. Ao mesmo tempo, ele admite que isso dificulta a avaliação da história bíblica. “Deus desempenha um papel ativo. [...] Deus se envolve pessoalmente. [...] Ele envia profetas. [...] Ele determina os eventos.” Dietrich então conclui: “Que pessoa esclarecida pode aceitar todas essas coisas como relatos históricos?”⁴ Essa visão é o resultado de uma forte ênfase na abordagem crítica, a qual analisa a Bíblia como se fosse um livro comum.

usando os pressupostos da correlação, da analogia e da crítica com seus métodos resultantes de fonte, forma, redação, crítica tradicional e afins para determinar o que realmente aconteceu.

A essa altura, cabe analisar o significado do termo “história”. Em língua portuguesa, existe uma só palavra para designar “história”, mas em alemão há dois termos distintos: *historie* e *geschichte*. O termo *historie* determina os fatos dos eventos e como eles realmente ocorreram no passado. *Geschichte* é a maneira pela qual os historiadores determinam o que esses eventos significam.⁵

Se na investigação histórica do texto, o sobrenatural é parte do evento ocorrido, esse evento não deveria ser aceito como história ou fato. Mesmo assim, poderia ser considerado como *geschichte*, no sentido de como os escritores da Bíblia interpretaram o passado. Por exemplo, a travessia do Mar Vermelho pelos israelitas é descrita como um evento no qual Deus interveio ao separar as águas do Mar Vermelho. Os críticos “tendem a enfatizar os aspectos naturais do fenômeno e não os sobrenaturais”.⁶

Essa ênfase no natural causa desgaste ao próprio evento. Para superar a dificuldade que isso causa ao crente, os teólogos introduziram uma terceira dimensão chamada *heilsgeschichte*, ou história da salvação, a qual considera a metanarrativa, da criação à consumação, como a história da salvação e a dissocia da *historie* – os fatos e os eventos. Dessa forma, Gerhard von Rad estabelece uma diferença entre o núcleo histórico da história (*historie*) e a imagem kerigmática da história de Israel, conforme percebida pelos escritores bíblicos por meio da obra de Yahweh. Para Gerhard von Rad, “não existe *bruta facta*; a história existe apenas na forma de interpretação e de reflexão”.⁷ A teologia que há *por trás* do evento, não o evento em si, é de extrema importância para esse modo de pensar. Um evento é algo incidental para a mensagem, tenha ele ocorrido ou não.

A separação entre *historie* e história da salvação introduziu uma dicotomia entre eventos históricos reais e a teologia, entre o que realmente aconteceu na história e as questões de fé. Também levantou várias questões: A fé bíblica e a história são separáveis? Teologia e história são separáveis? Essas questões levaram ao cerne da questão: Importa se os eventos da Bíblia ocorreram? Alguns teólogos responderam com um retumbante “Sim, o que aconteceu tem, de fato, importância!”.

Em sua crítica ao duplo rastreamento da história secular e da história kerigmática de Von Rad, Franz Hesse insiste que a fé deve se basear “naquilo que realmente aconteceu e não no que se afirma que aconteceu, mas que temos que admitir que não aconteceu dessa maneira.”⁸ Certamente Hesse não estava abandonando o método histórico-crítico, mas insistindo que somente aquilo que pode ser determinado como algo que realmente aconteceu tem importância teológica.⁹

Em sua tentativa de distinguir *historie* da história da salvação, o método histórico-crítico precipitou uma crise na teologia. Uma resposta ao hipercriticismo europeu do Antigo Testamento foi o trabalho de Albright, Wright e Bright, que insistiam em afirmar que “na fé bíblica, tudo depende se os eventos centrais ocorreram”.¹⁰ No entanto, o movimento não conseguiu se livrar da crítica histórica. O modelo darwiniano das origens foi então adotado, negando essencialmente a visão fundamental da criação.

Consequentemente, a dicotomia entre história e intervenção divina nunca foi superada. A história, porém, não poderia ser o fator de autenticação da revelação porque a revelação bíblica autentica a si mesma. A própria Escritura deve ser usada para interpretar a Escritura e deve permanecer submissa à sua base interna para ser compreendida. Esse apelo interno não nega a importância da história, mas eleva o Deus que, de fato, intervém no nexu histórico do tempo e do espaço.¹¹

A visão protestante é que os atos de Deus são inerentes à Sua Palavra falada. Os dois não podem ser separados. Se a Escritura não é confiável em suas declarações históricas, como pode ser confiável em questões teológicas e espirituais? Dois breves exemplos salientam a relação crucial entre história e teologia.

O Davi histórico e a teologia

Em 1992, Philip R. Davies, da Universidade de Sheffield, depois de afirmar que “até agora, ainda não há o menor eco do ‘império’ bíblico de Davi e Salomão no registro arqueológico”¹², declarou Davi e Salomão como figuras míticas. No ano seguinte, em 1993, escavadores atuando no lado norte da cidade de Tel Dan encontraram parte de uma laje de basalto contendo

inscrições de um rei de Aram (Síria) que registram a vitoriosa batalha contra os territórios de Israel e Judá.¹³ Dois outros fragmentos foram encontrados no ano seguinte, em 1994. A principal inscrição encontrada, que havia sido reutilizada em um muro posteriormente erguido fora dos portões da cidade, era do final do século 9 a.C., no tempo da monarquia dividida.¹⁴ A laje Dan registra essa vitória contra o “rei de Israel” e contra a “casa de Davi”. Ainda em 1994, a frase “casa de Davi” foi identificada por Andre Lemaire na linha 31 da inscrição moabita encontrada em Dhiban, na Jordânia.¹⁵ Mais tarde, Anson Rainey identificou o nome “Davi” na linha 12 do mesmo texto.¹⁶ “Casa de Davi” é a frase que a Bíblia sempre usa para se referir ao reino do sul de Judá (2Sm 2:11; 5:5; 1Rs 12:20-26; 2Cr 8:11). Além disso, em ambas as inscrições, a frase “casa de Davi” identifica o fundador da linhagem de reis da Judeia, mais de um século após a existência de Davi. Finalmente, Kitchen sugere que “os elevados de Davi” são um topônimo listado entre os locais de Negev mencionados nos relevos de Shishak encontrados no templo de Amon, em Karnak.¹⁷ É notável que, no espaço de dois anos, não uma, mas quatro referências a Davi foram identificadas por eruditos em inscrições egípcias, arameanas e moabitas, testemunhando a influência fundamental desse antigo rei israelita.

Hoje, poucos eruditos afirmam que Davi não existiu. Mas, e se ele fosse um personagem fictício? E se o reino dele fosse menor do que a Bíblia descreve? Aqui estão alguns pontos a serem considerados em resposta a essas perguntas. Sem Davi, quem teria derrotado os filisteus, colocando-os sob controle após décadas de antagonismo e conflito (1Sm 17, 23; 2Sm 5; 1Cr 18:1)?¹⁸ Sem Davi, não haveria a conquista da cidade jebusita de Jerusalém e seu estabelecimento como a capital que, 3 mil anos depois, ainda sobrevive (2Sm 5). Sem Davi, faltariam 78 salmos da liturgia do culto israelita, o que teria empobrecido os cultos nas sinagogas e igrejas de todo o mundo. Finalmente, o que dizer do Messias prometido que viria da linhagem de Jessé e Davi (Is 11:1-10; Ap 22:16)?¹⁹ Nenhuma outra pessoa é mencionada com maior frequência no Antigo e Novo Testamentos que Davi, desde as primeiras referências em Rute até o capítulo final de Apocalipse.²⁰ Seu filho Salomão construiu o templo em Jerusalém, refortificou as cidades de Megido, Hazor,

Gezer e Jerusalém (1Rs 9:15) e estabeleceu uma extensa rede comercial, aumentando exponencialmente a riqueza de Israel. Sem Davi, a Bíblia teria que ser completamente reescrita.²¹

A cruz, a ressurreição e a teologia

Em si mesma, a história não é reveladora; ela precisa ser objeto da revelação e ser explicada. Essa não é uma tarefa subjetiva; interpretar a história requer revelação divina. A cruz não nos diz nada sobre o significado do evento histórico. Durante a era romana, milhares de pessoas morreram futilmente em cruzes. Após a revolta de Spartacus, os romanos, sob o comando de Crasso, enfileiraram a Via Ápia, de Roma a Cápua, com 6 mil indivíduos crucificados.²² Portanto, o que dizer de uma crucifixão a mais em Jerusalém? E o que teria destacado Jesus de Nazaré dos dois ladrões que foram crucificados com Ele? Somente por meio da revelação da Bíblia é que o significado da cruz se torna uma certeza, e essa certeza se baseia na realidade histórica das profecias do Antigo Testamento e em seu cumprimento em Jesus Cristo. É por isso que os escritores do Novo Testamento enfatizam não somente a realidade da cruz e da ressurreição, mas também sua conexão com a tipologia do cordeiro, sacrificado por gerações de israelitas fiéis e cumprida na sexta-feira de Páscoa, em 31 d.C.

Os evangelhos conectam meticulosamente os eventos históricos da vida de Cristo com as declarações que há a respeito Dele na Lei e nos profetas. Os evangelhos nos apresentam história, profecia e testemunhos pessoais como validação dos eventos. Relatam os estudos realizados pelos reis magos, os quais os levaram a seguir a estrela profetizada por Balaão (Nm 24:17; Mt 2:1, 2). Também registram as declarações feitas por Jesus na cruz, ecoando as profecias messiânicas que testificam como Ele seria morto (Sl 22:1; 31:5). Relatam o testemunho de Maria Madalena, que foi ao túmulo no domingo de manhã e viu seu Salvador ressuscitado (Mc 16:9-11; Jo 20:11-18). Falam sobre a experiência dos discípulos com Jesus no caminho de Emaús e como Ele lhes expôs as Escrituras (Lc 24:13-27). Falam de Sua aparição no cenáculo, quando comeu com os discípulos e relatam o diálogo com o hesitante Tomé (Jo 20:24-29). Centenas de testemunhas viram Jesus após Sua ressurreição, e João diz:

“Este é o discípulo que dá testemunho a respeito destas coisas e que as escreveu; e sabemos que o seu testemunho é verdadeiro” (Jo 21:24).

Dirigindo-se à igreja de Corinto, Paulo reafirma eventos históricos recentes:

Antes de tudo, vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. E apareceu a Cefas, e, depois, aos doze. Depois, foi visto por mais de quinhentos irmãos de uma só vez, dos quais a maioria sobrevive até agora; porém alguns já dormem. Depois, foi visto por Tiago, mais tarde, por todos os apóstolos e, afinal, depois de todos, foi visto também por mim, como por um nascido fora de tempo (1Co 15:3-8).

Paulo enfatiza o testemunho dos escritores dos evangelhos e fornece evidências bíblicas da morte de Cristo e da certeza de sua ressurreição corporal. “Ora, se é corrente pregar-se que Cristo ressuscitou dentre os mortos, como, pois, afirmam alguns dentre vós que não há ressurreição de mortos? E, se não há ressurreição de mortos, então, Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé” (1Co 15:12-14). Para Paulo, a realidade da ressurreição era a base de seu cristianismo. História, teologia e fé estavam indissoluvelmente ligadas. A conexão com a história e a profecia tornou verdadeiras as reivindicações do Messias.

História, significado e identidade

Há poder no estudo da história, pois trata-se de não somente buscar a verdade, mas também de procurar descobrir o que aconteceu para que se determine seu objetivo e significado. Se Deus é reduzido à atemporalidade e removido das categorias de espaço e lugar como se fosse uma ideia ou filosofia abstrata, Ele não pode agir na história, tornando a própria história – e nossa existência – sem sentido. Após milênios de superstição pagã e pensamento mítico, a cultura greco-romana, por esses mesmos motivos, foi à falência passando a recorrer ao circo e ao Coliseu. A história vem se repetindo em nossos dias.

Como isso acontece na vida real? Um filme baseado numa história fictícia ocorrida no planeta Terra, cheio de naves espaciais e criaturas invasoras de outro planeta (pense em *Guerra nas Estrelas* ou *Os Vingadores*)²³ não causará o mesmo impacto que assistir, na televisão, ao vivo, ao segundo avião se chocando com uma das Torres Gêmeas de Nova York em 11 de setembro de 2001. Da mesma forma, o poder da Bíblia está na realidade de seu testemunho. Ela não é uma história fictícia.

A interligação entre história e profecia divina não é encontrada em nenhum outro lugar do mundo, antigo ou moderno. E é essa combinação que torna a Bíblia um livro tão singular.

Referências

- ¹ Em termos de comparação, o número de lugares mencionados em todo o Alcorão é o mesmo número já explicado por Gênesis 10 na Bíblia.
- ² Para uma comparação entre os pensamento bíblico e mítico, ver John N. Oswalt, *The Bible Among the Myths: Unique Revelation or Just Ancient Literature* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2009).
- ³ Gerhard F. Hasel, "The Problem of History in Old Testament Theology", *Andrews University Seminary Studies* 8, nº 1, 1970, p. 32-35, 41-46; Hasel, *Old Testament Theology: Basic Issues in the Current Debate*, 4ª ed. (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1991), p. 115-138.
- ⁴ Walter Dietrich, *The Early Monarchy in Israel: The Tenth Century B.C.E.* (Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007), p. 102, 103.
- ⁵ Ver J. Alberto Soggin, "Alttestamentliche Glaubenszeugnisse und geschichtliche Wirklichkeit," *Theologische Zeitschrift* 17 (1961), p. 385-398; Soggin, "Geschichte, Historie und Heilsgeschichte im Alten Testament," *Theologische Literaturzeitung* 89 (1964), p. 721-736.
- ⁶ J. Maxwell Miller, *The Old Testament and the Historian* (Philadelphia: Fortress Press, 1976), p. 17.
- ⁷ Gerhard von Rad, "Antwort auf Conzelmann's Fragen", *Evangelische Theologie* 24 (1964), p. 393; ver Von Rad, *Old Testament Theology* (Nova York: Harper and Row, 1962), v. 1, p. 106-111.
- ⁸ Franz Hesse, "Kerygma oder geschichtliche Wirklichkeit?" *Zeitschrift für Theologie und Kirche* 57 (1960), p. 26.
- ⁹ Ao manter o método histórico-crítico como meio de determinar o que era histórico, Hesse "aparentemente não reconhece que a versão histórico-crítica da história de Israel também já é interpretada com base em premissas histórico-filosóficas" (Hasel, *Old Testament Theology*, p. 119). Em outras palavras, ele também está amarrado às pressuposições do método histórico-crítico que, em última análise, nega a intervenção divina na história humana.
- ¹⁰ G. Ernest Wright, *God Who Acts: Biblical Theology as Recital*, *Studies in Biblical Theology*, nº 8 (Londres: SCM, 1952), p. 126, 127; ver G. Ernest Wright, *The Old Testament Against its Environment*, *Studies in Biblical Theology*, nº 2 (Londres: SCM, 1950); G. Ernest Wright e Reginald H. Fuller, *The Book of the Acts of God: Contemporary Scholarship Interprets the Bible* (Nova York: Doubleday, 1957).
- ¹¹ G. F. Hasel, "Biblical Theology Movement" em Walter A. Elwell (ed.), *Evangelical Dictionary of Theology* (Grand Rapids, MI: Baker, 1984), p. 149-152; ver Brevard S. Childs, *Biblical Theology in Crisis* (Filadélfia: Westminster Press, 1970).

- ¹² Philip R. Davies, *In Search of 'Ancient Israel'* (Londres: Continuum, 2006), p. 54.
- ¹³ Avraham Biran e Joseph Naveh, "An Aramaic Stele from Tel Dan", *Israel Exploration Journal* 43 (1993), p. 81-98, e Avraham Biran e Joseph Naveh, "The Tel Dan Inscription: A New Fragment", *Israel Exploration Journal* 45 (1995), p. 1-18.
- ¹⁴ Gary A. Rendsburg, "On the Writing דִּדְתִּיכ [BYTDWD] in the Aramaic Inscription from Tel Dan", *Israel Exploration Journal* 45 (1995), p. 22-25.
- ¹⁵ André Lemaire, "'House of David' Restored in Moabite Inscription", *Biblical Archaeology Review* 20, n° 3 (maio/junho), 1994, p. 30-37.
- ¹⁶ Anson F. Rainey, "Mesha^a and Syntax", em J. Andrew Dearman e M. Patrick Graham (ed.), *The Land That I Will Show You: Essays on the History and Archaeology of the Ancient Near East in Honor of J. Maxwell Miller* (Sheffield: Sheffield Academic, 2001), p. 287-307.
- ¹⁷ K. A. Kitchen, "A Possible Mention of David in the Late Tenth Century B.C.E., and Deity Dod as Dead as the Dodo?" *Journal for the Study of the Old Testament* 76, 1997, p. 39-41.
- ¹⁸ Sobre a vida prolongada e o desaparecimento final dos filisteus no registro arqueológico, ver Seymour Gitin "Philistia in Transition: The Tenth Century and Beyond" em S. Gitin, A. Mazar e E. Stern (ed.), *Mediterranean Peoples in Transition, Thirteenth to Early Tenth Centuries BCE* (Jerusalem: Israel Exploration Society, 1998), p. 162-183; Seymour Gitin, "Philistines in the Books of Kings", em *The Books of Kings: Sources, Composition, Historiography and Reception*, ed. André Lemaire e Baruch Halpern (Leiden: Brill, 2010), p. 308-309.
- ¹⁹ Sobre descrições messiânicas concernentes a Davi, ver Philip E. Satterthwaite, "David in the Books of Samuel: A Messianic Hope" em R. S. Hess e G. J. Wenham (ed.), *The Lord's Anointed: Interpretation of Old Testament Messianic Texts*, ed. P. E. Satterthwaite (Grand Rapids, MI: Baker, 1995), p. 41-65; Daniel I. Block, "Bringing Back David: Ezekiel's Messianic Hope" em *The Lord's Anointed*, p. 167-188; Daniel I. Block, "My Servant David: Ancient Israel's Vision of the Messiah" em Richard S. Hess e M. Daniel Carroll (ed.), *Israel's Messiah in the Bible and the Dead Sea Scrolls* (Grand Rapids, MI: Baker, 2003), p. 17-56.
- ²⁰ O nome Davi é mencionado 1.087 vezes no AT e 111 vezes no NT.
- ²¹ Para mais estudos sobre a importância de Davi na história antiga de Judá, ver Yosef Garfinkel, Saar Ganor e Michael G. Hasel em *In the Footsteps of King David: Revelations from an Ancient Biblical City* (Nova York: Thames and Hudson, 2018).
- ²² Appian, *Civil Wars*, p. 1120.
- ²³ A ideia de uma "força" impessoal que está em todo o Universo não é uma progressão, mas uma regressão ao paganismo do antigo mundo mítico do Egito, que procurava falsificar o designio pessoal de um Deus amoroso que intercede por Seu povo (por exemplo, o êxodo).

A Bíblia e a Profecia

Capítulo

11

A Bíblia está avançando com um destino firme estabelecido. Em suas páginas, o Deus da história está ativamente comprometido com as nações e com Seu povo. Deus também é transcendente, capaz de ver eventos futuros, fornecendo profecias preditivas para lembrar Seu povo do destino a ele reservado. A Bíblia é única, pois quase 30% de seu conteúdo corresponde a profecias.¹ Nenhum outro texto religioso de qualquer outra religião do mundo contém profecias, uma vez que a cosmovisão dessas religiões não é a de um Deus transcendente e separado da criação, mas sim de deuses que fazem parte da natureza e que, portanto, sempre fizeram parte da criação.² A profecia preditiva fornece à Bíblia um mecanismo interno para testar a precisão do testemunho da Bíblia. A profecia pressupõe que (1) Deus é capaz de comunicar eventos futuros que não podem ser conhecidos ou previstos pelos seres humanos, (2) Seu conhecimento é perfeito com relação aos eventos que ocorrerão no futuro e (3) Deus tem um plano derradeiro para Seu povo. Em Amós 3:7, está escrito: “Certamente o SENHOR Deus não fará coisa alguma, sem primeiro revelar o Seu segredo aos Seus servos, os profetas.”

Profecia clássica e apocalíptica

Existem dois tipos de profecia na Bíblia. A profecia clássica, que era proferida pelos profetas como um aviso ou para prever o que aconteceria nos tempos do Antigo e Novo Testamentos. O cumprimento dessas profecias estava frequentemente associado à resposta do povo. Por exemplo,

o profeta Isaías foi enviado para advertir o reino do norte de Israel de que, se eles não se arrependessem e não retornassem ao Senhor, seriam levadas (1) “as riquezas de Damasco e os despojos de Samaria diante do rei da Assíria” (Is 8:4), (2) as cidades ficariam “em ruínas e sem habitantes” (Is 6:11, NVI) e (3) Deus “[afastaria] dela o povo, e no meio da terra [seriam] muitos os lugares abandonados” (Is 6:12, NAA). Os profetas Amós e Oseias apresentaram repreensões pontuais e chamados ao arrependimento, advertindo que “Israel, certamente, será levado para fora de sua terra, em cativeiro. [...] Assim diz o SENHOR [...] Israel, certamente, será levado cativo” (Am 7:11, 17).³ O cumprimento dessa profecia foi testemunhado na vida dos próprios profetas quando Tiglate-Pileser III, em 732 a.C., e Salmaneser V, em 722 a.C., invadiram o reino do norte e destruíram a capital de Samaria e várias outras cidades. Ainda hoje podemos ver os resultados dessas destruições em escavações de cidades antigas como Hazor, as quais deixaram de existir e nunca mais foram habitadas, exatamente como os profetas previram (2Rs 15:29).⁴ A falta de arrependimento das pessoas permitiu que esse juízo ocorresse.

Um resultado diferente ocorreu quando Jonas foi para Ninive. Os ninivitas se arrependeram, e o Senhor poupou a cidade assíria e seus habitantes, incluindo o gado do campo (Jn 4:10, 11).⁵ Muitas vezes essas profecias eram específicas em termos de resultado. Mesmo assim, eram condicionais, dependentes da resposta do povo.

A profecia apocalíptica, por outro lado, apresenta o calendário cósmico de Deus para o cumprimento de Sua promessa quanto ao estabelecimento de Seu reino vindouro. Esse tipo de profecia não depende das ações da humanidade e será cumprida exatamente quando e onde Deus ordenou. As 65 profecias especificamente messiânicas foram cumpridas na vida, ministério, morte e ressurreição de Jesus Cristo, “vindo [...] a plenitude do tempo” (Gl 4:4), exatamente como descrito em Daniel 9:24 a 27.⁶ O Messias veio, ainda que Israel não estivesse pronto para recebê-Lo. “As profecias de tempo de Daniel e Apocalipse que apontam para o tempo do fim e a segunda vinda independem de qualquer resposta humana. Na profecia apocalíptica, nos tornamos espectadores de eventos em um cenário mundial; estamos vendo a presciência divina desvelar a trajetória do futuro.”⁷

A profecia apocalíptica também é caracterizada por predições de longo prazo que têm um único cumprimento na história. Por exemplo, a profecia das 70 semanas de Daniel 9 teve apenas um cumprimento: em Jesus Cristo. O mesmo ocorre com “tempo, dois tempos e metade de um tempo” de Daniel 7:25, que prevê a quantidade de anos da terrível perseguição pela qual os cristãos da Idade Média passaram. Da mesma forma, as 2.300 “tardes e manhãs” de Daniel 8:14 também têm um cumprimento único que culmina com Jesus Cristo entrando no lugar santíssimo do santuário celestial, em 22 de outubro de 1844. Isso ocorreu uma vez na história cósmica.

Outro aspecto da profecia apocalíptica é a tipologia. A tipologia se concentra em pessoas, eventos ou instituições reais do Antigo Testamento, os quais têm seu fundamento em uma realidade histórica e apontam para uma realidade maior, no futuro. O uso da tipologia como método de interpretação remonta a Jesus e aos escritores do Novo Testamento. Eles entendiam que “o significado de eventos individuais muitas vezes só pode ser totalmente compreendido à luz de suas consequências na história” e que “a tipologia e a profecia são irmãs gêmeas, e ambas apontam para frente”.⁸ O guia mais seguro para reconhecer um tipo e um antítipo é quando um escritor bíblico inspirado os identifica. Caso contrário, a subjetividade e a imaginação humana podem estar se aventurando além da intenção de Deus.

Por exemplo, em Hebreus 9:11 a 15, Jesus é chamado de “Sumo Sacerdote”, “o Mediador da nova aliança” que “entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção”. O tipo do santuário do Antigo Testamento e seu serviço anual do Dia da Expição foi cumprido pelo antítipo de Jesus Cristo, o Sumo Sacerdote e o Cordeiro de Deus, morto antes da fundação do mundo. É a esse evento que todos os serviços do santuário apontavam.

O aspecto final do sacrifício, morte e ressurreição de Jesus chegou a seu clímax em 1844, ao Ele entrar no lugar santíssimo do santuário celestial. O uso da tipologia encontrada nas Escrituras ajudou os adventistas a reavaliarem suas pressuposições quanto à natureza do santuário. Eles descobriram, então, que o santuário não era a Terra, e que Jesus havia entrado no santuário celestial, do qual a Terra era apenas o padrão (Êx 25:8, 9).⁹

O historicismo e o princípio dia-ano

Tanto a Reforma Protestante como a Igreja Adventista do Sétimo Dia foram formadas a partir de um estudo renovado da profecia apocalíptica, a partir de uma perspectiva historicista de interpretação.¹⁰ Originário do texto da própria Escritura e dos escritores bíblicos, o historicismo é o método de estudo profético mais antigo que se conhece. É descrito como “o método histórico contínuo de interpretação profética, pois entende que a profecia é contínua e consecutiva no que diz respeito às sequências de impérios e eventos previstas nos livros de Daniel e Apocalipse”.¹¹ A profecia avança desde o tempo do escritor bíblico até o tempo do fim e o faz sem interrupções ou lacunas no processo. O historicismo tem sido o método consagrado pela interpretação profética até o século 20.¹² Neste capítulo, veremos como a interpretação historicista se relaciona com a identificação da Igreja Adventista do Sétimo Dia como a igreja remanescente da profecia bíblica.

Um elemento-chave da posição historicista é o princípio dia-ano, empregado na interpretação profética.¹³ Esse princípio foi aplicado às profecias de tempo de Daniel e Apocalipse por muitos eruditos ao longo dos séculos.¹⁴ Eles derivavam o princípio a partir de vários textos-chave e do contexto imediato das próprias profecias.

O contexto imediato das profecias de Daniel indica que elas apontam para o “tempo do fim” (Dn 8:17, 19, 26; 11:35; 12:1, 9). Isso significa que os indicadores de tempo precisam ser interpretados de acordo com esse contexto. Além do contexto imediato de Daniel, dois textos principais fornecem a base para o princípio dia-ano. Em Números 14:34, lemos que cada dia que Israel espiou a terra de Canaã (40 dias) seria equivalente a um ano carregando a culpa por ter rejeitado a promessa de Deus sobre a conquista da terra. Como resultado, a primeira geração de israelitas passaria 40 anos carregando sua culpa. Esse caso de profecia clássica apresenta um dia no passado representando um ano no futuro; na profecia apocalíptica, por sua vez, um dia futuro representa um ano futuro. Em Ezequiel 4:6, o profeta Ezequiel recebe instruções para levar a maldade da casa de Judá por 40 dias, “um dia para cada ano” (NAA).

Existem várias conexões linguísticas entre Números e Ezequiel que fortalecem o princípio dia-ano: (1) tanto o ato de “levar” quanto a “maldade” levada

são escritos de maneira semelhante; (2) ambas as passagens são introduzidas com a frase referente ao “número dos dias”; e (3) nas duas passagens, o conceito de “um dia para cada ano” é expresso com a frase reduplicada “dia por ano, dia por ano”.¹⁵ Números e Ezequiel não são livros apocalípticos e, portanto, o princípio dia-ano é claramente enunciado.

Em contraste, em Daniel e Apocalipse “as expressões ‘um tempo, dois tempos e metade de um tempo’ (Dn 7:25; 12:7; Ap 12:14), ‘quarenta e dois meses’ (Ap 11:2; 13:5) e ‘mil duzentos e sessenta dias’ (Ap 11:3; 12:6) se aplicam ao mesmo período de tempo. [...] A única medida de tempo comumente usada nas profecias de Daniel e Apocalipse é o ano. Dias, semanas e meses são mencionados, mas não a unidade de tempo ‘ano’. A explicação mais óbvia é que ‘ano’ é a unidade simbolizada ao longo dessas profecias”.¹⁶

Três outros elementos apoiam o princípio dia-ano de Daniel e Apocalipse: o uso de símbolos, de longos períodos de tempo e de expressões muito peculiares. A natureza simbólica dos animais e dos chifres que representam reinos sugere que as expressões de tempo também devam ser entendidas como simbólicas. O fato de que essas expressões de tempo não deviam ser interpretadas como dias, meses ou tempos/anos literais, mas como períodos mais longos também é indicado pelo fato de que os reinos descritos duraram vários séculos. Finalmente, as expressões bem peculiares usadas para designar esses períodos sugerem uma interpretação simbólica não literal. Não é por acaso que as três expressões, uma vez aplicado o princípio dia-ano, somam exatamente 1.260 anos, o que confirma a interpretação profética desse período. Se, por outro lado, os números forem tomados literalmente como três anos e meio ou seis anos e meio, não haveria contexto histórico em que esses períodos pudessem se encaixar. Também não seriam “capazes de alcançar nem de longe o tempo do fim. Portanto, estes períodos de tempo proféticos devem ser vistos como simbólicos e representando períodos de tempo consideravelmente mais longos do tempo histórico real que se estende até o tempo do fim”.¹⁷

A maioria dos comentaristas do livro de Daniel concorda que a profecia das 70 semanas de Daniel 9:24 a 27 não poderia ter sido cumprida em 70 semanas literais (um ano e cinco meses). Esse deve ser um período mais

longo do tempo histórico. Aplicando o princípio dia-ano, esse período corresponde perfeitamente ao ministério profético, morte e rejeição final de Jesus. “A ordem para restaurar e para edificar Jerusalém” ocorreu em 457 a.C. sob o comando de Artaxerxes.¹⁸ O período da frase “até a vinda do Ungido, o Príncipe, haverá sete semanas e sessenta e duas semanas” (Dn 9:25, NAA) indica o início do ministério de Cristo em 27 d.C., exatamente 483 anos após o decreto de Artaxerxes. “O Ungido será morto, e já não haverá lugar para Ele” (Dn 9:26, NVI) é uma profecia que teve seu cumprimento no evento da crucifixão, que ocorreu no meio da 70ª semana, precisamente em 31 d.C.¹⁹ O fim da 70ª semana chegou quando o juízo por causa da rejeição do Messias foi pronunciado por Estevão, que foi apedrejado por ordem do Sinédrio (At 7:59). A profecia de Daniel 9:24 a 27 demonstra a validade do princípio dia-ano.²⁰

Deve-se também salientar que, no 2º século a.C., o princípio dia-ano também já era usado ativamente pelos primeiros intérpretes judeus, como citado na literatura helenística judaica e revelado em documentos encontrados entre os Manuscritos do Mar Morto, em Qumran, e na obra de Josefo, entre outros.²¹ Isso indica que esse elemento crucial da interpretação historicista da profecia foi entendido antes do tempo de Cristo.

As profecias dos 1.260 e 2.300 dias

Em Apocalipse 12, mencionam-se os 1.260 anos de perseguição contra a mulher (a igreja) pelo dragão (Satanás), resultando em sua tentativa de acabar com “os restantes da sua descendência” (Ap 12:17), a igreja remanescente. O momento do movimento estava entrelaçado à profecia que ocorreu após os 1.260 dias/anos de supremacia papal (538-1798 d.C.) e a ascensão dos Estados Unidos. As duas marcas distintivas do remanescente são: (1) “guardam os mandamentos de Deus” e (2) “têm o testemunho de Jesus” (Ap 12:17).

A profecia dos 2.300 dias é crucial para nossa compreensão da mensagem do santuário, a qual, por sua vez, também se apoia fortemente no princípio dia-ano. De acordo com Daniel 8:14, “até duas mil e trezentas tardes e manhãs; e o santuário será purificado”. O fato de a expressão “tardes e manhãs” se referir a um período de 24 horas e não aos sacrifícios da manhã e da tarde no templo (o que os preteristas sugerem ter ocorrido durante o reinado de

Antioco IV Epifânio) foi adequadamente demonstrado.²² Em suma, *tâmid* ou sacrifícios diários sempre ocorrem de manhã e à noite, não à noite e de manhã. Não há suporte para a tese de que as 2.300 tardes e manhãs sejam divididas em dois sacrifícios, criando um novo número: 1.150. De fato, os dias da criação, que representam um período de 24 horas, são designados consistentemente como "tarde e manhã". Finalmente, Antioco IV Epifânio profanou o templo por somente três anos, o que nos leva a apenas 1.080 dias, não 1.150. Entendidos no contexto do princípio dia-ano, os 2.300 dias devem ser considerados como períodos completos de tempo.²³

A identidade dos adventistas do sétimo dia como um movimento profético dos últimos dias tem suas bases na interpretação historicista das profecias de Daniel e Apocalipse. A amarga experiência do grande desapontamento levou os adventistas mileritas a um estudo renovado dos livros de Daniel e Apocalipse em busca do que havia faltado em seus estudos para saberem por que Jesus não voltou. Foi um grande consolo para eles descobrir que a experiência do advento estava predita em Apocalipse 10:9 e 10. Eles entenderam que devorar as profecias de Daniel e achá-las doces como mel para a boca, mas amargas para o estômago, era precisamente o que havia ocorrido com eles. Guilherme Miller havia feito seus cálculos com precisão, mas o evento foi mal compreendido.

No entanto, a hermenêutica aplicada por Miller para a interpretação profética foi fortemente endossada por Ellen White e nossos pioneiros.²⁴ Ele expôs vários princípios importantes para a interpretação profética, com base no princípio *sola Scriptura* e na interpretação historicista da profecia. Alguns dos princípios nos quais Miller insistiu são:

1. Cada palavra deve estar devidamente relacionada com o assunto apresentado na Bíblia (Mt 5:18);
2. Toda a Escritura é necessária e pode ser entendida mediante diligente estudo e aplicação da mesma (2Tm 3:15-17);
3. Nada revelado nas Escrituras pode ou será escondido daqueles que pedem com fé e determinação (Dt 29:29; Mt 10:26, 27; 1Co 2:10; Fp 3:15; Mt 21:22; Jo 14:13, 14; 15:7; Tg 1:5, 6; 1Jo 5:13-15).
4. Para entender a doutrina, reúna todas as partes das Escrituras relacionadas com o assunto que você deseja conhecer. Depois deixe que cada

palavra exerça sua influência apropriada. Então, se puder formar sua teoria, livre de contradições, é possível que você esteja certo (Is 28:7-29; 35:8; Pv 19:27; Lc 24:27, 44, 45; Rm 16:26; Tg 5:19; 2Pe 1:19, 20).

5. A Escritura deve explicar a própria Escritura, uma vez que ela é uma regra de si mesma (Sl 19:7-11; 119:97-105; Mt 23:8-10; 1Co 2:12-16; Ez 34:18, 19; Lc 11:52; Mt 2:7, 8).

Se você descobrir que todas as palavras da profecia (depois de entender as figuras) forem literalmente cumpridas, talvez saiba que o verdadeiro evento é a sua história. Mas, se uma palavra não for cumprida, você deverá procurar outro evento ou aguardar seu desenvolvimento futuro, pois Deus toma as providências para que a história e a profecia concordem entre si, de maneira que os verdadeiros e fiéis filhos de Deus nunca se envergonhem (Sl 21:5; Is 14:17-19; 1Pe 2:6; Ap 17:17; At 3:18).²⁵

O estudo cuidadoso da Bíblia teve como resultado os cinco pilares distintivos da Igreja Adventista do Sétimo Dia: o sábado, a segunda vinda, o santuário, o estado dos mortos e o Espírito de Profecia. A combinação dessas doutrinas bíblicas com as mensagens dos três anjos é que confere à Igreja Adventista do Sétimo Dia sua mensagem e missão.²⁶

Referências

¹ J. Barton Payne apresenta uma lista de 1.239 profecias do Antigo Testamento e 578 do Novo Testamento, totalizando 1.817. Essas profecias abrangem 8.352 versos, ou 26,83% da Bíblia. J. Barton Payne's *Encyclopedia of Biblical Prophecy* (Grand Rapids, MI: Baker, 1973), p. 674-675.

² John N. Oswalt, *The Bible Among the Myths* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2009), p. 47-110.

³ Brevard S. Childs, *Isaiah and the Assyrian Crisis* (Londres: SCM, 1967).

⁴ Peter Dubovsky, "Tiglath-Pileser III's Campaigns in 734-732 B.C.: Historical Background of Isa 7, 2 Kgs 15-16 and 2 Chr 27-28", *Biblica* 87 (2006), p. 153-170; para os Anais, ver Hayim Tadmor, *The Inscriptions of Tiglath-Pileser III, King of Assyria*, 2ª ed. (Jerusalem: Israel Academy of Sciences and Humanities, 1994); cf. Amnon Ben-Tor, "Excavating Hazor, Part One: Solomon's City Rises from the Ashes", *Biblical Archaeology Review* 25, nº 2 (março/abril 1999), p. 37.

⁵ Gerhard F. Hasel, *Jonah: Messenger of the Eleventh Hour* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1976).

⁶ Sobre as 65 profecias messiânicas, ver Walter C. Kaiser, Jr., *The Messiah in the Old Testament* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1995).

⁷ Gerhard Pfandl, "The Pre-Advent Judgment: Fact or Fiction?" *Ministry*, dezembro de 2003, citando William G. Johnsson, "Conditionality in Biblical Prophecy with Particular Reference to Apocalyptic" em Frank B. Holbrook (ed.), *70 Weeks, Leviticus, Nature of Prophecy: Daniel and Revelation Committee Series*, livro 3, (Washington DC: Biblical Research Institute, 1986), p. 278.

- ⁸ Hans K. LaRondelle, *The Israel of God in Prophecy: Principles of Prophetic Interpretation* (Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1983), p. 35, 54.
- ⁹ Ellen G. White, *Christ in His Sanctuary* (Nampa, ID: Pacific Press, 2009).
- ¹⁰ Leroy Froom, *The Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 1-4 (Washington DC: Review and Herald, 1950-1954).
- ¹¹ Gerhard F. Hasel, "Israel in Bible Prophecy", *Journal of the Adventist Theological Society* 3, nº 1 (primavera 1992), p. 124.
- ¹² Para métodos adicionais de interpretação, ver Gerhard F. Hasel, "Israel in Prophecy", p. 121-130.
- ¹³ Gerhard Pfandl, "In Defense of the Year-Day Principle", *Journal of the Adventist Theological Society* 23, nº 1 (2012), p. 3-17.
- ¹⁴ Froom, *Prophetic Faith of Our Fathers*, v. 4, p. 784-851.
- ¹⁵ William H. Shea, *Estudos Seleccionados em Interpretação Profética* (Engenheiro Coelho, 2007), v. 1, p. 83.
- ¹⁶ Pfandl, "In Defense of the Year-Day Principle", p. 8.
- ¹⁷ Shea, *Estudos Seleccionados em Interpretação Profética*, p. 69.
- ¹⁸ Siegfried H. Horn e Lynn H. Wood, *The Chronology of Ezra 7* (Washington, DC: Review and Herald, 1953).
- ¹⁹ Sobre a data da crucificação, ver Grace Amadon, "Ancient Jewish Calendation", *Journal of Biblical Literature* 61, nº 4 (dezembro de 1942), p. 227-280; Grace Amadon, "The Crucifixion Calendar", *Journal of Biblical Literature* 63, nº 2 (junho de 1944), p. 177-190.
- ²⁰ Brempong Owusu-Antwi, *An Investigation of the Chronology of Daniel 9:24-27*, ATS Dissertation Series, 2 (Berrien Springs, MI: Adventist Theological Society, 1995).
- ²¹ Shea, *Estudos Seleccionados em Interpretação Profética*, p. 103, 104.
- ²² S. J. Schwantes, "'Ereb Boqer of Daniel 8:14 Re-examined" em *Symposium on Daniel*, ed. Frank B. Holbrook, Daniel and Revelation Committee Series, livro 2 (Washington, DC: Biblical Research Institute, 1986), p. 462-474.
- ²³ Gerhard F. Hasel, "The 'Little Horn', the Heavenly Sanctuary, and the Time of the End: A Study of Daniel 8:9-14" em *Symposium on Daniel*, ed. Frank B. Holbrook, Daniel and Revelation Committee Series, livro 2 (Washington, DC: Biblical Research Institute, 1986), p. 430-433.
- ²⁴ Ellen G. White, "Notes of Travel", *Review and Herald*, 25 de novembro de 1884, p. 23-25.
- ²⁵ P. Gerard Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1977), p. 299.
- ²⁶ Damsteegt, *Foundations of the Seventh-Day Adventist Message and Mission*.

Capítulo 12

Lidando com Passagens Difíceis

Todo estudante da Bíblia já encontrou passagens difíceis no texto das Escrituras. Isso não surpreende, porque qualquer pessoa que tenha interagido com outra cultura, cosmovisão ou idioma entende os desafios de superar essas barreiras de comunicação. O mesmo vale para o conteúdo da Bíblia. Se entendêssemos tudo nas Escrituras, seríamos como Deus, sem necessidade de novas ideias. Também não teríamos o incentivo para crescer em conhecimento espiritual.

Comparados às épocas bíblicas, o tempo e o local em que vivemos são muito diferentes. Esse fato impõe desafios à interpretação correta de um livro antigo como a Bíblia. Embora Deus tenha dado evidências suficientes para justificar a confiabilidade e a veracidade da Bíblia, também é verdade que nenhuma quantidade de evidência removerá as possibilidades de dúvida. Se um estudante deseja esclarecer suas dúvidas, ele encontrará muitas oportunidades para fazê-lo. O espírito de dúvida é natural à natureza humana. À luz dessa tendência, vale a pena notar a importância de cultivar uma atitude apropriada em relação a passagens difíceis das Escrituras. Ellen White descreveu a mentalidade das pessoas que confiam mais na própria opinião do que na Palavra de Deus:

Quando homens, em seu juízo finito, julgam necessário fazer um exame de textos para definir o que é inspirado e o que o não é, estão dando um passo adiante de Jesus a fim de mostrar-Lhe um caminho melhor do que aquele em que Ele nos tem guiado.

Tomo a Bíblia tal como ela é, como a Palavra Inspirada. Creio nas declarações de uma Bíblia inteira. Levantam-se homens que julgam

ter alguma coisa a criticar na Palavra de Deus. Eles a expõem diante de outros como prova de superior sabedoria. Esses homens são, muitos deles, inteligentes, instruídos, possuem eloquência e talento, homens cuja vida toda é desassossegar espíritos quanto à inspiração das Escrituras. Influenciam muitos a ver segundo eles próprios veem. E a mesma obra é transmitida de um para outro, da mesma maneira que Satanás designou que fosse [...].¹

A profetisa então descreve como esse processo de duvidar começa sutilmente com uma passagem difícil das Escrituras e rapidamente se espalha para o restante da Bíblia.

Começando em Gênesis, eles rejeitam aquilo que julgam questionável, e sua mente os leva adiante, pois Satanás levará a qualquer extensão a que eles o sigam em sua crítica, e vejam alguma coisa de que duvidar em todas as Escrituras. Suas faculdades de crítica são aguçadas pelo exercício, e não podem repousar em nada com certeza. Vocês procuram raciocinar com esses homens, mas é tempo perdido. Eles exercerão sua capacidade de ridículo mesmo sobre a Bíblia. Tornam-se até zombadores, e ficariam surpresos se os fizésseis ver as coisas por esse aspecto. Irmãos, apeguem-se à Bíblia, tal como ela reza, parem com as críticas relativamente a sua validade, e obedeçam à Palavra, e nenhum de vocês se perderá.²

Observe que, ao criticar as Escrituras, as pessoas podem ficar mais aguçadas até perderem a certeza de tudo. Por outro lado, investir energia se esforçando para compreender as passagens mais difíceis atrai o leitor ao âmago das Escrituras. Esse mergulho mais profundo demonstra disposição de abraçar a Palavra de Deus e obedecer à sua mensagem.

➔ Assim, as passagens difíceis não apenas nos desafiam como também oferecem uma oportunidade única de entender melhor os escritores bíblicos e a revelação divina. Nessa perspectiva, devemos ser gratos por passagens desafiadoras e difíceis da Bíblia, pois elas nos oferecem uma oportunidade única

de crescer em nosso entendimento. Muitos dos assim chamados erros da Bíblia não são resultado da revelação divina, mas de nossas interpretações errôneas. Os erros surgem não tanto das passagens obscuras, mas da cegueira e do preconceito do intérprete. A história mostra que o problema mais premente do cristianismo não está nas passagens mais problemáticas, mas sim na incapacidade dos crentes em aceitar as passagens que podem ser entendidas claramente.

Os adventistas não tentam provar que a Bíblia não tem erros. É possível provar que um artigo de jornal está livre de todo tipo de os erros, mas isso não seria uma demonstração de que esse artigo é a Palavra de Deus. Os cristãos que creem na Bíblia a consideram como a Palavra de Deus porque as Escrituras assim afirmam, e Jesus e os apóstolos creram nela. Por fim, nossa convicção de sua verdade repousa no testemunho do Espírito Santo. É Ele quem confirma a veracidade da Bíblia em nosso coração e mente.

Quando encontramos dificuldades, o Espírito Santo se aproxima de nós de maneira especial. O espaço deste livro não permite um exame de todas as passagens difíceis, mas é importante que as estudemos; o Espírito está pronto para nos iluminar. Se você tem interesse em pesquisar mais, existe uma quantidade de livros e recursos que abordam os problemas e questões levantadas pelas passagens bíblicas mais difíceis.³

Como lidar com as dificuldades da Bíblia

Embora acreditemos que as Escrituras são confiáveis, não negamos que algumas partes delas sejam difíceis de entender e apresentem um desafio à nossa mentalidade e pensamento. Até o apóstolo Pedro reconheceu esse fato quando falou sobre Paulo e suas epístolas, “nas quais há certas coisas difíceis de entender, que os ignorantes e instáveis deturpam, como também deturpam as demais Escrituras, para a própria destruição deles” (2Pe 3:16).

Quando se trata de dificuldades e aparentes erros das Escrituras, muitas vezes vemos a Bíblia como a fonte do problema. Contudo, fazemos bem em observar o que Agostinho, um dos pais da igreja, declarou sabiamente: “Se ficarmos perplexos com uma aparente contradição nas Escrituras, não devemos dizer: O autor deste livro [a Bíblia] está enganado; ou há problemas no

manuscrito; ou a tradução está errada; ou que você não entendeu.⁴ Não queremos ser como pessoas incultas e instáveis, que distorcem as Escrituras para a própria destruição. Portanto, examinaremos alguns aspectos importantes que podem ajudar ao nos depararmos com declarações difíceis nas Escrituras.⁵

Não presumo que não existe resposta

É importante lembrar que o fato de não termos solução para um problema específico não significa que não haja resposta para ele. Frequentemente, ao encontrarmos uma passagem difícil nas Escrituras, podemos ter a impressão de que somos os primeiros a perceber o problema. Entretanto, é provável que outros estudantes aplicados da Bíblia tenham estudado a mesma passagem, talvez gerações antes, e ainda mais profundamente do que nós, e tenham notado os mesmos desafios. Se for assim, há uma boa chance de que outros já tenham encontrado uma resposta, embora não estejamos cientes disso.

Além disso, nenhuma pessoa séria afirmará que pode explicar todas as dificuldades da Bíblia. Seria um erro concluir que aquilo que ainda não foi explicado nunca poderá sê-lo. Para certas perguntas, não temos informações suficientes e disponíveis para chegar a uma resposta satisfatória. Algumas novas evidências arqueológicas podem esclarecer algumas questões. Outros problemas podem exigir pesquisa e investigação mais aprofundadas do texto e do contexto bíblico. Essa tarefa leva tempo e exige determinação. Só porque não conseguimos encontrar uma resposta em cinco minutos, cinco dias ou cinco meses, não significa que não exista resposta para esse problema específico. O trabalho e a energia que você investe a fim de encontrar uma solução para um incômodo problema lhe trarão mais benefício do que a própria solução.

Em cada caso, aborde o problema com honestidade e integridade, reconhecendo que a dificuldade que você está enfrentando não tem uma resposta satisfatória. Não fuja ou ignore um problema nem procure atalhos para a resposta. Paciência é a chave. Às vezes temos que esperar uma resposta e confiar em Deus, apesar das perguntas que permanecem. Desse modo, as dificuldades da Bíblia podem ser uma oportunidade para desenvolver um caráter no qual Deus se alegra.

Não confunda sua interpretação falível com a revelação infalível de Deus

Vale lembrar que, embora a Bíblia seja infalível, nossas interpretações não o são. Podemos estar equivocados em nossa interpretação por sermos inclinados ao erro. O significado da Bíblia não muda, mas nossa compreensão sobre ela sim. À luz desse fato, devemos ser cautelosos quanto à corrente presunção de que a ciência é a palavra final sobre qualquer tópico.

O pensamento evolucionista, por exemplo, se tornou uma visão bastante difundida na comunidade científica, o que tem causado inúmeras dificuldades com o texto bíblico. Seria a teoria da evolução realmente compatível com o relato bíblico da criação e o plano de salvação de Deus? É de se esperar que haja contradições entre as visões populares da ciência e a Bíblia, especialmente se essas explicações científicas descartarem completamente qualquer agente divino. Contudo, isso não prova que haja uma contradição real entre o mundo de Deus e Sua Palavra escrita. Embora a natureza, de acordo com a Bíblia, seja criação de Deus e, portanto, de origem divina, ela não é um "livro" inspirado e continua a ser afetada pelo pecado. *Só a Bíblia é revelação especial.*

Portanto, de acordo com Ellen White, "o livro da natureza é um grande compêndio", mas deve ser usado "em conexão com as Sagradas Escrituras."⁶ Isso significa que a revelação especial de Deus nas Escrituras tem precedência sobre a revelação natural na criação. A Escritura é superior à natureza, pois ela é uma testemunha inspirada de Deus. Portanto, as Escrituras, não a ciência evolucionista, devem ser a fonte normativa para entendermos a origem do mundo.⁷ "Quando os chamados cientistas tratam esses assuntos de um ponto de vista meramente humano, chegam a conclusões equivocadas. [...] Se não são guiadas pela Palavra de Deus em sua pesquisa, as mentes mais brilhantes ficam desorientadas em suas tentativas de traçar as relações entre a ciência e a Revelação."⁸ Portanto, "deve haver uma crença estabelecida na autoridade divina da santa Palavra de Deus. A Bíblia não deve ser provada pelas ideias científicas de homens. O saber humano é um guia indigno de confiança. Céticos que leem a Bíblia com o objetivo de criticar podem, mediante uma compreensão imperfeita da ciência ou da Revelação, alegar que acham contradições entre elas; mas, corretamente entendidas, estão em perfeita harmonia."⁹ Às vezes,

até as mais antigas e tradicionais interpretações da Bíblia precisam ser reexaminadas à luz do que as Escrituras dizem sobre um determinado assunto.

Interprete passagens menos claras à luz de passagens mais claras

Além de ter um espírito pronto para o aprendizado, é importante que você use princípios hermenêuticos sólidos em seu estudo. Antes de tudo, sempre interprete passagens menos claras à luz das passagens mais claras. Vá do mais simples para o mais complexo. Tente esclarecer as passagens mais difíceis com a luz que emana das passagens mais claras das Escrituras. Não é aconselhável construir uma doutrina com base em uma passagem obscura, e nunca é aceitável obscurecer passagens claras lançando sobre elas uma nuvem carregada de alguma passagem difícil. Em vez disso, passagens claras devem iluminar aquelas que são menos claras. O exemplo a seguir, sobre a questão de falar línguas, ilustra esse ponto.

Existem várias declarações nas Escrituras que esclarecem o dom de línguas mencionado no Novo Testamento. O fenômeno descrito na Bíblia se refere à habilidade sobrenatural de proclamar o evangelho em outra linguagem humana conhecida (Mc 16:17; At 2:1-13; 10:46; 19:1-7).¹⁰ Mas em 1 Coríntios 12 a 14, encontramos algumas declarações sobre glossolalia que não são tão fáceis de entender. Em vez de obscurecer as passagens claras de Atos com as de 1 Coríntios 12 a 14, aquelas passagens claras e inequívocas devem ser usadas para esclarecer essas, mais difíceis. Como as mesmas palavras para “falar em línguas” são usadas em Marcos, Atos e 1 Coríntios, e à luz de outras conexões entre profecia e falar em línguas em Éfeso e Corinto, o falar em línguas de Corinto também deve ser entendido como dom sobrenatural do Espírito Santo para transmitir a mensagem do evangelho em uma língua estrangeira conhecida.

Leve em consideração o contexto da passagem

Talvez o erro mais comum dos críticos da Bíblia seja usar textos fora de seu contexto. Se somos confrontados com uma passagem difícil para a qual não temos resposta, há uma abordagem sempre correta: “O que diz o contexto? Um texto sem o contexto adequado rapidamente se torna um pretexto para as próprias ideias.”

Embora o contexto histórico deva ser considerado, o contexto mais importante de uma passagem é o imediato. Examine cuidadosamente a seção, depois o capítulo e, além disso, o contexto mais amplo do livro. Por fim, o texto inteiro da Bíblia deve ser levado em conta, pois ele lançará luz sobre a passagem difícil em questão.

Terminando, duas orientações simples ajudarão o estudante aplicado da Bíblia a entender as passagens mais difíceis. Primeiro, elabore um raciocínio a partir dos textos claros. Depois vá para os menos claros. Segundo, permita que o contexto o oriente ao estudar a Palavra. O Espírito Santo abençoará esse estudo com Sua luz e paz.

Referências

- ¹ Ellen G. White, *Mensagens Escolhidas* (Tatui: Casa Publicadora Brasileira, 1985), v. 1, p. 17.
- ² White, *Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 18.
- ³ Ver Gleason L. Archer Jr., *New International Encyclopedia of Bible Difficulties* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1982); William Arndt, *Bible Difficulties and Seeming Contradictions* (St. Louis, MO: Concordia, 1987); John W. Haley, *Alleged Discrepancies of the Bible* (Grand Rapids, MI: Baker Book, 1984); Norman Geisler e Thomas Howe, *When Critics Ask: A Popular Handbook on Bible Difficulties* (Wheaton, IL: Victor Books, 1992); Walter C. Kaiser Jr. et al., *Hard Sayings of the Bible* (Downers Grove, IL: InterVarsity, 1996); R. A. Torrey, *Difficulties in the Bible: Alleged Errors and Contradictions* (Willow Grove: Woodlawn Electronic, 1998); F. F. Bruce, *Hard Sayings of Jesus* (Londres: Hodder and Stroughton, 1983). Da perspectiva adventista: Gerhard Pfandl (org.), *Interpretando as Escrituras: Descubra o Sentido dos Textos Mais Difíceis da Bíblia* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015); Harald Weigt, *Verstehst du auch, was du liest? Schwierige Bibelstellen erklärt* (Lüneburg: Advent-Verlag, 2002); e os recursos disponíveis no portal do Biblical Research Institute: <<https://www.adventistbiblicalresearch.org/materials>>, acesso em 1º de maio de 2019.
- ⁴ Agostinho de Hipona, “Reply to Faustus the Manichæan” 11.5 em St. Augustin: *The Writings against the Manichæans and against the Donatists*, ed. Philip Schaff, *A Select Library of the Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church* (Buffalo, NY: Christian Literature Company, 1887), v. 4, p. 180.
- ⁵ Ver também aspectos adicionais em Frank M. Hasel e Michael G. Hasel, *Como Interpretar as Escrituras, Lição da Escola Sabatina*, 2º trimestre de 2020, lição 12.
- ⁶ Ellen G. White, *Parábolas de Jesus* (Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015), p. 24.
- ⁷ Ellen G. White deixou claro que “fora da história bíblica, a geologia nada pode provar. Aqueles que tão confiantemente raciocinam acerca de suas descobertas não têm uma concepção adequada do tamanho dos homens, animais e árvores anteriores ao dilúvio, ou das grandes mudanças que então ocorreram. Restos encontrados na terra evidenciam condições diferentes em muitos aspectos do presente; mas o tempo em que essas condições existiram somente pode ser elucidado pelo Registro Inspirado. Na história do dilúvio, a inspiração explicou aquilo que a geologia por si só nunca poderia esclarecer” (*Patriarcas e Profetas*) [Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015], p. 71).

⁸ White, *Patriarcas e Profetas*, p. 113.

⁹ White, *Patriarcas e Profetas*, p. 114.

¹⁰ Sobre essa evidência bíblica, ver o estudo completo de Gerhard F. Hasel, *Speaking in Tongues: Biblical Speaking in Tongues and Contemporary Glossolalia* (Berrien Springs, MI: Adventist Theological Society, 1991).



Capítulo 13

Vivendo Pela Palavra de Deus

Levar os crentes a manter um relacionamento de obediência a Deus é o objetivo final das Escrituras. Quando estudamos a Bíblia, procuramos seguir a Palavra de Deus fielmente e com alegria. Essa fidelidade vai muito além do mero conhecimento intelectual e do consentimento teórico. Deus não usa a força para conquistar corações. Com voz clara e razoável, Ele nos fala por meio das Escrituras e, com amor divino, conquista nossa lealdade. A atenção à Palavra de Deus promove a obediência e afasta o medo de passagens difíceis. Ao estudar a Bíblia, ficamos especialmente motivados a entender mais plenamente sua mensagem e a confiar em Deus para iluminar nosso coração.

A fé é uma condição necessária para entender a Bíblia e interagir adequadamente com ela. Em Hebreus, lemos: “Pela fé, entendemos que foi o Universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem” (Hb 11:3); “Sem fé é impossível agradar a Deus, pois quem Dele se aproxima precisa crer que Ele existe e que recompensa aqueles que O buscam” (Hb 11:6, NVI). Essa fé é a prática de ouvir ativamente a Deus e Sua Palavra escrita. Esse exercício de escuta produz uma resposta obediente à Palavra de Deus. Obviamente, essa obediência é muitas vezes alcançada com dificuldade, porque nossa humanidade naturalmente hesita em cumprir as ordens de Deus.

Sejam praticantes da Palavra de Deus

Por natureza, somos relutantes em ouvir a Palavra de Deus e ainda menos inclinados a seguir Sua vontade. Deus conhece essa tendência e está constantemente buscando alcançar nosso coração. Com Seu amor, Ele nos cativa para

que, mediante o poder do Espírito Santo, possamos praticar Sua vontade em nossa vida. O apóstolo Tiago nos adverte: “Tornai-vos, pois, praticantes da palavra e não somente ouvintes, enganando-vos a vós mesmos. Porque, se alguém é ouvinte da palavra e não praticante, assemelha-se ao homem que contempla, num espelho, o seu rosto natural; pois a si mesmo se contempla, e se retira, e para logo se esquece de como era a sua aparência. Mas aquele que considera, atentamente, na lei perfeita, lei da liberdade, e nela persevera, não sendo ouvinte negligente, mas operoso praticante, esse será bem-aventurado no que realizar” (Tg 1:22-25).

Søren Kierkegaard faz um comentário interessante sobre essa passagem.¹ Quem ouve a Palavra de Deus e a pratica é como uma pessoa que se olha no espelho e se lembra do que vê. De que maneira devemos nos olhar no espelho da Palavra de Deus, pergunta Kierkegaard, para que possamos ser de fato abençoados? Ele responde que o leitor somente se beneficia de olhar para a Palavra se deixar de inspecionar o próprio espelho, passando a olhar para sua imagem refletida no espelho. Mas, em vez de estarmos dispostos a olhar para nós mesmos no espelho revelador das Escrituras, tendemos, como pecadores que somos, a inspecionar o espelho.² Quando começamos a criticar o espelho, perdemos de vista nossa condição, nosso pecado e nossa necessidade de salvação.

Há algo no texto bíblico que reflete uma realidade divina e uma verdadeira compreensão de quem somos, para que possamos ver nossa necessidade de Deus. Se apenas interpretarmos o espelho sem que cumpramos seu mandamento, estaremos privando a Bíblia de sua autoridade com nossa interpretação, não agradaremos a Deus nem agiremos de acordo com Sua Palavra. Haveria algo de bom nessa interpretação? Muitas vezes, ela nada mais é do que a maneira de nos colocar na defensiva em relação à Palavra de Deus. Para evitar se enxergarem nas Escrituras como eles realmente são, alguns leitores preferem se olhar no espelho ou projetar imagens mais lisonjeiras de si mesmos nas Escrituras.³

A relação entre o Espírito Santo e a Bíblia

O Espírito Santo dá vida à Palavra escrita de Deus, elevando-a à condição de norma suprema e final de nossa fé. Se em nossa caminhada nos deixarmos guiar pelo Espírito Santo, o resultado será o cumprimento dos mandamentos

de Deus. “Os mandamentos de Deus são os sapatos com os quais nosso amor a Deus caminha e encontra sua expressão fiel”⁴ (ver Rm 13:10). Assim, o objetivo final da interpretação é o cumprimento da Palavra de Deus em nossa vida.

Portanto, ouvir atentamente a Bíblia deve preceder aquilo que pregamos e ensinamos. Quando ouvimos com coração disposto e obediente, Deus fala. Quando estamos dispostos a obedecer, Ele age. Não é *pensar* em viver retamente, mas, de fato, *viver retamente* que importa para Deus. Nossa interpretação não deve ter como objetivo corrigir a Palavra de Deus; ela deve permitir que a Palavra de Deus nos corrija. Ouvir e obedecer à Palavra escrita leva à verdade e à liberdade, veiculando a graça estabilizadora de Deus para nossa vida diária.

Refletindo sobre a Palavra de Deus

Durante Seu ministério, Jesus curava e pregava todos os dias. A oração solitária e as Escrituras despertavam a força espiritual que Ele precisava em Seu esforço para alcançar os que estavam perdidos (Mc 1:35; 3:13). Parece que a vida moderna ficou ainda mais agitada do que nos tempos de Jesus. De fato, as muitas ocupações da vida quase nos enlouquecem.⁵ Parece que dedicamos o que há de melhor em nós ao trabalho.

Os *smartphones* nos transformaram em viciados digitais e facilmente nos distraímos da vida real. Quanto mais nos distraímos com o meio digital, mais nos tornamos espiritualmente deslocados.⁶ Embora sejam extraordinariamente úteis – e até nos ajudem no estudo e na memorização de partes das Escrituras – os *smartphones* podem sequestrar nossa atenção e diminuir nossa espiritualidade.

Em nossa vida agitada, temos que passar momentos tranquilos com Deus sem que nada nem ninguém nos interrompa. Nessas situações, podemos refletir sobre a Palavra de Deus.⁷ Essa hora tranquila traz uma força e vitalidade espiritual que nada mais pode oferecer. O tempo passado com a Palavra de Deus, sem nenhuma pressa, permite que você esteja face a face com Jesus.

Memorizando a Palavra de Deus

Ler a Palavra diariamente é crucial para o crescimento em Cristo. Um elemento importante ao receber a Palavra é guardá-la permanentemente em

seu coração para acesso imediato. Ao contrário de meus avós, cresci em uma geração em que memorizar poemas longos, passagens literárias influentes ou textos de hinos estava fora de moda. De fato, para muitos de minha geração, a memorização era equivalente à falta de capacidade de pensar. Parecia algo estúpido. A mera repetição de passagens sem pensar não era algo atraente. Contudo, memorizar as Escrituras não precisa ser algo negativo. Pelo contrário, resulta em muitas bênçãos, se isso for feito com determinação ponderada. Nossa vida segue uma direção piedosa e boa quando nossa mente está fortalecida com a Palavra de Deus.

Os antigos seguidores da Palavra de Deus entendiam isso muito bem. O salmista disse: “Guardo no coração as Tuas palavras, para não pecar contra Ti” (Sl 119:11). Os escritores bíblicos sabiam que a Bíblia “é lâmpada que ilumina os [nossos] passos e luz que clareia o [nosso] caminho” (Sl 119:105, NVI). Eles sabiam que “A revelação das [...] palavras [de Deus] esclarece e dá entendimento aos simples” (Sl 119:130).

A Palavra escrita de Deus é alimento espiritual da mais alta qualidade. As palavras das Escrituras nos aproximam da vontade Dele. Ao mesmo tempo, elas oferecem uma barreira eficaz contra o pecado e os pensamentos sombrios que nos afastam de Deus. Quando memorizamos intencionalmente as Escrituras, a Palavra de Deus ultrapassa nossa consciência e chega ao âmago do nosso ser. A memorização permite que a Palavra fique arraigada em nossa mente, de modo que passamos a viver natural e reflexivamente “de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4:4).

Mediante uma memorização consciente, a Palavra de Deus permanece em nossa mente, afetando nossas interações sociais e orientando continuamente nossa alma. Se forem memorizadas eficazmente, as palavras das Escrituras poderão ser aplicadas a situações novas, orientando nossas decisões e nos capacitando a seguir a vontade de Deus. Quando somos confrontados com escolhas que podem mudar a vida, as palavras das Escrituras podem emergir em pensamentos conscientes, direcionando nossas ações. É dessa consciência quanto à vontade de Deus que Jesus Se referiu quando nos pediu para permanecer Nele: “Se permanecerdes em Mim, e as *Minhas palavras permanecerem em vós*, pedireis o que quiserdes, e vos será feito. Nisto é glorificado

Meu Pai, em que deis muito fruto; e assim vos tornareis Meus discípulos” (Jo 15:7, 8, *italico acrescentado*).

A memorização das Escrituras e a reflexão acompanhada de oração servem para nos guiar ao longo de um processo de internalização da verdade capaz de transformar a vida. A fome da sabedoria oriunda das Escrituras nos anima a colocar a verdade bíblica em ação. É possível vencer a ansiedade, e o vigor espiritual pode ser aprimorado, preparando você para atender às necessidades e oportunidades futuras. Esses são os benefícios tangíveis da memorização das Escrituras; mas há vantagens ainda mais profundas. Memorizar a Palavra de Deus nos ajuda a dar mais valor ao Céu do que à Terra. Faz com que você, de maneira natural, examine o foco de seu coração e se aproxime mais do coração de Deus.

Existe um poder incomparável na Palavra de Deus. Esse poder pode nos tirar da complacência espiritual e trazer conforto em momentos de tristeza e orientação em meio ao complexo labirinto da vida. A memorização das Escrituras aguça o discernimento espiritual. Passamos a ouvir a pregação da Palavra de Deus mais claramente. Nosso conhecimento aumenta, e o interesse pelas coisas espirituais é estimulado.

Além disso, a memorização de passagens bíblicas nos leva a adorar a Deus de maneira mais deliberada e ponderada. Deus Se agrada quando O adoramos de acordo com as Escrituras. Ocasionalmente, até nossas orações podem ser feitas com palavras das Escrituras, se orarmos por outros usando palavras dos escritores bíblicos.⁸

Muitos descobriram que musicalizar as Escrituras ajuda no processo de memorização. Uma melodia agradável fixa a Palavra de Deus em nossa mente. Cantar traz alegria, elevando o espírito e dissipando a escuridão.

A memorização, a reflexão e a ação decidida são aspectos integrais do viver pela Palavra de Deus. As ferramentas hermenêuticas e o estudo aprofundado da Escritura não fazem sentido se não levarem o leitor a uma fé prática. Como igreja, somos chamados a seguir humildemente as palavras das Escrituras, sustentando corporativamente a autoridade da Bíblia e permitindo que ela informe e guie as decisões da Igreja.

Que sejamos um povo diariamente inspirado e desafiado pela Palavra viva de Deus! Que incorporemos cada vez mais o significado e a importância do texto

bíblico em nossa esfera de influência! Transformados por Sua poderosa Palavra, que possamos nos tornar agentes de transformação para o reino de Deus! Sejamos não apenas ouvintes, mas praticantes da Palavra de Deus (Tg 1:22).

Referências

- ¹ Søren Kierkegaard, *For Self-Examination: Recommended for the Times*, trad. Edna Hong e Howard Hong (Minneapolis: Augsburg, 1940).
- ² Kierkegaard, *For Self-Examination*, p. 23.
- ³ Kevin J. Vanhoozer, *Is There a Meaning in This Text?: The Bible, the Reader, and the Morality of Literary Knowledge* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1998), p. 15, 16.
- ⁴ Frank M. Hasel, "What Does it Mean to be a Seventh-day Adventist? A Short Theological Reflection," *Adventist Review* 196, 30 de abril de 2019, p. 49.
- ⁵ Ver Kevin DeYoung, *Crazy Busy: A (Mercifully) Short Book About a (Really) Big Problem* (Wheaton, IL: Crossway, 2013).
- ⁶ Ver a excelente e equilibrada discussão sobre o assunto em Tony Reinke, *12 Ways Your Phone Is Changing You* (Wheaton, IL: Crossway, 2017).
- ⁷ Uma ferramenta prática que pode ajudar nesse aspecto é Frank M. Hasel, *Longing for God: A Prayer and Bible Journal* (Nampa, ID: Pacific Press, 2017).
- ⁸ Ver capítulo 31, "Reasons to Pray for Others", em Hasel, *Longing for God*, p. 149-152.

A Bíblia é o registro da revelação de Deus para a humanidade. O texto sagrado foi tecido com o uso de conteúdo divino e linguagem humana. Interpretar as Escrituras, portanto, é acessar a eterna, universal e imutável mensagem do Céu.

O conhecimento revelado de Deus foi escrito em um contexto diferente e distante da realidade contemporânea. Isso torna a interpretação das Escrituras uma arte. Por isso, além das ferramentas interpretativas corretas, o estudioso da Bíblia não pode abrir mão da guia do Espírito Santo.

Como Entender a Bíblia apresenta ideias fundamentais sobre a natureza das Escrituras. O leitor entenderá como Jesus e os apóstolos viam o texto sagrado, conhecerá as implicações do que significa ter a Bíblia como única fonte autorizada para a teologia e compreenderá o que significa o princípio *sola Scriptura*. Neste livro, são apresentados os caminhos certos para se ter acesso ao conteúdo da Palavra de Deus.

FRANK M. HASEL é PhD em Teologia e diretor associado do Instituto de Pesquisa Bíblica da Associação Geral.

MICHAEL G. HASEL é PhD em Teologia e professor de Antigo Testamento na Universidade Adventista do Sul, nos Estados Unidos.

